



António Braga Mogadouro Gonçalves

A produção de prova oral pelas próprias partes

Dissertação com vista à obtenção do grau de
Mestre em Direito Forense e Arbitragem

Orientador:

Pedro Caetano Nunes

Professor da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

Junho de 2018



António Braga Mogadouro Gonçalves

A produção de prova oral pelas próprias partes

Dissertação com vista à obtenção do grau de
Mestre em Direito Forense e Arbitragem

Orientador:

Pedro Caetano Nunes

Professor da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

Junho de 2018

Agradecimentos

Aos meus pais e à Marisa, meus companheiros de vida, pelo seu apoio incondicional em todos os altos e baixos e pelo seu amor e carinho que estão na base de qualquer realização a que eu aspire.

Ao meu orientador, Professor Pedro Caetano Nunes, pelas suas intervenções cirúrgicas e pelo impacto que causaram no desenrolar do presente estudo. Pelos seus sábios ensinamentos sobre metodologia jurídica de investigação. Pelo seu contributo em especial no reforço das bases jurídicas de raciocínio, assegurando uma interpretação jurídica mais sustentada. As reflexões e conclusões desenvolvidas não teriam sido possíveis sem a sua orientação.

À Maria Amélia, em especial mas não só, por todas as horas que dedicou aos conselhos que me permitiram desbloquear aquela fase mais difícil – o começo.

Ao Dr. João Basílio, por ter sido fundamental o seu contributo constante, não só activo mas também passivo, pelo exemplo que é como pessoa e como profissional.

E um profundo agradecimento a todos aqueles que não menciono mas que, directa ou indirectamente, contribuíram com o seu apoio e amizade durante este longo período da minha vida que sempre recordarei.

Siglas e Abreviaturas

Ac. – Acórdão

CC – Código Civil

Cf. – Confronte

Cfr. – Confira

CPC – Código de Processo Civil

de jure constituendo – Do direito a constituir

NCPC – Novo Código de Processo Civil de 2013

Ob. cit. – obra já citada

p. – página

pp. – páginas

s.m.o. – salvo melhor opinião

STJ – Supremo Tribunal de Justiça

TRC – Tribunal da Relação de Coimbra

TRG – Tribunal da Relação de Guimarães

TRL – Tribunal da Relação de Lisboa

TRP – Tribunal da Relação do Porto

Vol. – Volume

Vs – *versus*

Declarações

Declaro expressamente e sob compromisso de honra por corresponder à verdade, que o texto apresentado de seguida é da minha exclusiva autoria, que toda a utilização de contribuições ou textos alheios está devidamente referenciada, e que o corpo da tese, incluindo espaços e notas de rodapé, ocupa um total de 198.551 caracteres.

Resumo

O regime processual de produção de prova oral pelas próprias partes, encontra-se bipartido em dois meios de prova: por depoimento de parte e por declarações de parte. Tendo o depoimento de parte a finalidade típica de obter a confissão, certo é que o legislador não o pré-concebeu para versar sobre factos favoráveis ao depoente, prevendo-se nesse caso as declarações de parte. Sucede que frequentemente o depoente não só nega os factos desfavoráveis como acrescenta a sua versão favorável. A forte divergência jurisprudencial quanto ao seu aproveitamento foi atenuada com as recentes alterações legislativas. Desde a consagração da iniciativa oficiosa do depoimento de parte e das declarações de parte, tem sedimentado o entendimento pelo aproveitamento probatório de todo o depoimento, mesmo na parte favorável, por interpretação sistemática conjugada, motivando a conclusão de que a prova por depoimento de parte extravasou a sua estrita finalidade típica confessória. Embora o mecanismo da prestação de informações e esclarecimentos seja tradicionalmente desprovida de carácter probatório, a sua recente inclusão no artigo 452.º tem suscitado o seu aproveitamento para efeitos de prova, questão que não é consensual.

A aplicação analógica do regime da prova por depoimento de parte às declarações de parte deixou à doutrina e jurisprudência a árdua tarefa de resolver inúmeras questões controversas.

Devido à compreensível descredibilização das declarações *pro se pronunciatio*, a atribuição de força probatória livre às declarações de parte não impediu alguma doutrina e jurisprudência de formular um pré-juízo limitativo que faz depender o seu valor probatório da corroboração pelas demais provas.

Contudo, parece inexistir fundamento legal de limitação prévia desta prova livre relativamente às demais. Sem prejuízo, assumem aqui especial relevo temas como as regras e limites à livre apreciação da prova, o dever de fundamentação e a sindicância das decisões de facto.

Apesar de a cada meio processual probatório estudado corresponderem regimes, finalidades, objectos e pressupostos claramente distintos e autónomos, não é de ignorar o aumento da importância conferida às declarações das partes, em natural aproximação ao depoimento testemunhal. Por esse motivo, têm surgido fortes referências doutrinárias e jurisprudenciais à figura do testemunho de parte, tema que se afigura merecer uma reflexão e discussão mais aprofundada para as futuras reformas do processo civil.

Abstract

The procedural regime applicable to taking evidence by examination of the parties is divided into two types of evidence: by deposition of the party and by declarations of the party. As the first one aims at obtaining a confession, surely it was not conceived to address facts that are favorable to the deponent, in contrast to the declarations of the party.

It so happens that frequently the deponent not only denies the facts but adds its own favorable version. The heavy disagreement on its probative value was reduced by the recent legislative amendments. The judge's empowerment to decree the deposition of the party and the introduction of the declarations of the party, the understanding have settled the understanding that all declarations shall have probative value, even when favorable to the deponent, on the grounds of a systematic interpretation of both types of evidence, which has led to the conclusion that the deposition of the party no longer aims exclusively at obtaining a confession.

Although the procedural mechanism for the provision of informations and clarifications is traditionally considered to be deprived of probative value, its recent inclusion in article 452 has enabled it to be viewed as actual evidence, although this understanding is not unanimous.

The application of the rules of deposition of the party to the declarations of the party has charged the doctrine and jurisprudence with the difficult task of solving countless controversial issues.

Due to the understandable discredit of the *pro se pronuntiatio* declarations, the legal imposition of its free assessment of evidence did not prevent the doctrine and jurisprudence from making a restrictive prejudgement to conclude its inability to prove a fact without the support of the remaining evidence. Nonetheless, this restriction does not seem to have any legal ground. Notwithstanding, subjects such as rules and boundaries of free assessment of

evidence, obligation to state reasons and superior court's review of the findings on fact.

Although to each type of evidence correspond different regimes, purposes, object and prerequisites, we cannot overlook the increase of the importance conferred to the examination of the parties, with growing similarity to the examination of witnesses. For this reason, the concept of examination of the party is beginning to be highly referenced in case-law and legal writings, consisting on a subject that warrants further reflection and discussion for future amendments to the civil procedure.

Índice

Agradecimentos.....	i
Siglas e Abreviaturas.....	ii
Declarações.....	iii
Resumo	iv
Abstract.....	vi
1. Introdução	1
2. Evolução da produção de prova oral pelas partes na história do processo civil	4
2.1. O Código de Processo Civil de 1876.....	4
2.2. O Código de Processo Civil de 1939.....	5
2.3. A Reforma de 1961	6
2.4. A Reforma de 1995/96.....	7
2.5. O Novo Código de Processo Civil de 2013	8
3. Direito Comparado	9
4. Princípios jurídico-processuais relevantes	12
4.1. Princípio da tutela jurisdicional efectiva e o direito a um processo justo e equitativo	13
4.2. O Direito à defesa e à prova	15
4.3. Outros princípios jurídico-processuais	16
4.3.1. Princípio da cooperação	17
4.3.2. Princípios da oralidade, imediação e concentração.....	19
5. O actual regime de produção de prova oral pelas partes.....	23
5.1. A prova por depoimento de parte	23
5.1.1. Figura, finalidade e regime	23
5.1.2. Objecto do depoimento	25
5.1.3. Força probatória	29

5.1.4.	A crescente valoração probatória dos factos favoráveis	30
5.1.5.	A iniciativa oficiosa da prova por depoimento de parte e a prestação de depoimento, informações ou esclarecimentos sobre a matéria de facto ..	36
5.2.	A prova por declarações de parte.....	47
5.2.1.	Figura, finalidade e regime “ <i>com as necessárias adaptações</i> ”	47
5.2.2.	Objecto da prestação de declarações	55
5.2.3.	A (in)admissibilidade de iniciativa oficiosa.....	60
5.2.4.	Força probatória	63
5.3.	Figuras afins	73
5.3.1.	Declarações probatórias da parte vs alegações	73
5.3.2.	Contraposição com a prova testemunhal	75
6.	Síntese reflexiva – A caminho de um testemunho de parte?	78
7.	Índice de Jurisprudência.....	83
8.	Bibliografia.....	87

1. Introdução

O presente estudo tem por objecto o conjunto de mecanismos previstos no processo civil no âmbito dos quais é produzida prova de forma oral e directa pelas partes.

Quando nos referimos à intervenção oral e directa das partes, pretendemos abordar as situações em que as próprias partes, e não através de seus mandatários, têm um diálogo presencial com o juiz sobre o objecto da causa, bem como a relevância dessas declarações para a demonstração da veracidade dos factos.

A presente análise terá por base a legislação fundamental correspondente ao Código de Processo Civil, e suas grandes reformas, não abarcando legislação complementar cuja relevância possamos desconhecer.

São dois os meios de prova típicos regulados pelo Código de Processo Civil (doravante, também C. P. C.) que prevêm a produção de prova oral e directa pelas partes, a saber:

- a) a prova por depoimento de parte, regulada nos artigos 452.º e seguintes, e
- b) a prova por declarações de parte, prevista no artigo 466.º.

A recente introdução, em 2013, deste último meio probatório teve um impacto significativo na tradição processualista portuguesa, que até então conferia muito pouca credibilidade apriorística ao conhecimento das partes sobre os factos em juízo, com respaldo no princípio *nemo testis auditur in re sua*¹, i.e., segundo o qual ninguém pode testemunhar em causa própria (consagrado no artigo 496.º do C. P. C.)².

Embora a distinção teórica daqueles meios de prova seja facilmente apreensível – desde logo, o depoimento de parte visa a confissão – já a aplicação e

¹ Ou *nullus testis in re sua*, ou identicamente *nemo debet esse testis in própria causa*.

² Nas palavras de Antunes Varela, *Manual do Processo Civil*, 2.ª ed. revista e actualizada, Coimbra Ed. (1985)., “A oposição entre a testemunha e a parte reflecte-se na ideia, bem radicada nas pessoas pela força do bom senso e da tradição, de que ninguém pode ser testemunha em causa própria”, p. 609.

conjugação prática e casuística tem apresentado dificuldades dogmáticas, algumas das quais procuraremos abordar. O estudo conjunto de ambos os meios de prova justifica-se pela sua proximidade não só substancial mas também processual, à luz da aplicação *mutatis mutandis* do regime do depoimento de parte às declarações de parte (artigo 466.º, n.º 2).

Como se não bastasse, outros mecanismos de intervenção directa das partes em juízo, historicamente desprovidos de força probatória, têm sido aproveitados por alguma jurisprudência também como elementos de prova. É o caso da prestação de esclarecimentos sobre a matéria de facto prevista no artigo 7.º, n.º 2, mas actualmente repetida na sistemática do depoimento de parte (artigo 452.º, n.º 1), o que confere a nosso ver dúvidas suficientes de interpretação jurídico-processual que justifiquem o seu estudo. No mesmo sentido, Estrela Chaby identifica “(...) *dificuldades – quer de índole prática, quer de coerência do sistema – na compatibilização entre um regime de depoimento de parte que permanece praticamente inalterado e a prova por declarações de parte (...) e ainda o da prestação de esclarecimentos pelas partes ou prestação de informações ou esclarecimentos pelas partes, a que se referem os n.ºs 2 e 3 do artigo 7.º e o n.º 1 do artigo 452.º do Código de Processo Civil.*”³.

Em suma, procurar-se-á distinguir, articular e conjugar os diferentes institutos e preceitos previstos no Código que têm em comum a produção de prova oral e directa pelas próprias partes. Destarte, o objectivo é não tanto aprofundar cada uma das figuras, mas mais interligar as questões que de certa forma se relacionam com as várias formas de prestação de declarações orais pela parte para efeitos probatórios. Assim, o que se nos apresenta fundamental é procurar compreender a dinâmica actual do Código quanto à produção oral de prova pelas partes, e tentar discernir a harmonização sistemática vigente entre os vários mecanismos que foram surgindo ao longo do tempo.

³ *O Depoimento de Parte em Processo Civil*, 1.ª ed., Coimbra Editora (2014), p. 52.

A abordagem das questões suscetíveis não se arroga exaustiva, tendo especial enfoque na problemática da admissibilidade e valoração probatória dos testemunhos consoante a (des)favorabilidade dos respectivos factos. Por isso, não serão abordadas várias problemáticas que se poderiam colocar nesta sede, nomeadamente a da alegação de factos complementares pela parte no âmbito destes meios de prova; a da recusa em depor, ou da falta de comparência, ou dos casos em que a parte responde não saber ou falta à verdade, e respectivas consequências; a questão de saber se a parte pode prestar declarações depois de assistir à produção de prova testemunhal; entre outras.

Assim, começaremos pelo estudo da evolução histórico-legal da matéria ao longo dos sucessivos Códigos de Processo Civil e suas reformas, desde o primeiro, datado de 1876 (ponto **2.**). De seguida, propõe-se um breve enquadramento dos princípios jurídico-processuais que devem orientar o intérprete-aplicador na discussão do presente tema (ponto **3.**). Passaremos, então, à interpretação jurídica e aprofundamento dogmático dos meios de prova em análise: o depoimento de parte e as declarações de parte (pontos **4.1.** e **4.2.**, respectivamente) – sem descurar que, frequentemente, em face da proximidade entre ambos, a abordagem das questões deva *s.m.o.* ser conjugada e interligada. Por isso mesmo, terminaremos com uma breve síntese reflexiva no sentido de identificar a crescente necessidade de discutir e reflectir sobre a possibilidade de uma eventual unificação dos meios probatórios (ponto **5.**).

2. Evolução da produção de prova oral pelas partes na história do processo civil

2.1. O Código de Processo Civil de 1876

Limitando a abordagem histórica à primeira codificação, temos que o primeiro Código de Processo Civil foi aprovado por D. Luís através da Carta de Lei de 8 de novembro de 1876. Ao longo dos seus 1167 artigos, a previsão legal de intervenção oral e directa das partes era altamente residual. Daquilo que pudemos apurar, o único mecanismo previsto correspondia à prova por confissão (artigos 216.º a 228.º) – que se manteve até aos dias de hoje – na qual se integrava a figura do juramento. Este resumia-se frequentemente à mera pergunta ao R. se tinha pago a dívida, o qual jurava pela sua honra e religião⁴. Como explica Alberto dos Reis, *“Se o devedor fazia, sob juramento, a declaração, o juiz ficava vinculado: tinha de julgar a acção procedente, se o devedor declarava que a dívida não estava paga, e tinha de a julgar improcedente, se o devedor fazia a declaração oposta.”*⁵.

Parece assim seguro concluir que a intervenção oral das partes (incluindo a produção de prova) assumia um carácter precário ou minimalista. No remanescente, o processo civil parecia consistir num “jogo” a que as partes envolvidas podiam assistir “na bancada”.

Curiosamente, todas as acções judiciais eram precedidas por uma tentativa de conciliação, a realizar sempre por um “juiz de paz”, onde supomos que houvesse diálogo aberto com os próprios intervenientes⁶.

⁴ Cfr. José Dias Ferreira, *Código Civil Portuguez Annotado*, Vol. V, Coimbra, Imprensa da Universidade (1876), p. 137, citado por Estrela Chaby, ob. cit., p. 27: *“tratava-se de «permitir a uma das partes deixar a decisão do seu direito à honra e à religião da outra»*”. Para uma abordagem mais aprofundada da figura do juramento, sugere-se a leitura de Estrela Chaby, ob. cit., pp. 24 e segs.

⁵ *Código de Processo Civil Anotado*, Vol. IV, Reimp., Coimbra, Coimbra Editora (1981).

⁶ Em aparente aproximação com os actuais Julgados de Paz.

2.2. O Código de Processo Civil de 1939

Por efeito do Decreto-lei n.º 29.637, o Governo de António de Oliveira Salazar aprovou o segundo Código de Processo Civil em 1939. Com um cariz marcadamente inquisitório, são vastos os poderes conferidos ao juiz e deveres impostos às partes.

No que diz respeito à presente dissertação, as partes eram obrigadas “1) a comparecer sempre que para isso forem notificados; 2) e a prestar os esclarecimentos que lhes forem pedidos” (artigo 265.º, vide também artigo 264.º). E ainda são, pois corresponde *ipsis verbis* à actual redacção do artigo 7.º, n.º 2, do CPC de 2013 (doravante, NCPC). Diga-se, porém, que o mecanismo processual tinha – e tem – a estrita finalidade de clarificação e concretização dos factos alegados nos articulados, não sendo apta a produzir prova da sua veracidade.

Foi ainda introduzido o artigo 266.º que, nitidamente próximo do dever de gestão processual e adequação formal previsto no artigo 6.º do NCPC, dispunha o seguinte:

“(…) O que incumbe ao juiz: remover todos os obstáculos que se oponham ao andamento regular da causa: a) quer recusando o que for impertinente b) quer ordenando o que for necessário para o seguimento do processo”.

Também foi previsto o dever de cooperação para a descoberta da verdade, em moldes muito similares ao actual artigo 417.º do NCPC (vide, ex-artigo 524.º).

Por outro lado, foi instituído o poder do juiz de “Ordenar oficiosamente as diligências e actos que entender necessário para o descobrimento da verdade” (ex-artigo 264.º e actual 411.º). Este preceito tem uma abrangência tal que, segundo alguma doutrina, a sua adopção é suficiente para se considerar alterado o modelo processual civil probatório vigente⁷, uma vez que consagra com extrema amplitude o princípio do inquisitório. Aliás, não fosse a proibição

⁷ Por todos, Mariana França Gouveia, *Os Poderes do Juiz Cível na Acção Declarativa – Em Defesa de um Processo Civil ao Serviço do Cidadão*, in Revista Julgar, n.º 1 (2017), disponível em <http://julgar.pt/wp-content/uploads/2016/05/05-Fran%C3%A7aGouveia-OspoderesdoJuiz.pdf>, pp. 12 segs.

expressa de a parte depor como testemunha (artigo 496.º), seria concebível a interpretação literal de que, no limite, o juiz pudesse chamar as próprias partes e ouvi-las sobre os factos para fins probatórios. Contudo, pareceu manter-se a desvalorização do conhecimento directo das partes sobre os factos em juízo.

Finalmente, aparte a abolição da figura do juramento, a prova por confissão foi melhor concretizada. Procedeu-se à sua definição legal como “o reconhecimento que a parte faz (...) da verdade do facto alegado pela contraparte” (ex-artigo 560.º), e à instituição do regime que no essencial se manteve até aos dias de hoje (artigos 452.º e segs. NCPC).

Nas palavras do Professor Alberto dos Reis, “*No fundo, o que realmente se deu foi o repúdio do juramento como prova legal absoluta e a sua substituição por uma prova livre, pelo menos parcialmente: o depoimento de parte.*”⁸. Diga-se de passagem que, ao longo do tempo, já vinham crescendo as dúvidas doutrinárias quanto à real diferença entre um e outro meio de prova⁹.

Em suma, registou-se alguma evolução no sentido da audição das partes em geral, mas também da prevalência da descoberta da verdade material, tanto (i) pela permissão genérica de se realizarem todos os actos necessários àquele fim, como (ii) pela composição da confissão como verdadeiro instituto probatório.

2.3. A Reforma de 1961

Em 28 de Dezembro de 1961, é publicado o Decreto-Lei n.º 44.129, onde se pode ler que “*É aprovado o Código de Processo Civil*”, não obstante alguma doutrina defenda tratar-se de uma mera reforma do Código de 1939¹⁰. Não nos cabendo tomar posição, tratá-la-emos como reforma simplesmente porque,

⁸ Ob. cit., p. 164.

⁹ Mais desenvolvidamente, Estrela Chaby, ob. cit., pp. 28 e segs.

¹⁰ Vide Mariana França Gouveia, ob. cit., p. 4, e Paulo Pimenta, *A Fase do Saneamento do Processo Antes e Após a Vigência do Novo Código de Processo Civil*, Coimbra, Almedina, 2003, p. 66.

pelo menos no que diz respeito à produção de prova oral pelas partes, o regime anteriormente elencado se manteve praticamente incólume¹¹.

2.4. A Reforma de 1995/96

A reforma encetada em 1995 alterou substancialmente o regime de intervenção oral das partes no processo, em virtude da alteração do paradigma autoritário vigente até então¹². Como se pode ler no respectivo Preâmbulo, *“Consagra-se o princípio da cooperação, como princípio angular e exponencial do processo civil (...)”* e pretende-se *“(...) claramente privilegiar a realização da verdade material”, “(...) para além de se reforçarem os poderes de direcção do processo pelo juiz”*.

Nesta senda é que se instituiu a possibilidade de o depoimento de parte ser determinado oficiosamente, nos termos do então artigo 552.º:

“1 - O juiz pode, mesmo oficiosamente, em qualquer estado do processo, determinar a comparência pessoal de uma ou de ambas as partes para a prestação de depoimento sobre os factos que interessam à decisão da causa.”

Paralelamente mas relacionado, a expressão no artigo 266.º *“obrigação de comparecimento das partes sempre que solicitado pelo juiz”* foi substituída por um *“poder de, sem qualquer limitação de âmbito”*, convidar as partes a fornecer esclarecimentos sobre a matéria de facto ou de direito sobre a causa¹³ (artigo 266.º)¹⁴.

Não vá sem se dizer que, também nesta reforma se *“alarga o leque de potenciais depoentes (...)”*, concretizado na *“eliminação da, até aqui consagrada, total inabilidade para depor por motivos de ordem moral.”* (cfr. Preâmbulo).

¹¹ Salvo pormenores como o da caracterização da confissão como declaração de ciência, vide ex-artigo 556.º.

¹² Mariana França Gouveia, *Regime Processual Experimental Anotado*, Coimbra, Edições Almedina (2006), p. 39.

¹³ Mariana França Gouveia, RPExp., ob. cit., p. 40.

¹⁴ Conforme já se frisava em 1993 nas Linhas Orientadoras, p. 2, *“O objectivo primordial é o de permitir o debate aberto e amplo entre o juiz e os mandatários das partes e, em geral, as próprias partes (...)”*.

2.5. O Novo Código de Processo Civil de 2013

Em 1 de Setembro de 2013, entrou em vigor o Novo CPC, com nova arrumação e enumeração, mas também uma significativa alteração do regime de intervenção oral e directa das partes, especialmente para fins probatórios.

Em primeiro lugar, o artigo 452.º prevê agora, no mesmo preceito, a determinação oficiosa da comparência das partes não só para prestação de depoimento, mas também de informações ou esclarecimentos¹⁵ sobre factos que interessem à decisão da causa, mantendo porém o mecanismo do artigo 7.º, n.º 2, em claro paralelo terminológico.

E principalmente, surge um novo meio de prova – as declarações de parte – previsto no artigo 466.º, n.º 1, cuja redacção é a seguinte:

“As partes podem requerer, até ao início das alegações orais em 1.ª instância, a prestação de declarações sobre factos em que tenham intervindo pessoalmente ou de que tenham conhecimento directo.”.

Conforme se pode ler na Exposição de Motivos: *“Prevê-se a possibilidade de prestarem declarações em audiência as próprias partes, quando face à natureza pessoal dos factos a averiguar tal diligência se justifique, as quais são livremente valoradas pelo juiz, na parte em que não representem confissão.”*

Após todas as mencionadas sucessivas alterações legislativas – especialmente desde 1995/96 – a discussão em torno da valoração probatória das declarações prestadas pelas partes sobre os factos em juízo adquiriu novos contornos, mais não seja pela consagração deste novo meio de prova que veio permitir a prestação de declarações pela parte, a seu próprio requerimento, sobre quaisquer factos relevantes de que tenha conhecimento directo.

¹⁵ Quanto aos esclarecimentos, em repetição do disposto no artigo 7.º, n.º 2.

3. Direito Comparado

Antes de aprofundarmos o regime de produção de prova oral pelas próprias partes escolhido pelo legislador português, sugerimos enunciar algumas opções alternativas que podem ser encontradas em outros sistemas processuais civis de países estrangeiros.

Por exemplo, se atentarmos o sistema processual civil francês, encontra-se apenas previsto o mecanismo da “*comparution personnelle des parties*”, em que o juiz pode ordenar a comparência pessoal das partes para as interrogar quanto às questões que entender necessárias, podendo retirar das suas declarações todas as consequências legais, incluindo para efeitos de prova (cf. artigos 148 e segs. do Code de Procédure Civile)¹⁶.

Por outro lado, em Espanha instituiu-se o “*interrogatorio de las partes*”, em que – à semelhança do depoimento de parte – cada parte apenas poderá solicitar o interrogatório da contraparte (ou comparte em relação à qual tenha alguma oposição), nos termos dos artigos 301 e segs. da Ley de Enjuiciamiento Civil¹⁷. Quando seja inquirida sobre factos que não lhe sejam pessoais, a parte deve responder segundo os seus conhecimentos, podendo propor a inquirição de terceiro com conhecimento pessoal (artigo 308). As declarações desfavoráveis ao depoente farão prova dos factos, caso não haja contradição com a demais prova (artigo 316). Quanto às restantes declarações, serão livremente apreciadas pelo tribunal (n.º 2). Note-se assim que, por um lado, não há lugar à determinação oficiosa deste meio de prova e, por outro, não é permitido à parte requerer a sua própria prestação de declarações.

No caso da Itália, o regime de produção de prova oral pelas partes está bipartido em dois mecanismos processuais. Por via do “*interrogatorio non formale*”, o juiz pode, em qualquer estado do processo, ordenar a comparência pessoal das partes para as interrogar livremente sobre os factos em juízo, sendo

¹⁶ Versão *online* disponível em <https://www.legifrance.gouv.fr/>.

¹⁷ Versão *online* disponível em <https://www.boe.es/>.

atribuído às suas respostas o valor de *argomenti di prova* (artigos 116 e 117 do Codice de Procedura Civile)¹⁸. Este consiste numa força probatória inferior à normal livre apreciação, impondo que estas declarações só sirvam para demonstrar certo facto desde que corroboradas pela restante prova (à semelhança do nosso princípio de prova), ainda que desfavoráveis à própria parte (cf. artigo 229). Por outra banda, temos o “*interrogatorio formale*”, meio de prova que – à semelhança do nosso tradicional depoimento de parte – visa essencialmente a confissão, sendo determinado oficiosamente ou a requerimento da parte contrária (*vide* artigos 228 e segs.).

No processo civil alemão, a admissibilidade de prestação de declarações depende do ónus da prova. Em caso de escassa ou inexistente produção de prova dos factos que lhe incumbia provar, a parte pode requerer a audição da parte contrária (§445 do Zivilprozessordnung¹⁹). Por outro lado, pode sempre ela própria ser inquirida quanto a esses factos, oficiosamente ou a requerimento da parte contrária, desde que o consinta (§447). Por fim, o juiz pode sempre inquirir qualquer das partes quanto a quaisquer factos em caso de dúvida quanto à sua veracidade (§448). Todas estas declarações são livremente apreciadas pelo tribunal (§453).

Finalmente, no sistema anglo-saxónico, como explica Lebre de Freitas “(...) *a parte é ouvida como testemunha. Livre apreciação total. Em Inglaterra e nos Estados Unidos da América, a parte é ouvida como testemunho, pelo que a sujeição do depoimento à livre apreciação do julgador é completa*”, “(...) *reportad[a] à sua globalidade e abrangendo, por conseguinte, também o conteúdo favorável ao depoente*”²⁰.

Cumprе ainda fazer uma última referência, aos Princípios de Direito Processual Civil Transnacional (Principles of Transnational Civil Procedure), desenvolvidos

¹⁸ Versão *online* disponível em <https://www.studiocataldi.it/codiceproceduracivile/>.

¹⁹ Versão *online* traduzida para inglês disponível em https://www.gesetze-im-internet.de/englisch_zpo/englisch_zpo.html.

²⁰ *A Acção Declarativa Comum à luz do Código de Processo Civil de 2013*, 3.ª ed., Coimbra, Coimbra Editora (2013), p. 231

em 2004 pelo Instituto da Lei Americana (ALI) e pelo Instituto para a Unificação do Direito Privado (UNIDROIT)²¹, trabalho meritório que revela um esforço de aproximação dos vários sistemas processuais mundiais e de maior harmonização dos princípios fundamentais do processo civil nos diversos países, sugerindo-se a sua utilização como linhas orientadoras das próximas reformas legislativas.

No que diz respeito à intervenção oral das partes, é de salientar que, apesar da divisão da estrutura do processo, promove-se uma tal flexibilização do processo que confira ao juiz o poder discricionário de conferenciar com as partes quer na fase das alegações quer nas fases posteriores, nomeadamente de produção de prova (cf. comentário P-9A). Note-se ainda que se estabelece que a parte tem o direito a prestar declarações com valor probatório (artigo 16.1) e também a questionar directamente qualquer outra parte (artigo 16.4). No número seguinte, postula-se que o tribunal tem o dever de apreciar livremente toda a prova, sem quaisquer preconceito ou discriminação em função do tipo ou da fonte, criticando-se expressamente alguns sistemas processuais nacionais que consideram inadmissível ou de fraca força probatória qualquer declaração de uma parte no processo (cf. comentário P-16B).

Confrontando estas orientações com o actual sistema processual civil português, diremos *s.m.o.* que, felizmente, tem acompanhado esta tendência legiferante, embora – conforme adiante se verá – a máxima *nemo testis auditor in re sua* tenha imposto a constante pré-desvalorização probatória das declarações de parte, por parte da maioria da doutrina e da jurisprudência (*vide infra*, 4.2.4.).

²¹ Disponível em <https://www.unidroit.org/english/principles/civilprocedure/ali-unidroitprinciples-e.pdf>.

4. Princípios jurídico-processuais relevantes

De acordo com o disposto no artigo 9.º, n.º 1, do Código Civil, a interpretação da lei deve ter *“sobretudo em conta a unidade do sistema jurídico, as circunstâncias em que a lei foi elaborada e as condições específicas do tempo em que é aplicada”* (sublinhado nosso).

É relativamente consensual que o sistema jurídico consiste num conjunto consistente de princípios e regras²² no qual aqueles operam uma função estruturante e valorativa²³.

Para uma melhor concretização do conceito e função dos princípios jurídicos, leia-se António U. Cortês, que em tese de doutoramento os define como *“parâmetros normativos e referências ideais que excedem valorativamente a estrita positividade das diversas fontes de direito em sentido técnico-jurídico e que contêm, em si, uma especial força normativa e um carácter irradiante”*²⁴. E continua o Autor: *“Os princípios do Direito são as ideias fundamentais que justificam ou permitem justificar um ou mais preceitos oficialmente aprovados, uma série de decisões dos tribunais ou, até, o sistema jurídico na sua totalidade. São essas ideias fundamentais que constituem o Direito na sua dimensão racional, ética e axiológica e são essencialmente elas que nos permitem afirmar que o Direito não se reduz a um mero somatório de leis ou de fontes de direito em sentido técnico-jurídico. São, portanto, os princípios que, em última análise, justificam e conferem validade às soluções jurídicas”*²⁵. Nesse sentido, *“O jurista deverá compreender que o seu papel não é apenas obedecer à letra da “lei”, mas também aos princípios que justificam, legitimam e dão validade às soluções concretas que da lei se possam retirar.”*²⁶.

²² Por todos, M. Teixeira de Sousa, *Introdução ao Direito*, Edições Almedina (2012), p. 240.

²³ Ob. cit., p. 249.

²⁴ António U. Cortês, *Jurisprudência dos Princípios – Ensaio sobre os fundamentos da decisão jurisdicional*, Universidade Católica Editora (2010), p. 7.

²⁵ Ob. cit., p. 10.

²⁶ Ob. cit., p. 145.

Intrinsecamente ligada está a circunstância de o direito ordinário dever ser interpretado de acordo com os respectivos preceitos constitucionais²⁷, enquanto Lei Fundamental do nosso ordenamento jurídico.

Adiante faremos um breve enquadramento do tema em estudo naqueles princípios que – com maior ou menor fundamentalidade, força, consagração, âmbito e importância na actual cultura jurídico-processual da época em que vivemos – mais devem orientar o jurista na actividade interpretativa.

4.1. Princípio da tutela jurisdicional efectiva e o direito a um processo justo e equitativo

Importa assim recordar o suporte constitucional das garantias jurídico-processuais: o artigo 20.º da Constituição da República Portuguesa (doravante, CRP). Sob a epígrafe *“Acesso ao direito e tutela jurisdicional efectiva”*, estabelece-se o seguinte:

“1. A todos é assegurado o acesso ao direito e aos tribunais para defesa dos seus direitos e interesses legalmente protegidos, não podendo a justiça ser denegada por insuficiência de meios económicos.

(...)

4. Todos têm direito a que uma causa em que intervenham seja objecto de decisão em prazo razoável e mediante processo equitativo.

5. Para defesa dos direitos, liberdades e garantias pessoais, a lei assegura aos cidadãos procedimentos judiciais caracterizados pela celeridade e prioridade, de modo a obter tutela efectiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses direitos.”

Este princípio da tutela jurisdicional efectiva é uma dimensão garantística decorrente do próprio ideal de Estado de Direito Democrático consignado no

²⁷ Por todos, Jorge Reis Novais, *As Restrições aos Direitos Fundamentais Não Expressamente Autorizadas pela Constituição*, Coimbra Editora (2003), p. 83. Sem prejuízo, António U. Cortês faz notar que: *“Num Estado de Direito, não é a letra da Constituição que determina, decisivamente, a força vinculativa de cada preceito constitucional, mas sim a justificação racional, ética ou axiológica desse mesmo preceito.”*, ob. cit., p. 318.

artigo 2.º, conferindo aos cidadãos o direito fundamental a um processo justo e equitativo²⁸.

Assim, não basta a consagração dos direitos substantivos (justiça material) e a regulamentação dos procedimentos necessários à sua reivindicação, exige-se ainda que também tais actos e diligências se pautem por padrões de justiça (formal)²⁹.

Como explica Gomes Canotilho, *“o direito de acesso aos tribunais a que se refere o n.º 1 inclui, desde logo, no seu âmbito normativo, quatro «subdireitos» ou dimensões garantísticas [... sendo uma delas] o direito de acção ou de acesso aos tribunais (...)”*.

Este, por sua vez, *“é o direito subjectivo de levar determinada pretensão ao conhecimento do órgão jurisdicional (...)”* (consagrado expressamente no artigo 2.º do C. P. C.), que *“(...) terá de efectivar-se através de um processo justo e equitativo”*³⁰.

A garantia de um processo justo e equitativo consiste, aliás, num princípio de direito internacional e europeu, tendo sido consagrado no artigo 10.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos e no artigo 6.º, n.º 1, da Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

Em termos gerais, um processo justo e equitativo será aquele que salvaguarde o conjunto de princípios axiológicos fundamentais do sistema jurídico sem os quais não se lhe poderia corresponder um verdadeiro Estado de Direito Democrático³¹. São eles, entre outros, os princípios do contraditório, da

²⁸ Cfr. Jorge Miranda e Rui Medeiros, *Constituição Portuguesa Anotada*, Tomo I, pp. 100 e 438; Gomes Canotilho e Vital Moreira, *Constituição da República Portuguesa: anotada*, 4.ª ed. revista, Coimbra Ed. (2007), pp. 205 e 408; Miguel Teixeira de Sousa, *Estudos sobre o Novo Processo Civil*, 2.ª ed., Lex Editora (1997), p. 34.

²⁹ Sobre o processo como condição da justiça substantiva, leia-se António Cortês, ob. cit., pp. 263 ss.

³⁰ Gomes Canotilho e Vital Moreira, ob. cit., pp. 414 e 415.

³¹ Sobre a complexa ramificação dos princípios em análise, afirma António Cortês: *“Outras ideias são tão amplas que se podem desmultiplicar em inúmeros princípios mais específicos que, transcendendo essa ideia primordial, não deixam de encontrar nela decisivo apoio. Desta forma, a ideia de processo equitativo contera, por exemplo, os princípios da imparcialidade, do contraditório e da fundamentação expressa das decisões. A ideia de Estado de Direito é uma remissão directa para a ideia de Direito e, assim, abrange todos os princípios do Direito a que o Estado se deve submeter.”*, ob. cit., p. 223.

igualdade das partes, da publicidade, do dispositivo, do juiz legal ou natural, da imparcialidade e independência do juiz, da decisão em prazo razoável e, especialmente relevante nesta sede, do direito à defesa³².

Não vá, porém, sem se recordar que, nos termos do artigo 18.º, n.º 2, da C. R. P., tais princípios e direitos deverão sempre ser ponderados em proporcionalidade com outros direitos e interesses constitucionalmente garantidos.

4.2. O Direito à defesa e à prova

Como se acabou de referir, é entendimento pacífico que do princípio da tutela jurisdicional efectiva decorre um direito constitucional à defesa e à prova. Como ensinam Gomes Canotilho e Vital Moreira, *“A doutrina e a jurisprudência têm procurado densificar o princípio do processo equitativo através de outros princípios: (...) (2) o direito de defesa e o direito ao contraditório traduzido fundamentalmente na possibilidade de cada uma das partes invocar as razões de facto e de direito, oferecer provas, controlar as provas da outra parte (...), (7) direito à prova, isto é, à apresentação de provas destinadas a demonstrar e provar os factos alegados em juízo (...)”*³³. Quanto a este último, conforme se pode ler no Ac. STJ de 06/03/2003 (Alves Velho)³⁴: *“Dele decorre, por um lado, o dever de o tribunal atender a todas as provas produzidas no processo, desde que lícitas, independentemente da sua proveniência, princípio acolhido no artigo 515.º, n.º 1, do CPC, e, por outro lado, a possibilidade de utilização pelas partes, em seu benefício, dos meios de prova que mais lhes convierem e o momento da respectiva apresentação, devendo a recusa de qualquer meio de prova ser devidamente fundamentado na lei ou no princípio jurídico, não podendo o tribunal fazê-lo de modo discricionário”*.

³² No mesmo sentido, entre outros, Teixeira de Sousa, *Estudos...*, ob. cit., p. 40.

³³ Ob. cit., pp. 415-416.

³⁴ Proc. n.º 03A3530.

No que toca à prestação de declarações pelas partes, cumpre notar que este direito constitucional não implica necessariamente a garantia da parte poder testemunhar a seu favor (mesmo ignorando o impedimento do artigo 496.º). Mas diga-se também que, no pólo oposto, *“A garantia constitucional do direito à prova consagrada no artº 20º da CRP conduz a que não sejam impostos limites injustificados aos meios de prova de que a parte pode lançar mão para demonstrar os factos que sustentam o seu direito, sobretudo quando esses instrumentos probatórios escasseiam nomeadamente nos casos em que apenas as partes têm intervenção pessoal ou conhecimento direto”* [Ac. TRE de 12/03/2015 (Mata Ribeiro)³⁵]. A este propósito, há aliás quem defenda que nos casos em que se trate da única forma de provar os factos constitutivos, o direito à prova seria esvaziado de conteúdo se a parte fosse impedida de testemunhar a seu favor. É o caso de Remédio Marques, que afirma que: *“(…) uma interpretação da lei processual que impeça a valoração do depoimento de parte relativa aos factos favoráveis ao depoente como base de presunções judiciais e outros elementos probatórios adquiridos nos autos viola [o] direito fundamental [consagrado no artigo 20.º, n.ºs 1 e 4, da Constituição] exactamente e quando (e só quando) estão apenas em causa factos da vida íntima ou privada dos litigantes não percebidos por ninguém senão pelos próprios e insusceptíveis de serem documentados”*³⁶. Independentemente, certo é que com as recentes alterações legislativas as partes viram reforçado o seu direito constitucional à prova, em face do acréscimo considerável de mecanismos que prevêm a sua prestação de declarações para efeitos probatórios.

4.3. Outros princípios jurídico-processuais

Embora o actual Código de Processo Civil já tenha tido o cuidado de consagrar expressamente os seus princípios fundamentais nos artigos 1.º a 9.º, podem

³⁵ Proc. n.º 1/12.6TBPTM.E1.

³⁶ *A aquisição e a valoração probatória de factos (des)favoráveis ao depoente ou à parte chamada a prestar informações ou esclarecimentos*, in Revista Julgar n.º 16, (Jan-Abril 2012), p. 156.

encontrar-se vários outros que, sem índole constitucional ou fundamental, devem ainda assim orientar a actividade hermenêutica. Como sublinha Abrantes Geraldès, *“Qualquer sistema jurídico-processual pressupõe opções globais de política legislativa reconduzidas a determinados princípios gerais que vão orientar o legislador nas diversas concretizações normativas. Tal como as traves mestras de um edifício, uma vez expostas e, outras, apenas pressentidas, porque integradas na respectiva estrutura, os princípios enformam todo o nosso sistema processual civil, servindo para sustentar e congregar normas dispersas, para auxiliar o intérprete e aplicador do direito na adopção das soluções mais ajustadas ou para impor aos diversos sujeitos determinadas regras de conduta processual.”*³⁷.

Assim, também os princípios da celeridade, economia processual, imediação, oralidade concentração, oficiosidade, inquisitorialidade, aquisição processual, entre outros, devem ser considerados aquando da interpretação de normas processuais, enquanto linhas orientadoras do actual processo civil. Sublinhe-se, porém, que se trata de princípios infra-constitucionais, cuja relevância jurídica varia em função do contexto social, político e económico vigente, e que não parecem ser directamente aplicáveis (como o serão, no limite, certos princípios jurídicos). Consequentemente, o papel que poderão ter será apenas, por um lado como linhas orientadoras de opções legiferantes, e por outro como guia de compreensão da unidade do sistema jurídico por parte do intérprete-aplicador das normas processuais vigentes.

4.3.1. Princípio da cooperação

Como já referido, a reforma de 1995/96 veio implementar o princípio da cooperação, consagrado no artigo 7.º da seguinte forma:

³⁷ *Temas da Reforma do Processo Civil*, I vol., 2.ª ed. revista e ampliada, Almedina Ed. (1999), p. 23.

“1 - Na condução e intervenção no processo, devem os magistrados, os mandatários judiciais e as próprias partes cooperar entre si, concorrendo para se obter, com brevidade e eficácia, a justa composição do litígio.

2 - O juiz pode, em qualquer altura do processo, ouvir as partes, seus representantes ou mandatários judiciais, convidando-os a fornecer os esclarecimentos sobre a matéria de facto ou de direito que se afigurem pertinentes e dando-se conhecimento à outra parte dos resultados da diligência.

3 - As pessoas referidas no número anterior são obrigadas a comparecer sempre que para isso forem notificadas e a prestar os esclarecimentos que lhes forem pedidos, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 417.º.

4 - Sempre que alguma das partes alegue justificadamente dificuldade séria em obter documento ou informação que condicione o eficaz exercício de faculdade ou o cumprimento de ónus ou dever processual, deve o juiz, sempre que possível, providenciar pela remoção do obstáculo.”

Tem sido conferida bastante notoriedade a este princípio da cooperação, sendo frequentemente considerado o *“importante princípio orientador do direito processual civil (...)”*³⁸. Conforme já se frisava em 1993 nas Linhas Orientadoras, *“O objectivo primordial é o de permitir o debate aberto e amplo entre o juiz e os mandatários das partes e, em geral, as próprias partes (...)”*³⁹. Como explica Mariana França Gouveia, foi *“Um dos aspectos mais significativos da revisão de 95/6: uma visão participada do processo e não uma visão individualista, uma visão cooperante e não uma visão autoritária.”*⁴⁰ E acrescenta ainda que: *“O princípio da direcção do processo pelo juiz, a que se associa necessariamente alguma parcela de poder inquisitório, tem de ser compatibilizado com o velho princípio liberal do dispositivo. A reforma de 95/6 tentou encontrar um equilíbrio, a meu ver, através do novo princípio da cooperação. Ou seja, mantendo na disponibilidade das partes o objecto do processo, designadamente*

³⁸ Mariana França Gouveia, *RPExp.*, ob. cit., p. 39.

³⁹ P. 2.

⁴⁰ Ob. cit., p. 40.

a decisão de fazer entrar no processo factos principais, e impondo às partes um dever de prestar colaboração para a descoberta da verdade (artigo 519.º CPC) relativamente aos factos referidos no artigo 265.º, n.º 3 CPC, atribui em simultâneo ao juiz o poder de, sem qualquer limitação de âmbito, convidar as partes a fornecer esclarecimentos sobre a matéria de facto ou de direito da causa”⁴¹.

Em suma, a introdução do princípio da cooperação veio demonstrar a intenção de ultrapassar a tradição autoritária do processo civil, através da procura de um equilíbrio entre os princípios do dispositivo e do inquisitório, com claro enfoque na descoberta da verdade material⁴², a qual ainda é considerada o principal fim mediato de obtenção da justiça. Não vá sem se dizer que é deste novo princípio central do processo civil que emanaram diversas alterações legislativas – de que são exemplo, a nosso ver, a inclusão da prestação de esclarecimentos na prova por depoimento de parte, a possibilidade da sua iniciativa oficiosa (artigo 452.º), e ainda a introdução da prova por declarações de parte (artigo 466.º).

4.3.2. Princípios da oralidade, imediação e concentração

Especialmente relevante no presente estudo é o princípio da oralidade, que é aquele segundo o qual se deve conferir prevalência à prática de actos pela forma oral, em detrimento da via escrita. Este princípio tem actualmente um forte relevo no processo civil, estando concretizado em várias normas, como os artigos 7.º, n.º 2, 452.º e segs., 466.º e segs., 486.º, 500.º, 591.º, 594.º, 604.º, n.ºs 3, a) a e), e 5 a 8, 605.º, n.º 1 e 681.º, todos do C. P. C. Por sua vez, a imediação pugna pelo constante contacto directo do juiz com os elementos do processo. Finalmente, segundo o princípio da concentração, o conjunto de actos e procedimentos devem sempre ocorrer na menor quantidade possível de

⁴¹ Idem.

⁴² Neste sentido, Ac. TRG de 19/05/2011 (Raquel Rego), onde se pode ler que: “(...) a lei processual civil tem feito florescer cada vez mais os poderes inquisitórios, em detrimento do princípio do dispositivo, com vista à maior aproximação do juiz à verdade material” (proc. n.º 1498/08.4TVLSB.G1).

momentos processuais, sendo tanto mais salvaguardado quanto mais actos previstos se realizarem numa só diligência ou num só espaço de tempo⁴³.

Como é bom de ver, a conexão intrínseca entre todos estes princípios processuais justifica a sua abordagem conjunta⁴⁴. Com efeito, “*os princípios da imediação, concentração, oralidade e continuidade*⁴⁵, mantêm entre si uma tão íntima ligação, que a sua autonomização conceptual corre o risco de enveredar por uma tautologia”⁴⁶. Nomeadamente, “*sempre que a prova seja transmitida por pessoas – como sucede no depoimento de parte (...) – a imediação na produção da prova implica a oralidade nessa realização*”⁴⁷.

Como se explanou no Ac. TRL de 16.02.2009, (Luís Correia Mendonça)⁴⁸: “O processo oral, a que se liga, quase espontaneamente, o nome de Giuseppe Chiovenda, decompunha-se nos seguintes princípios: *predomínio da palavra falada como meio de expressão, atenuado pelo uso de escritos de preparação e documentação da causa; imediação da relação entre o julgador e as pessoas cujas declarações aquele tem que valorar; identidade das pessoas físicas que constituem o tribunal durante a pendência da causa; concentração do processo numa só audiência ou em poucas audiências próximas umas das outras; irrecorribilidade das interlocutórias* (Guiseppe Chiovenda, *Instituciones de Derecho Procesal Civil, T III, Editorial Revista de Derecho Privado, Madrid, 1940:159 ss.*)”.

⁴³ Sobre o reforço deste princípio na Reforma de 2013, leia-se Lopes do Rego, *Os princípios orientadores da reforma do processo civil em curso*, in Revista Julgar n.º 16, Jan/Abril de 2012, Coimbra Editora, p. 127.

⁴⁴ Note-se que todos têm em comum a procura da celeridade e economia processual, sendo também frequentemente associados aos deveres de gestão processual e de adequação formal ínsito nos artigo 6.º, n.º1, na parte em que se obriga o juiz à adopção de “*mecanismos de simplificação e agilização processual que garantam a justa composição do litígio em prazo razoável*”. Assim, muitos dos artigos acima citados também podem ser entendidos como reflexos da imediação e concentração.

⁴⁵ Este último consiste na exigência de que o espaço de tempo entre os actos e diligências processuais, nomeadamente a produção da prova e a decisão, seja tão curto quanto possível, e encontra expressão no artigo 606.º do C. P. C.

⁴⁶ Hélder Martins Leitão, *Dos Princípios Básicos em Processo Civil*, 3.ª ed. revista, actualizada e aumentada, Ed. Almeida & Leitão Lda., Porto (1999), p. 138.

⁴⁷ Teixeira de Sousa, *Estudos...*, p. 334.

⁴⁸ Proc. n.º 224298/08.4YIPRT-B.L1-8.

No pólo oposto, um sistema processual com cariz marcadamente escrito (*sistema della scrittura*, contraposto ao *sistema dell'oralità*⁴⁹) à partida será menos influenciado pela oralidade, imediação e concentração. Foi o caso do primeiro Código Processual, de 1876, onde a discussão dos autos e a produção de prova era toda reduzida a escrito e, como vimos *supra*, a oralidade era praticamente inexistente⁵⁰. Sem prejuízo das vantagens inerentes a um sistema processual onde prevaleça a escrita⁵¹, foram crescendo as duras críticas de excessivo formalismo, morosidade, passividade, entre outras.

Em conformidade, também por influência da tendência mundial processualista desde a 2.ª metade do séc. XIX, o legislador consagrou em 1939, em sentido diametralmente oposto, o sistema da oralidade pura, caracterizado pela discussão e produção de prova por via oral⁵², sem a correspondente documentação. Embora tenha vigorado até 1995, também esta opção foi sendo alvo de forte oposição, em especial pelos defensores de uma oralidade mitigada, como Alberto dos Reis e Pessoa Vaz. Em causa estava a absoluta ausência de registo da prova, aliada à menor exigência de motivação da sentença (em suma, reduzida documentação), impedindo-se destarte a sindicância da decisão de facto por parte dos tribunais superiores.

⁴⁹ O binómio foi introduzido em 1962 por Cappelletti, na sua obra *La testimonianza della parte nel sistema dell'oralità*, Giuffrè (1962).

⁵⁰ Nesse sentido, Abrantes Geraldès, ob. cit., I vol., p. 23.

⁵¹ Designadamente, a escrita não só salvaguarda a conservação dos actos (apesar de hoje já ser possível a sua gravação – art. 151.º CPC) como exige preparação sólida e reflectida. Nas palavras de Chiovenda – tido como “o iniciador da luta doutrinária que nos finais do século passado se travou à volta da opção discussão escrita/discussão oral” (cf. Hélder Martins Reis, ob. cit., p. 149), que a escrita “é um meio aperfeiçoado de exprimir o pensamento” (*Relatório do Projecto de Código de Processo Civil Italiano de 1919*, Cap. VIII, p. 23).

⁵² Podem ser apontadas inúmeras vantagens à opção pela oralidade no processo civil: maior celeridade, menores custos, maior acessibilidade a todas as pessoas em virtude da maior simplicidade, maior discussão no sentido da troca de ideias com vista ao esmiuçamento da questão, a maior focagem do juiz nas questões essenciais do litígio, a maior continuidade dos actos e diligências, entre outras. Mais desenvolvidamente, leia-se António Alfredo Mendes, *O Movimento a Favor da Oralidade e a Crise da Justiça em Portugal*, dissertação de mestrado sob orientação do Professor Pessoa Vaz, U. A. L., Lisboa. Relativamente às vantagens em sede de prova, afirma impressivamente Sagui, citado por Alberto dos Reis, ob. cit., p. 567: “Ao juiz que haja de julgar segundo o princípio da livre convicção é tão indispensável a oralidade, como o ar é necessário para respirar”.

Foi assim que, na Reforma de 1995/96 – também devido à maior facilidade de gravação audiovisual proporcionada pela evolução tecnológica – se introduziu o registo da prova produzida em audiência (cf. actual artigo 155.º do C. P. C.), o que veio permitir um efectivo recurso da decisão sobre a matéria de facto e respectiva fundamentação, já que também esta foi reforçada⁵³.

Ficou então finalmente consagrada a opção pela oralidade mitigada, entendida como aquela que é *“atenua[da] com a introdução de medidas complementares destinadas a impor ou a permitir a recolha e registo objectivo das declarações oralmente emitidas perante o tribunal”*⁵⁴. Enfim, face ao estudo da evolução legislativa *supra* realizado, parece seguro concluir que a oralidade, temperada com a respectiva documentação, tem vindo a ser progressivamente valorizada no processo civil, tendo actualmente expressão em inúmeros preceitos ao longo do Código.

⁵³ Cf. Paulo Pimenta, *Os Temas da Prova* (2013), disponível na Internet em http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/ProcessoCivil/Texto_comunicacao_Paulo_Pimenta.pdf, p. 19.

Para uma leitura mais aprofundada da história da oralidade em Portugal, *vide* Abrantes Geraldês, vol. II, pp. 181 e segs.; e ainda Pessoa Vaz, *Direito Processual Civil*, ed. Almedina (1998).

⁵⁴ Abrantes Geraldês, *ob. cit.*, vol. II, p. 181

5. O actual regime de produção de prova oral pelas partes

5.1. A prova por depoimento de parte

5.1.1. Figura, finalidade e regime

Dispõe o artigo 452.º do Código Processo Civil, sob a epígrafe “*Depoimento de parte*”, o seguinte:

“1 - O juiz pode, em qualquer estado do processo, determinar a comparência pessoal das partes para a prestação de depoimento, informações ou esclarecimentos sobre factos que interessem à decisão da causa.

2 - Quando o depoimento seja requerido por alguma das partes, devem indicar-se logo, de forma discriminada, os factos sobre que há de recair.

3 – Cada uma das partes pode requerer não só o depoimento da parte contrária, mas também o dos seus compartes.” (sublinhado nosso).

Como indicia o excerto sublinhado, este meio de prova serve o interesse da parte contrária. Com efeito, apesar de a lei não fornecer um conceito legal, o depoimento de parte sempre foi entendido essencialmente como o meio de prova através do qual a parte, a requerimento da parte contrária, depõe sobre o conhecimento que tenha dos factos que lhe são desfavoráveis.

Também por isso, a recente introdução (na reforma de 95/96) da possibilidade de ser determinado oficiosamente (n.º 1 do preceito supracitado) causou alguma estranheza em parte da doutrina, que questiona de que modo se pode conjugar a típica finalidade confessória do instituto com a necessária imparcialidade do juiz⁵⁵. Conforme defenderemos adiante (4.1.5.), a acima descrita composição tradicional do instituto já não parece corresponder inteiramente à actual realidade jurídica.

O C. P. C. regula exhaustivamente a produção deste meio de prova. Ao contrário da prova por declarações de parte, o depoimento deve ser requerido pela parte

⁵⁵ Estrela Chaby, ob. cit., p. 186 e 187.

contrária logo no articulado inicial⁵⁶ (artigo 552.º, n.º 2), com indicação especificada dos factos sobre que há de recair (artigo 452.º, n.º 2). Sendo a lei omissa quanto à consequência da não indicação, a jurisprudência corrente tem entendido que o requerimento deve ser indeferido, com fundamento na impossibilidade de o juiz apreciar se estão preenchidos os pressupostos legais⁵⁷. Por outro lado, tem-se verificado alguma divergência quanto a saber se tal indeferimento está dependente de convite prévio ao aperfeiçoamento, sendo que a maioria da jurisprudência mais recente parece pronunciar-se no sentido afirmativo, à luz do dever de gestão processual consagrado no artigo 6.º do C. P. C.⁵⁸ Já no caso de ser requerido o depoimento sobre toda a matéria de facto, algumas decisões mais recentes têm contrariado a tradição jurisprudencial que não o permitia⁵⁹. Sem prejuízo, conforme se escreveu no Ac. TRE de 21/02/2008 (Mário Serrano)⁶⁰: *“Não é legítimo interpretar o requerimento de depoimento de parte formulado sem qualquer discriminação de factos sobre que depor, como reportado a toda a matéria incluída na base instrutória (...)”*. O

⁵⁶ Após esse momento, como se escreveu no Ac. TRL de 01/03/2012 (Mata Ribeiro), *“mesmo existindo sugestão de qualquer das partes, o juiz após a análise da realidade que tem subjacente à sugestão pode, ou não, determinar a comparência da parte para depor, não lhe sendo exigido que o tenha de fazer, ao contrário do que acontece com a situação referida no n.º 2 do citado artº 552º do CPC (depoimento a requerimento da parte efectuado no momento oportuno para a indicação das provas) que, desde que a parte indique os factos sobre os quais o mesmo há-de recair, deve determinar a prestação do depoimento, a não ser que o objecto para ele proposto não seja admissível.”*, proc. n.º 209/06.3TBODM.E1 ; no mesmo sentido, Ac. TRE de 10/07/2003 (Gaito das Neves), proc. n.º 63/03-2 (disponíveis em www.dgsi.pt, à semelhança de todos os demais acórdãos citados no presente estudo).

⁵⁷ Identicamente para a prova por declarações de parte, *ex vi* artigo 466.º, n.º 2, cf. Ac. TRG de 21/11/2015 (António Santos), proc. n.º 7178/11.6TBARG-A.G1; e Ac. TRL de 28/09/2016 (José Eduardo Sapateiro), proc. n.º 233/15.5T8CSC.L1-4.

⁵⁸ No sentido da exigência de tal poder/dever, Ac. TRL de 27/09/2012 (Ilídio Sacarrão), proc. n.º 12051/05.4TMSNT.L1, e Ac. TRL de 24/03/2011 (Natalino Bolas), proc. n.º 167/10.0TTLRs-A.L1-4. Identicamente para a prova por declarações de parte, *ex vi* artigo 466.º, n.º 2, cf. Ac. TRL de 21/12/2015 (Leopoldo Soares), proc. n.º 4059/15.8T8LSB-4. No sentido do imediato indeferimento, Ac. TRE de 26/04/2014 (Paula do Paço), proc. n.º 334/13.4TTEVR-A.E1; Ac. TRG de 21/05/2013 (Edgar Gouveia), proc. n.º 2629/11.2TBBCI-A.G1; Ac. TRC de 06/12/2005 (Coelho de Matos), proc. n.º 2824/05, e Ac. STJ de 26/06/1991 (Cura Mariano), proc. n.º 08919.

⁵⁹ *Vide* Acs. TRG de 12/03/2015 (Isabel Rocha), proc. n.º 1286/11.1TBEPs-B.G1, de 26/09/2013 (Manuel Bargado), proc. n.º 106/12.3TBPTB-F.G1, e de 03/04/2014 (Helena Melo), proc. n.º 3310/13.3TBARG.G1, concluindo que: *“A imposição da indicação discriminada dos factos sobre os quais há-de recair a prestação de declarações da parte, não impede que a parte requeira a prestação de declarações a toda a matéria”*. Identicamente para as declarações de parte, *ex vi* artigo 466.º, n.º 2, cf. Ac. TRL de 12/03/15 (Isabel Rocha), proc. n.º 1286/11.1TBEPs-B.G1.

⁶⁰ Proc. n.º 2647/07-2.

depoimento é prestado oralmente e perante o juiz, em regra na audiência final [artigos 456.º e 604.º, n.º 3, al. a)]. Após a advertência moral e o juramento a que diz respeito o artigo 459.º, é o próprio juiz que conduz o interrogatório, resumindo-se a intervenção dos advogados das partes a pedidos de esclarecimentos (artigos 460.º a 462.º). Nos termos do artigo 462.º, n.º 1, “*O depoimento é sempre reduzido a escrito, na parte em que haja confissão (...)*”. Não vá sem se dizer que esta exigência legal tem suscitado alguma discordância na jurisprudência, desde a consagração da obrigatoriedade de gravação em sistema sonoro nos termos do artigo 155.º, n.º 1⁶¹. Consequentemente, tem-se verificado alguma desvalorização da não assentada ou da deficiência na gravação⁶², o que de resto é consonante com a remoção pelo legislador da expressão “*mesmo que tenha sido gravado*” que até 2013 constava daquele n.º 1.

5.1.2. Objecto do depoimento

a) Carácter pessoal

Nos termos do artigo 454.º, n.º 1, “*O depoimento só pode ter por objecto factos pessoais ou de que o depoente deva ter conhecimento*”. Na esteira de Lebre de Freitas, a expressão “de que o depoente deva ter conhecimento” “*(...) mais não estabelece do que uma presunção de que determinado facto lhe é pessoal, isto*

⁶¹ Como se pode ler no Ac. TRC de 10/11/2009 (Carlos Moreira), proc. n.º 126/07.0TBPNH.C1: “*É criticável, porque complexizante e retardatária, a exigência legal – artº563º nº1 do CPC – da redução a escrito (assentada) do depoimento de parte na sua vertente confessória, já que este é gravado o que é suficiente para os fitos essenciais da assentada: impor a vinculação do confessante e sindicar o seu teor pelo tribunal ad quem.*”; acrescentando-se no Ac. TRG de 15/09/2014 (Maria da Purificação Carvalho), proc. n.º 1190/12.5TBGMR.G1, que: “*Na verdade, sendo o depoimento gravado nos modernos meios técnicos para o efeito, tanto basta para que toda a (i)relevância e alcance probatório do depoimento sejam – salvo nos casos em que a gravação é deficiente – perfeita e cabalmente verificados e sindicados (...)*”.

⁶² Cfr. Acs. acima citados e também Ac. TRG de 16/02/2017 (Maria João Marques Pinto de Matos), proc. n.º 201/08.3TBEPs.G1, onde não se impediu a valoração do depoimento nulo com fundamento nos artigos 413.º e 466.º, n.º 3, do C.P.C., e ainda Ac. TRG de 08/06/2010 (Isabel Fonseca), proc. n.º 5357/06.7TBBRG.G1, onde se considerou não influir no exame da causa a deficiência na gravação de depoimento de parte.

é, caiu no âmbito das suas percepções”⁶³. Como aponta Antunes Varela⁶⁴, *“assim era claramente no C.P.C. de 1876, «factos pessoais (...) ou de que o depoente possa ter conhecimento». Trata-se, pois, de um único conceito e a aparente dualidade conceitual deve-se porventura a um erro de tradução do §138 da ZPO alemã à data da elaboração do CPC de 1939.”*. Daqui se pode concluir que tal redacção terá por fundamento uma mera probabilidade de conhecimento dos factos, não sendo pois suposto que a parte deponha sobre factos que não lhe sejam pessoais⁶⁵. Sem prejuízo, do exposto resulta que o que se pretende é uma declaração de ciência⁶⁶ e não de vontade, à semelhança da prova testemunhal. Por outras palavras, “[a] parte confessa o facto, porque está convencida de que ele é exacto, e não porque queira fazê-lo passar por verdadeiro”⁶⁷.

Coloca-se ainda a questão de saber se na expressão “*factos pessoais*” se visa incluir os factos de que a parte teve conhecimento por via indirecta, sendo que – ao contrário da prova por declarações de parte (*vide* artigo 466.º, n.º 1, e *infra* 3.2.2.) – a letra da lei não veda expressamente tal possibilidade⁶⁸. A este

⁶³ A *Confissão no Direito Probatório*, Coimbra Editora (1991), p. 125. No mesmo sentido, Alberto dos Reis, ob. cit., p. 93. Por sua vez, Estrela Chaby, ob. cit., pp. 98 e 99, defende que: “*Para além de alguma maleabilidade na interpretação da expressão «factos de que o depoente deva ter conhecimento», verifica-se aqui um sinal de compromisso da natureza do depoimento, ou seja, de este não ser, afinal, uma pura declaração de ciência, mas antes compreender notas de disposição; assim se explica que este possa recair sobre factos que o depoente efectivamente não conhece, podendo em relação aos mesmos, graças aos poderes de disposição do depoente, haver reconhecimento.*”.

⁶⁴ Ob. cit., p. 568.

⁶⁵ Em sentido aparentemente oposto, Estrela Chaby, ob. cit., p. 99, onde afirma que “*(...) em sede de depoimento de parte, parece face à nossa lei configurável que o depoente reconheça factos desfavoráveis à sua pretensão, pese embora este declare não ter dos mesmos efectivo conhecimento*”.

⁶⁶ Por todos, Manuel de Andrade, *Noções Elementares do Processo Civil*, Coimbra (1956), p. 225. Uma declaração de ciência é aquela que tem por conteúdo uma informação sobre a realidade exterior, ou, como conceptualizado por Lebre de Freitas, “*afirmação e negação constituem declarações de ciência, que são informações sobre a realidade baseadas no conhecimento do declarante: trata-se de manifestações da esfera cognoscitiva sobre fragmentos da realidade que é objecto de conhecimento.*”, ADC..., ob. cit., p. 88, e bem assim jurisprudência constante.

⁶⁷ Alberto dos Reis, ob. cit., p. 73.

⁶⁸ Cfr. Rui Pinto, *Notas ao Código de Processo Civil*, 2.ª ed., Coimbra Editora (2015), vol. I, p. 379. Como se escreveu no Ac. TRG de 26/01/2012 (António Sobrinho) – quanto à prova testemunhal mas s.m.o. aplicável ao depoimento de parte e já não às declarações de parte – “[A] lei processual civil não proíbe o depoimento indirecto, sendo que a força probatória dos depoimentos das testemunhas é apreciada livremente pelo tribunal – artº 396º, do Código Civil. Acresce que as testemunhas podem narrar factos por elas próprias praticados, mas, em regra, narram factos que observaram, incluindo narrações que

propósito, é de citar o Ac. TRL de 21/02/2017 (Graça Amaral)⁶⁹, em cuja fundamentação consta que: *“Tendo a confissão por subjacente um conhecimento directo dos factos que justifica a eficácia probatória atribuída por lei à declaração (de ciência) feita pela parte, não podia o tribunal recorrido, perante as declarações proferidas por Cândido e Luís ter atribuído a valoração de confissão à referida matéria, porquanto os mesmos não manifestaram qualquer conhecimento directo quanto a ela (designadamente por terem participado, presenciado ou acompanhado as negociações), tendo revelado que o respectivo conhecimento resultava, simplesmente, por terem ouvido falar sobre isso aos respectivos ascendentes. Tal forma de conhecimento é manifestamente insuficiente para a atribuição de eficácia confessória. (...)”*. Acrescenta-se ainda que, caso seja *“(...) Afastada a eficácia confessória, as declarações proferidas pelos Autores apenas podem ser apreciadas enquanto meio de prova sujeito à livre apreciação do julgador, em conjugação com os demais meios de prova, designadamente o depoimento das testemunhas. Todavia, o teor das declarações proferidas pelas testemunhas Prazeres e Gualdino a esse respeito, referenciado, aliás, pelo tribunal a quo no despacho de motivação, revela-se manifestamente insuficiente para demonstrar a existência (e o conteúdo) das negociações, por constituir um testemunho sustentado num ouvir dizer de forma vaga e totalmente imprecisa e por não ser minimamente plausível e/ou razoável, atenta as regras da experiência e da lógica (...)”*. Em suma, embora a admissibilidade do depoimento indirecto não seja expressamente afastada – como o é nas declarações de parte – ainda assim as máximas da experiência tendem a conferir-lhe pouca credibilidade.

lhes tenham sido feitas por quem directamente observou ou praticou os factos a provar. Assim, além do relato valora-se a razão de ciência da testemunha, ou seja, de como os factos relatados chegaram ao seu conhecimento.”, proc. n.º 373/11.OTCGMR-C.G1. Leia-se também Ac. TRG de 11/07/2017 (António Figueiredo de Almeida), proc. n.º 3388/15.8BRG.G1.

⁶⁹ Proc. n.º 925/14.6T8CSC.L1-7.

b) Desfavorabilidade do facto

Para além do carácter pessoal, cumpre referir que o testemunho não abrange toda a matéria de facto *probandi* juridicamente relevante (aliás em consonância com o princípio “*nemo testis auditur in re sua*” ou “*nullus idoneus testis in re sua intelligitur*” inscrito no artigo 496.º do C. P. C.). Desde logo, não é admissível o depoimento “*sobre factos criminosos ou torpes, de que a parte seja arguida*” (artigo 454.º, n.º 2), ou sobre factos cuja recusa seja legítima, nos termos gerais do artigo 417.º, n.º 3.

Mais, quer por ter sido inserido no Capítulo III “*Prova por confissão e por declarações das partes*”, Secção I “*Prova por Confissão das partes*”, quer por decorrência do seu regime (*vide* arts. 453.º, n.º 3, 461.º a 465.º), quer pelo disposto no artigo 356.º, n.º 2, do C. C., ou até pela tradição histórica do instituto, é consabido que o depoimento de parte tem por finalidade típica a confissão⁷⁰. Daí se tem entendido que, quando não haja finalidade confessória, este meio de prova não é legalmente admissível. Definida no artigo 352.º do Código Civil, a confissão consiste no “*reconhecimento que a parte faz da realidade de um facto que lhe é desfavorável e favorece a parte contrária*”. Nas palavras de Lebre de Freitas, a desfavorabilidade consiste “*na contrariedade do efeito jurídico que desse facto resulta ou pode resultar ao interesse do confitente*”⁷¹. Assim se chega à conclusão de que a parte só poderá depor sobre factos cuja comprovação seja prejudicial à sua pretensão jurídica (*contra se pronuntiatio*).

Por último e em conformidade com o acima exposto, a parte também não poderia depor sobre os factos que não admitem confissão, ou não cumprem os demais requisitos confessórios (artigos 353.º e seguintes do C. C.).

Importa ainda realçar que, embora ambos sejam meios de prova em sentido amplo, o depoimento de parte não se confunde com a confissão. Esta é um meio material de prova (daí estar regulado no Código Civil) que pode ser judicial

⁷⁰ Por todos, Lebre de Freitas, *A confissão...*, p. 245.

⁷¹ *A Confissão...*, p. 103. Identicamente, Remédio Marques, *ob. cit.*, p. 138.

ou extrajudicial, e naquele caso espontânea ou provocada (artigos 355 e 356.º). Por sua vez, o depoimento de parte *“constitui uma das vias processuais através das quais se pode obter a confissão”*⁷² (conforme se pode ler no artigo 356.º, n.º 2 do C. C.: *“A confissão judicial provocada pode ser feita em depoimento de parte ou em prestação de informações ou esclarecimentos”*).

5.1.3. Força probatória

Na eventualidade de o depoente reconhecer a veracidade dos factos sobre os quais é interrogado, verifica-se uma confissão judicial que confere força probatória plena⁷³ daqueles factos, desde que seja reduzida a escrito (artigos 355.º/1/2, 356.º/2 e 358.º/1).

Segundo a doutrina, tal força probatória deve-se à: *“ (...) forte presunção alicerçada na experiência da vida, de que a confissão corresponde à realidade. A tendência natural das pessoas é para falarem a verdade. Se alguma inclinação vulgar se pode aditar-lhe, será a de as pessoas tenderem a distorcer a realidade em seu proveito, especialmente se entram em conflito com alguém. Assim, se um facto é desfavorável a uma das partes (...) e, apesar disso, aquela reconhece declaradamente a realidade dele, é porque, com muito grande probabilidade, o facto corresponde à verdade”*⁷⁴. Por sua vez, *“(...) esta presunção é mais intensa, por haver aí maior probabilidade de seriedade da declaração, se a afirmação for feita por escrito e perante a pessoa a quem tal afirmação aproveita (...)”*⁷⁵. Relativamente a todos os restantes factos, isto é, aqueles que, sendo desfavoráveis, por qualquer razão⁷⁶ *“não possa[m] valer como confissão”* – o

⁷² Cfr. Antunes Varela, ob. cit., p. 539, e jurisprudência constante.

⁷³ Ou mesmo pleníssima, *“visto o declarante não poder fazer contra ela, nem contraprova, nem prova do contrário. Essa a razão por que os autores consideravam a confissão como a regina probationum - a rainha das provas (...)”*, cf. Antunes Varela, ob. cit., p. 552. Vide também, Lebre de Freitas, *A Confissão...*, p. 104.

⁷⁴ Antunes Varela, ob. cit., p. 553. No mesmo sentido, Lebre de Freitas, *A confissão...*, p. 187, e Alberto dos Reis, ob. cit., p. 73.

⁷⁵ Lebre de Freitas, idem.

⁷⁶ *“(...) quer por o réu intervir numa situação de litisconsórcio, quer pelo facto de não ter admitido qualquer facto que lhe seja desfavorável, quer quando, admitindo o facto que lhe é desfavorável alega*

chamado reconhecimento não confessório – são apreciados livremente pelo tribunal (artigo 361.º do Código Civil).

5.1.4. A crescente valoração probatória dos factos favoráveis

Sucedem que, frequentemente, as partes chamadas a depor sobre os factos que lhes são desfavoráveis não só os negam como aproveitam a oportunidade para invocar a sua versão dos factos, os quais naturalmente em regra lhes são favoráveis (*pro se pronunciatio*)⁷⁷. Desde logo, “quando, em sede de depoimento de parte, são produzidas declarações que negam os factos desfavoráveis acerca dos quais a parte foi perguntada, estamos indubitavelmente perante declarações favoráveis ao depoente”⁷⁸, quanto mais quando acrescentam a sua versão.

Nos termos da lei, se as declarações favoráveis ocorrerem no âmbito de confissão, sendo “*tendentes a infirmar a eficácia do facto confessado ou a modificar ou extinguir os seus efeitos, a parte que dela quiser aproveitar-se como prova plena tem de aceitar também como verdadeiros os outros factos ou circunstâncias, salvo se provar a sua inexactidão*” (artigo 360.º do C. C.). É a chamada indivisibilidade da confissão (complexa ou qualificada). Mantém-se, porém, a questão de saber qual a solução para as declarações que interessam ao depoente (favoráveis), se desacompanhadas de qualquer confissão, ou se não tiverem aquela conexão intrínseca com o facto confessado⁷⁹.

factos impeditivos modificativos ou extintivos o autor não pretenda aproveitar-se de tal declaração confessória” [Ac. TRL de 21/11/2010 (Maria João Areias), proc. n.º 4206/06.OYXLSB.L1-7].

⁷⁷ Cfr. Ac. TRL de 15/09/2009 (Isabel Salgado), proc. n.º 6006/05.6TBALM.L1-7: “O depoimento de parte (...) tem por objectivo principal recolher a confissão dos factos, que raramente acontece, limitando-se o depoente e interessado no destino da causa, em corroborar a versão dos factos que apresentou nos articulados”.

⁷⁸ Estrela Chaby, ob. cit., p. 166.

⁷⁹ Sobre a conexão tal que justifica a indivisibilidade, cfr. Ac. TRE de 02/10/2012 (João Luís Nunes): “a lei determina a indivisibilidade da confissão quando a parte narre factos ou circunstâncias relevantes e directamente relacionadas com a confissão.”; no caso vertente, “Este confessou que efectivamente assinou o documento, mas também explicitou as circunstâncias e motivos que o levaram a assinar (...)”, proc. n.º 383/11.7TTFAR.E1.

Ora, a lei não resolve o problema. Também é verdade que, nas palavras de Remédio Marques, “(...) *em lado algum do nosso ordenamento jurídico as declarações não confessórias de uma parte integram uma regra de exclusão de admissibilidade de utilização dessas mesmas declarações, mesmo quando respeitam a factos favoráveis à parte depoente*”⁸⁰. Já Alberto dos Reis defendia, relativamente à supramencionada declaração complexa, que: “*A indivisibilidade ou incindibilidade da confissão deve, pois, entender-se neste sentido: proibição de atribuir eficácia legal de prova à parte desfavorável ao confitente sem a admissão da parte favorável; não resulta daí que o juiz esteja inibido de apreciar livremente a declaração complexa*”⁸¹. Porém, justificava a eficácia probatória da parte favorável exclusivamente na “*admissão da parte contrária [...], visto que ninguém pode constituir, por simples acto seu, título que o beneficie (...)*”⁸². Esta última afirmação do Ilustre Professor, reiterada pelo Tribunal Constitucional⁸³, revela-se salvo melhor opinião pouco actual, face à introdução da iniciativa oficiosa em 1995/96 e da prova por declarações de parte em 2013.

Importa desde já recordar que uma coisa é permitir, *a priori*, que o depoimento de parte seja requerido sobre factos favoráveis, e outra é admitir, *a posteriori*, a sua valoração probatória caso ocorram durante o depoimento.

Quanto à primeira questão, à luz da finalidade confessória do depoimento de parte, certo é que o legislador não o pré-concebeu para versar sobre os factos favoráveis ao depoente. Por esse motivo, tem sido consensual que deve ser indeferido quando o requerimento não tenha por objecto factos desfavoráveis⁸⁴. Tal é consentâneo com a lógica sistemática do Código: para declarações favoráveis, prevê-se um mecanismo próprio – as declarações de parte.

⁸⁰ Ob. cit., p. 169.

⁸¹ Ob. cit., p. 116.

⁸² Idem, p. 117.

⁸³ Ac. TC n.º 504/2004 de 02/11, proc. n.º 222/04, DR, II Série de 2.11.2004, p. 16.093; DR, II Série de 2.11.2004, p. 16.093: A confissão, como dito, não constitui meio de prova de quem emite a declaração, mas a favor da parte com interesses contrários, ninguém podendo, por mero acto seu, formar provas a seu favor”.

⁸⁴ Por todos, Ac. TRE de 13/12/2011 (Mata Ribeiro), proc. n.º 2112/09.6TBSTB-A.E1: “*Requerer o depoimento de parte sobre factos, sem que se tenha por objectivo o reconhecimento de qualquer facto*

Já a segunda questão não é tão linear, nem tem tido entendimento pacífico. Sem prejuízo, Lebre de Freitas faz notar o “passo muito tímido” no sentido da valoração probatória dos factos favoráveis ao depoente, “(...) *ao admitir o depoimento da parte por iniciativa oficiosa; mas o enquadramento do preceito no campo da prova por confissão não permitirá a sua interpretação no sentido de possibilitar qualquer valoração do depoimento favorável a quem o presta*”. Reconhecendo que a proposta que realizou em nome da Ordem dos Advogados, no sentido da introdução da figura do testemunho de parte (isto é, de um único mecanismo processual de produção de prova oral e directa pelas partes, com valoração unitária de todo o depoimento – à semelhança da prova testemunhal), não foi aceite pelo legislador em 1995/96, admite o Autor que: “*O depoimento de parte não constitui no nosso direito, um testemunho de parte, livremente valorável em todo o seu conteúdo, favorável ou desfavorável ao depoente, mas um meio de provocar a confissão*”⁸⁵. Ainda assim, já antes de 2013 o Ilustre Professor parecia pugnar pela admissibilidade e valoração probatória do depoimento, na parte que se revele favorável ao depoente⁸⁶. Agora com a introdução das declarações de parte, afirma o Autor que: “*Embora as tenha como acto de prova distinto do depoimento de parte, afigura-se que,*

desfavorável ou cujo ónus da prova recaia sobre a parte contrária, traduz-se num uso indevido desse meio de prova, por falta de correspondência funcional e teleológica entre o meio processual e o objecto do meio de prova fixado na lei”; no mesmo sentido, Acs. TRL de 20/11/2014 (Ana de Azeredo Coelho), proc. n.º 24233/13.OT2SNT-A.L1-6, e de 11/03/2010 (Márcia Portela) . Vide também Ac. TRG de 18/05/2017 (Higina Orvalho Castelo), proc. n.º 187327/14.7YIPRT-A.G1, onde se faz notar que: *A inadmissibilidade do requerimento do depoimento de parte não contende com a livre apreciação de depoimento de parte sem carácter confessório, pois a primeira questão diz respeito à apreciação do requerimento probatório e a segunda respeita ao valor probatório de depoimento prestado*. Vide também o Ac. TC acima citado, que se pronunciou no sentido da não inconstitucionalidade de uma tal interpretação.

⁸⁵ Código de Processo Civil Anotado, vol. II, Coimbra Editora, pág. 464.

⁸⁶ CPC Anot., ob. cit, onde afirma que: “*Em algumas decisões dos tribunais é entendido que, visando o depoimento de parte a obtenção da confissão, a parte só pode ser ouvida sobre os factos que lhe sejam desfavoráveis, estando excluído o seu depoimento sobre aqueles que lhe sejam favoráveis (assim, por exemplo, no ac. TRC de 27.4.95, PIRES DA ROSA, BMJ, 446, p. 365, e, aparentemente, no ac. do mesmo TRC de 4.3.97, SILVA GRAÇA, BMJ, 465, p. 653), dos quais em princípio tem o ónus da prova. Estas decisões não são compreensíveis. Um facto positivo tem sempre, como inverso, um facto negativo e, se um é favorável à parte, o outro é-lhe desfavorável. O depoimento da parte sobre um facto que tenha o ónus de alegar e provar pode conduzir a conclusão de que esse facto não se verificou, o que constitui consequência desfavorável ao depoente.*”, p. 473-474.

*no acto de produção deste, o depoente poderá manifestar a vontade de que as declarações favoráveis que faça sejam valoradas como prova sujeita à livre apreciação do julgador, desde que a parte contrária esteja presente, ou lhe seja dada a possibilidade de igualmente ser ouvida (...)*⁸⁷.

Também Remédio Marques pugna pela valoração probatória das declarações favoráveis que se verifiquem durante o depoimento de parte, mas já não enquanto tal. Como explica o Professor, *“ocorre, isso sim, a valoração desse depoimento fora do esquema formal típico do depoimento de parte. (...) Sucede apenas isto: o acto inidóneo a constituir prova em função do qual pode ter sido invalidamente praticado vai integrar um conjunto de presunções judiciais livremente valoráveis pelo tribunal, a par de outras declarações de testemunhas (...)”*⁸⁸. Conclui assim que: *“É admissível a produção e a valoração das declarações da parte, mesmo que respeitem a factos probatórios que lhe sejam favoráveis, contanto que o tribunal não se tenha baseado exclusivamente nessas declarações para formar a sua convicção sobre os factos controvertidos que deu como provados”*⁸⁹. Acrescenta aliás que: *“(...) uma interpretação da lei processual que impeça a valoração do depoimento de parte relativa aos factos favoráveis ao depoente como base de presunções judiciais e outros elementos probatórios adquiridos nos autos viola [o] direito fundamental [consagrado no artigo 20.º, n.ºs 1 e 4, da Constituição] exactamente e quando (e só quando) estão apenas em causa dactos da vida íntima ou privada dos litigantes não percebidos por ninguém senão pelos próprios e insusceptíveis de serem documentados”*⁹⁰.

Por sua vez, na jurisprudência, este foi o tema claramente mais debruçado e mais marcado por forte controvérsia, pelo menos dentro do âmbito pesquisado. Uma certa corrente jurisprudencial pronunciava-se contra a aquisição probatória dos factos favoráveis ao depoente, quer por iniciativa oficiosa quer

⁸⁷ADC..., ob. cit., p. 300.

⁸⁸ Ob. cit., p. 162.

⁸⁹ Idem, p. 171.

⁹⁰ Idem, p. 156.

quando se verificassem durante o depoimento (por exemplo, quando a parte negasse os factos e apresentasse a sua versão), com fundamento na *“falta de correspondência funcional e teleológica entre o meio processual e o objecto do meio de prova fixado na lei”*⁹¹. Com efeito, defendia-se que: *“Se a parte se limita a afirmar factos que lhe são favoráveis, não está a confessar, sendo que o depoimento de parte não constitui no nosso direito, um testemunho de parte, a apreciar livremente em todo o seu conteúdo, favorável ou desfavorável ao depoente, mas um meio de provocar a confissão”*⁹². Pelo contrário, segundo outro entendimento jurisprudencial que foi secundando ao longo do tempo, os factos favoráveis que surgissem durante o depoimento de parte podiam ser valorados pelo Tribunal com força probatória livre, sendo invocados como fundamento legal os artigos 358.º, n.º 4, e 361.º do C. C.⁹³.

A partir de 1995/96, a introdução da iniciativa oficiosa (artigo 452.º, n.º 1, do C. P. C.) veio reforçar esta tese, uma vez que já então causava estranheza que o juiz só pudesse apreciar os factos desfavoráveis, mesmo quando fosse ele próprio a determinar o depoimento, face à necessária imparcialidade (*vide infra* **4.1.5.**)⁹⁴.

⁹¹ Por todos, Ac. STJ de 27/01/2004 (Alves Velho), proc. n.º 03A3530.

⁹² Ac. STJ de 16/10/2012 (António Joaquim Piçarra), proc. n.º 8020/09.3T2SNT.L1.S1. No mesmo sentido, Acs. STJ de 25/11/2010 (Alberto Sobrinho), proc. n.º 3070/04.9TVLSB.L1.S1; de 08/06/2004 (Hélder Almeida), proc. n.º 1700/03; e de 26/10/1999 (Francisco Lourenço), proc. n.º 99A622; Ac. TRE de 31/01/2008 (Acácio Neves) proc. n.º 2364/07-3; Acs. TRL de 07/02/2013 (Pedro Martins), proc. n.º 20507/10.0T2SNT.L1-2; e de 04/10/2012 (Maria Teresa Pardal), proc. n.º 4867/08.6TBOER-I.L1-6; e ainda Ac. TRP de 23/11/2006 (Saleiro de Abreu), proc. n.º 0635809. De realçar ainda Ac. TRL de 27/05/2010 (Maria Manuela Gomes), proc. n.º 4340/04.1TJLSB-6, onde em aparente contrariedade por um lado recusa que as declarações favoráveis sejam elemento probatório e por outro as utiliza para (des)credibilizar outras provas.

⁹³ Artigo 358.º, n.º 4, do C. C.: *“A confissão judicial que não seja escrita [...] é apreciada livremente pelo tribunal”*. Artigo 361.º do C. C.: *“O reconhecimento de factos desfavoráveis, que não possa valer como confissão, vale como elemento probatório que o tribunal apreciará livremente”*. Citando tais artigos, vide Ac. TRP de 16/12/1993 (Carlos Matias), proc. n.º 9330396, e mais recentemente, Acs. STJ de 09/05/2006 (João Camilo), proc. n.º 06A989; e de 10/05/2012 (Ana Paula Boularot), proc. n.º 5579/06.0TVLSB; Ac. TRC de 21/10/2014 (Jorge Arcanjo), proc. n.º 607/06.2TBPMSC1; Acs. TRL de 17/07/2008 (Isabel Salgado), proc. n.º 6238/2008-7; e de 23/11/2010 (Maria João Areias); e ainda Ac. TRP 16/10/2008 (Teles de Menezes), proc. n.º 0833934.

⁹⁴ Invocando a favor deste entendimento a nova iniciativa oficiosa do depoimento de parte, em conjugação com o inquisitório, pode ler-se Ac. STJ de 20/01/2004 (Fernandes Cadilha), proc. n.º 03S3474; e de 02/11/2004 (Azevedo Ramos), proc. n.º 04A3457; e ainda Acs. TRL de 04/06/2013 (Graça Amaral), proc. n.º 396/2002.L1-7TRL; e de 31/05/2007 (Jorge Leal), proc. n.º 2123/2007-2;.

Finalmente, desde a reforma de 2013 (com a introdução das declarações de parte e a inclusão da prestação de esclarecimentos e informações no depoimento de parte), este segundo entendimento parece ter-se consolidado na jurisprudência, ao abrigo de uma interpretação sistemática conjugada dos artigos 358.º/4, e 361.º do C. C., e ainda 7.º/2, 411.º, 413.º, 452.º/1, 466.º/1/3 e 607.º/1/5, todos do C. P. C.⁹⁵. Esta interpretação conjugadora de ambos os meios de prova tem sido recorrente, como são exemplo afirmações como: “I- O art.º 466.º do C.P.C. de 2013 veio estabelecer que o Tribunal apreciará livremente o depoimento de parte não confessorio (...)” [Ac. TRL de 29/04/2014 (Conceição Saavedra)]⁹⁶, ou ainda: “Em face das opções do NCPC, designadamente consagrando a par do depoimento de parte as declarações de parte, carece ora de sentido impedir a valoração do depoimento de parte na parte não confessoria, sujeito à livre apreciação do tribunal” [Ac. TRG de 20/04/2017 (Antero Veiga)]⁹⁷.

Em suma, é hoje largamente maioritário o entendimento doutrinário e jurisprudencial que pugna pela admissibilidade e valoração probatória livre dos factos favoráveis que entretanto surjam durante depoimento de parte, especialmente face à consagração da prova por declarações de parte. De resto, é de aplaudir esta solução: imaginando a opção inversa, nas palavras de Mariana Fidalgo, “diremos que é incontornavelmente caricato que o tribunal se disponibilize a ouvir alguém em juízo, em sede de depoimento de parte, e que com isso consuma meios e tempo processual (...) para depois decidir,

⁹⁵ Sublinhando o especial relevo, do ponto de vista sistemático, da introdução das declarações de parte para o tema em discussão, leia-se Ac. TRP de 12/07/2017 (Vieira e Cunha), proc. n.º 3436/16.1T8PRT-A.P1.

⁹⁶ Proc. n.º 211/12.6TVLSB.L1-7. Curiosa é também a terminologia utilizada pelo STJ no sumário do Ac. 30/09/2014 (Pinto de Almeida): “As «declarações de parte» sobre factos favoráveis ao depoente, fora do esquema típico do depoimento de parte dirigido à obtenção de uma confissão, podiam, no âmbito do CPC de 1961, ser apreciadas, pelo tribunal, ao abrigo do princípio da livre valoração da prova, em conjugação com os demais elementos probatórios, maxime, as presunções judiciais e as regras de experiência”. (sublinhado nosso).

⁹⁷ Proc. n.º 581/11.3TTBCL.G1.

eventualmente, desconsiderar tudo aquilo que ouviu, exigindo ao julgador um procedimento até dificilmente compaginável com a natureza humana”⁹⁸.

Independentemente, importa realçar que também tem sido consensual na jurisprudência portuguesa o supramencionado entendimento defendido por Remédio Marques: o de que, apesar de livremente apreciados, os elementos probatórios favoráveis ao depoente só poderão servir de prova a certo facto desde que corroborados ou complementados por outros meios de prova, e nunca isoladamente⁹⁹ (porque também relacionado com as declarações de parte, *vide infra* 4.2.4.).

5.1.5. A iniciativa oficiosa da prova por depoimento de parte e a prestação de depoimento, informações ou esclarecimentos sobre a matéria de facto

a) A iniciativa oficiosa

Como já se referiu *supra*, a introdução da iniciativa oficiosa do depoimento de parte, em 1995/96, veio suscitar a questão de saber como a conjugar com a finalidade típica confessória do instituto – tanto mais que ainda é referido no Capítulo III e na Secção I “*Prova por confissão*” – e bem assim se a mesma implica que só possa ser determinado o depoimento quanto aos factos desfavoráveis.

Desde logo, pode criar alguma confusão a determinação oficiosa de um meio de prova que tenha por objectivo o desfavorecimento de uma das partes, à luz dos princípios da imparcialidade, da neutralidade e da igualdade processual. Nas palavras de Paulo Ramos de Faria e Ana Luísa Loureiro ¹⁰⁰, “*Para o tribunal,*

⁹⁸ *A Instrução no novo Código de Processo Civil – A Prova por Declarações de Parte* (2015), p. 48.

⁹⁹ Ac. STJ de 09/07/2014 (Pinto de Almeida), proc. n.º 299709/11.0YIPRT.L1S1; Acs. TRC de 08/09/2015 (Henrique Antunes), proc. n.º 10562/12.4TCLRS.C1; e de 26/04/2005 (António Piçarra), proc. n.º 580/05; Ac. TRG de 16/11/2017 (José Moreira Dias), proc. n.º 51/11.0TBMDR-A.G1; e Acs. TRL de 03/12/2013 (Pedro Brighton), proc. n.º 2063/09.4TJLSB.L1-1; e de 29/03/2001 (Ana Paula Boularot), proc. n.º 0019372.

¹⁰⁰ Primeiras Notas ao Código de Processo Civil, vol. I, 2.ª ed. Almedina Ed. (2014), anotação ao artigo 452.º. Sem prejuízo, Remédio Marques refuta que a admissibilidade de iniciativa oficiosa tenha abalado

órgão independente, não deve relevar se o facto aproveita, ou não, ao depoente". Ainda antes da reforma de 1995/96, Manuel Rodrigues opunha-se à consagração da iniciativa oficiosa, por entender que: "*Pela sua natureza esta prova é sem dúvida, a que mais pode perturbar a neutralidade do juiz (...)*"¹⁰¹.

Por outro lado, anteriormente era entendimento pacífico que o depoimento de parte nunca poderia versar sobre factos que fossem favoráveis ao depoente, como decorrência lógica da finalidade confessória do instituto. A manter-se tal entendimento em iniciativa oficiosa, teríamos que o juiz só poderia determinar a comparência da parte para prestação de depoimento sobre factos que lhe fossem desfavoráveis (normalmente os alegados pela contraparte), sendo certo que tal não resulta expressamente da lei.

Ora, parece claro que o que impele o juiz à determinação oficiosa do depoimento de parte é simplesmente a necessidade de saber o que o depoente tem a dizer sobre os factos que lhe são desfavoráveis, em estrita preocupação pela descoberta da verdade material e naturalmente sem preferência pela confirmação ou negação daqueles factos¹⁰². Não podemos, por isso, subscrever o entendimento de Mariana Fidalgo de que "*o juiz deve convocar e ouvir a parte ao abrigo do depoimento de parte quando pretender provocar uma confissão da mesma*"¹⁰³, por nos parecer incompatível com a necessária imparcialidade. Além disso, como se pôde constatar *supra*, a larga maioria da jurisprudência recente tem-se agora pronunciado a favor do aproveitamento dos factos

a finalidade típica confessória do depoimento de parte, concluindo que: "*O fim do depoimento de parte, seja sob requerimento da parte contrária, seja por iniciativa oficiosa do juiz é este: lograr uma confissão. E esta só pode incidir sobre factos desfavoráveis ao depoente.*", ob. cit., p. 138.

¹⁰¹ Citado por Alberto dos Reis, ob. cit., p. 130, o qual já então defendia a sua admissibilidade mesmo que sem consagração legal (com fundamento nomeadamente no artigo 411.º do C. P. C.).

¹⁰² No mesmo sentido, Remédio Marques, ob. cit., p. 152. Eventualmente relevante nesta colação é a aproximação significativa do nosso artigo 452.º, n.º 1, do C. P. C. ao *interrogatorio libero* do regime processual italiano, cuja solução evita estes problemas na medida em que este meio de prova – lado a lado com o *interrogatorio formale* que visa exclusivamente a obtenção de confissão – não tem outra finalidade senão a descoberta da verdade material em geral. Como explica aquele Autor, "*a única diferença (...) está nisto: atribui expressamente a estas declarações o valor de «argomenti di prova» quer elas sejam favoráveis ou desfavoráveis ao depoente; o legislador português é totalmente omissivo quanto ao valor probatório de tais declarações*", ob. cit., pp. 149 e 150.

¹⁰³ Ob. cit., p. 45.

favoráveis em sede de depoimento de parte, não só quando ocorram na sequência de requerimento da parte contrária, mas também quando seja determinado oficiosamente, nos termos conjugados dos artigos 452.º, n.º 1, 607.º, n.º 5. Em conformidade, os tribunais superiores têm ainda concluído que, se o depoimento de parte “(...) *é um meio de prova admissível mesmo relativamente a factos que não sejam desfavoráveis aos depoente*”¹⁰⁴, então o depoimento de parte terá necessariamente extravasado a típica finalidade confessória. Como se explanou no Ac. TRG de 28/11/2011 (Manuel Bargado)¹⁰⁵: “*O depoimento de parte é seguramente uma via para confissão judicial; porém, está ultrapassada a concepção restrita de tal depoimento vocacionado exclusivamente àquela obtenção, uma vez que o mesmo tem um campo de aplicação mais vasto, não estando o juiz, em termos gerais, amarrado pelo fim da confissão, podendo colher no depoimento de parte elementos para a boa decisão da causa de acordo com o princípio da livre apreciação da prova*”.

Por conseguinte, *s.m.o.* o entendimento de que o juiz só pode determinar a comparência de uma parte para as ouvir sobre os factos que lhe sejam desfavoráveis, carece de um fundamento reforçado, devido ao aparente conflito com os princípios da imparcialidade e neutralidade. Um desses fundamentos poderia ser o princípio *nemo testis auditur in re sua*, isto é, da descredibilização de declarações prestadas pela própria parte a seu favor. Contudo, o argumento parece ter sido enfraquecido, mais não seja pela admissibilidade da prova por declarações de parte. Para além disso, se até quando o depoimento de parte é requerido pela parte contrária têm sido valorados os factos favoráveis, afigurar-se-ia pouco congruente proibi-la em sede de iniciativa oficiosa.

É pois de louvar a interpretação sistemática do Ac. TRL de 29/04/2014 (Conceição Saavedra)¹⁰⁶, onde se postulou que:

¹⁰⁴ Ac. STJ de 02/10/2003 (Ferreira Girão), proc. n.º 03B1909.

¹⁰⁵ Proc. n.º 1244/03.9TCGMR.G1.

¹⁰⁶ Proc. n.º 211/12.6TVLSB.L1-7.

“O novo meio de prova por declarações de parte instituído no C.P.C. de 2013 veio responder a uma corrente que se vinha densificando no sentido de considerar e valorizar o depoimento de parte ainda que sem carácter confessório e de livre apreciação pelo tribunal, desde que este viesse a revelar um efeito útil para a descoberta da verdade. O actual art. 466 do C.P.C. complementa, pois, o novo art. 452, nº 1, do mesmo Código, que, reproduzindo o anterior art. 552 do C.P.C. de 1961, acrescenta agora que a comparência pessoal das partes ordenada pelo tribunal pode destinar-se, não apenas à prestação de depoimento de parte, mas também à prestação de Informações ou esclarecimentos sobre factos que interessem à decisão da causa. Está, em suma, plasmado na lei processual de 2013 que o tribunal apreciará livremente o depoimento de parte não confessório, podendo as partes requerer, até ao início das alegações orais em 1ª instância, a prestação de declarações sobre factos em que tenham intervindo pessoalmente ou de que tenham conhecimento directo.”

Em conformidade com este entendimento jurisprudencial, defendemos que, por interpretação conjugada dos regimes do depoimento de parte e das declarações de parte, o juiz pode determinar o comparecimento de qualquer das partes para prestação de depoimento sobre todos os factos pessoais que interessem à decisão da causa, independentemente da favorabilidade. Com efeito, essa parece ser a interpretação mais consentânea com a imparcialidade e neutralidade do juiz e com a igualdade processual.

Consequentemente, *s.m.o.* ter-se-á de se concluir que a prova por depoimento de parte extravasou a sua finalidade típica confessória (especialmente quando determinada oficiosamente), podendo actualmente versar sobre factos que não sejam desfavoráveis ao depoente e consequentemente impassíveis de confissão. A ser assim, a Secção I do Capítulo III já não se devia apelidar de *“Prova por confissão”*, tornando-se tal expressão imprecisa e desactualizada em face do actual regime. Não vá sem se dizer que, a sufragar-se tal entendimento,

então salvo melhor opinião afigura-se algo irrelevante a questão de saber se pode haver iniciativa oficiosa da prova por declarações de parte (*infra*, 4.2.3.).

Em suma, defende-se que a interpretação mais conforme com a intenção do legislador nas reformas de 95/96 e 2013 consiste em que o depoimento de parte por iniciativa oficiosa possa abranger todos os factos que interessem à causa, independentemente da favorabilidade, motivo pelo qual não houve necessidade de conferir tais poderes ao juiz em sede de declarações de parte.

Não obstante, também se nos afigura defensável que a iniciativa oficiosa do depoimento de parte prevista no artigo 452.º apenas possa versar factos susceptíveis de confissão, à luz da tradição histórica do instituto e dos restantes elementos sistemáticos que o indiciam. Nesse caso, salvo melhor opinião e pelas razões acima expostas, tal interpretação importaria então a admissibilidade da iniciativa oficiosa da prova por declarações de parte, à luz dos princípios da imparcialidade, da igualdade processual, do inquisitório e da aquisição processual. Propondo este entendimento alternativo, escreve Catarina Gomes Pedra que: *“(...) revela-se incoerente, no sistema processual civil globalmente considerado, sobretudo atendendo ao papel e função que hoje se reconhece ao julgador, a configuração do depoimento de parte determinado oficiosamente como tendo o único objetivo de levar a parte a confessar os factos sobre os quais é chamada a depor. Assim, uma vez que se afigura não adequar-se ao papel do juiz a limitação inerente à determinação da comparência das partes para delas obter a confissão e, de resto, para pedir os esclarecimentos e informações necessários, somos tentados a defender que pode a prestação de declarações ser determinada oficiosamente (...)”*¹⁰⁷ (sublinhado nosso).

De uma maneira ou doutra, o que parece contrário ao actual regime processual visto como um todo (artigos 4.º, 7.º, 411.º, 413.º, 452.º e segs., 466.º, 607.º...) é entender que o juiz poderia determinar o depoimento de parte quanto aos

¹⁰⁷ *A prova por declarações das partes no Novo Código de Processo Civil – Em busca da verdade material no Processo* (2014), pp. 132-133.

factos desfavoráveis, com aproveitamento probatório de todas essas declarações, e já não assim quanto aos factos favoráveis.

b) A prestação de informações ou esclarecimentos

Como se pôde verificar durante o estudo da evolução histórica (*supra*, 1.), o mecanismo da prestação de esclarecimentos tem uma longa tradição na história processualista portuguesa, sendo actualmente um dos corolários centrais do princípio da cooperação. Conforme se dispõe no artigo 7.º, n.º 2, do C. P. C. (e se dispunha essencialmente nos ex-artigos 264.º e 265.º do CPC 1939):

“O juiz pode, em qualquer altura do processo, ouvir as partes, seus representantes ou mandatários judiciais, convidando-os a fornecer os esclarecimentos sobre a matéria de facto ou de direito que se afigurem pertinentes e dando-se conhecimento à outra parte dos resultados da diligência” (sublinhado nosso).

Sempre foi, porém, pacífico, quer pelo enquadramento sistemático, quer pelo significado linguístico de “*esclarecimento*”, que a função deste mecanismo é a de auxiliar o juiz à compreensão das alegações de facto e de direito das partes, em virtude de alguma imprecisão, confusão ou falta de concretização que possa sentir em função da actividade processual das partes, nomeadamente as exposições feitas nos articulados. Assim, até mais recentemente, era consensual que tais esclarecimentos não tinham uma finalidade típica probatória, salvo na eventualidade de ocorrer confissão (cfr. artigo 356.º, n.º 2, do C. C.).

Como explicava o Ilustre Professor Alberto dos Reis em relação àqueles preceitos:

“(…), o comparecimento da parte, determinado pelo juiz, pode destinar-se a quatro fins: 1.º à prática de acto pessoal, como o depoimento; 2.º à realização de exame ou inspecção na pessoa da parte; 3.º à tentativa de conciliação; 4.º à prestação de informações e esclarecimentos.(...). O art. 265.º tem duas partes; na 1.ª impõe-se o dever de comparecimento; na 2.ª o dever de prestar os

esclarecimentos pedidos. São independentes as duas partes, isto é, o juiz tem o poder de ordenar o comparecimento do autor e do réu não só para lhes pedir esclarecimentos, como também para outros fins legítimos, conforme assinalámos.”¹⁰⁸. Já então – portanto, muito antes da reforma de 2013 – o Ilustre Professor assinalava alguma proximidade jurídico-processual com o depoimento de parte, afirmando que: “Em primeiro lugar parece-nos que o Código seguiu a linha de pensamento traçada pelo Dec. n.º12 353, e continuada no Dec. n.º 21 287: ora o n.º 4 do art. 28.º daquele e o n.º 4 do art. 15.º deste davam ao juiz o poder de determinar a comparência pessoal das partes para as ouvir sobre os factos essenciais da causa; a audiência sobre os factos essenciais da causa equivalia ao interrogatório prestado em depoimento de parte (Breve Estudo, 2.ª ed., pág. 228). Em segundo lugar, desde que o juiz tem o poder de ordenar oficiosamente as diligências e actos que entender necessários para o descobrimento da verdade e as partes são obrigadas a comparecer se para isso forem notificadas, é lícito ao juiz determinar que a parte compareça para ser ouvida sobre determinados factos alegados pela parte contrária; e se isso suceder, estamos verdadeiramente perante depoimento de parte ordenado oficiosamente”¹⁰⁹.

Na mesma linha de raciocínio, o legislador aditou o n.º 1 do artigo 452.º, que passou a ter a seguinte redacção: “O juiz pode, em qualquer estado do processo, determinar a comparência pessoal das partes para a prestação de depoimento, informações ou esclarecimentos sobre factos que interessem à decisão da causa” (sublinhado nosso, correspondente à alteração). Assim, a introdução desta nova expressão veio suscitar dúvidas sobre a possibilidade de aproveitamento probatório destes esclarecimentos, na medida em que foram incorporados, do ponto de vista sistemático, na produção de um meio de prova. Coloca-se então a questão de saber se pode o juiz determinar o comparecimento da parte com vista à prestação de esclarecimentos sobre a

¹⁰⁸ Ob. cit., pp. 131.

¹⁰⁹ Ob. cit., p. 130.

matéria de facto, nos termos do artigo 452.º, n.º 1, e para os efeitos probatórios constantes do artigo 607.º, n.º 5; e ainda, em caso afirmativo, se podem ser aproveitados também os factos favoráveis [à semelhança do discutido em **4.1.4.** e **4.1.5. a)**].

A favor do aproveitamento probatório, Remédio Marques propõe uma visão integradora do depoimento de parte determinado oficiosamente que, a par da função confessória, visa ainda *“o esclarecimento das alegações de facto das partes, precisando melhor o objecto do processo (função informativa) e, por outro, (2) permite que a parte que faça as declarações explique melhor as razões subjacentes às afirmações de factos que efectuou, habilitando o juiz a extrair elementos probatórios para a valoração das provas sobre os factos controvertidos e sobre os elementos probatórios já, no entretanto, adquiridos pelo tribunal nessa fase do processo (função probatória)”*¹¹⁰.

Por sua vez, Lebre de Freitas pronuncia-se no sentido negativo, mesmo após 2013, entendendo que: *“(...) o acto de prestação de informações e esclarecimentos visa tão-só clarificar as posições assumidas pelas partes, não tendo eficácia probatória, não obstante a possibilidade de também nele ser obtida confissão.”*. Acrescenta o Professor que: *“No plano da matéria de facto, visa-se o esclarecimento da alegação e não um fim probatório (...). Inexplicável seria, aliás, que pudesse ser valorada como meio de prova livre uma declaração da parte, prestada antes da audiência de discussão e julgamento, de que não fosse feita documentação”*¹¹¹.

Já Isabel Alexandre, reconhecendo que *“(...) o artigo 452º, n.º 1, para ter alguma utilidade face ao artigo 7.º, n.º 2, tem de ser interpretado como aludindo a uma realidade com valor probatório, não podendo resumir-se a*

¹¹⁰ Ob. cit., p. 151.

¹¹¹ ADC..., ob. cit., pp. 231-232. Também no sentido da não valoração probatória dos esclarecimentos não confessórios, cfr. Mariana Fidalgo, ob. cit., p. 70, e Catarina Gomes Pedra, ob. cit., pp. 108-109, embora a p. 120 deixe uma solução definitiva à *“sedimentação prática da alteração”*.

esclarecimentos sobre alegações que as partes fizeram nos articulados”¹¹², a Autora defende porém que “*a prestação de informações ou esclarecimentos sobre factos que interessem à decisão da causa apenas incide sobre factos desfavoráveis à parte, uma vez que, à semelhança do depoimento de parte, se insere numa Secção do CPC dedicada à prova por confissão*”. Não obstante, entende ser aqui aplicável a mesma doutrina e jurisprudência acima citada, no sentido de que “*supõe-se que ou delas [das informações ou esclarecimentos] resulta uma confissão e há que aplicar o regime do Código Civil quanto ao seu valor probatório, ou não resulta: neste último caso, e havendo reconhecimento de factos desfavoráveis, há que aplicar o artigo 361º do CC, que estabelece que “(o) reconhecimento de factos desfavoráveis, que não possa valer como confissão, vale como elemento probatório que o tribunal apreciará livremente”; não havendo tal reconhecimento, parece que o resultado da prestação de informações ou esclarecimentos será também livremente apreciado, nos termos gerais (e em se admitindo, como tem admitido a jurisprudência em relação ao depoimento de parte que não redunde em reconhecimento de factos desfavoráveis, que o resultado do depoimento é livremente valorável)*”¹¹³. Em suma, a Autora acaba por admitir a valoração probatória livre dos factos favoráveis que entretanto surjam durante o depoimento.

Quanto à jurisprudência, ainda antes de 2013 se vinha pronunciando no sentido do aproveitamento probatório destes esclarecimentos, quer enquanto elemento autónomo (nos termos conjugados dos artigos 7.º, n.º 2, 411.º e 361.º)¹¹⁴, quer como mero “teste” aos demais meios de prova¹¹⁵. Já após a

¹¹² A fase de instrução e os novos meios de prova no Código de Processo Civil de 2013, in Cadernos de Novo Processo Civil I (CEJ), 2.ª ed. (2013), pp. 289-290.

¹¹³ Ob. cit., p. 291.

¹¹⁴ Cf. Ac. STJ de 20/01/2004 (Fernandes Cadilha), proc. n.º 03S3474.

¹¹⁵ Conforme se pode ler no sumário do Ac. TRP de 06/10/2009 (João Proença), proc. n.º 0827451: I- Os esclarecimentos tomados à A. pela Juíza, que o podia fazer de harmonia com o disposto no art.º 266.º, n.º 2, do C.P. Civil, não devem ser perspectivados como um depoimento de parte prestado pela A., como meio de prova para demonstração de factos que lhe são favoráveis, o que é inadmissível, mas antes e apenas como um teste a que a Juíza submeteu os restantes elementos de prova que valorou. II- Tal teste acabou por ter resultado positivo, porquanto o conteúdo dos esclarecimentos prestados encaixa perfeitamente no “puzzle” formado pelos referidos depoimentos e e documentos valorados”.

reforma de 2013 (apesar do parco leque de Acórdãos publicados exclusivamente sobre a matéria), certo é que, na interpretação jurisdicional do artigo 452.º, n.º 1, tem sido recorrente o enquadramento dos esclarecimentos e informações como parte integrante e incidível da determinação oficiosa do depoimento de parte, aquando da interpretação do artigo 452.º, n.º 1. Além disso, à semelhança do exposto quanto à aquisição de factos favoráveis (*supra* **4.1.4.** e **4.1.5. a)**], também nesta sede se parece vir consolidando o entendimento pelo aproveitamento probatório livre dos esclarecimentos, incluindo os favoráveis¹¹⁶, o qual não é porém unânime¹¹⁷.

Salvo o devido respeito por entendimento diferente, parece que o legislador ao repetir a expressão “*prestação de esclarecimentos*” no artigo 452.º, n.º 1, mantendo aquela constante do artigo 7.º, n.º 2, parece ter pretendido conferir uma nova finalidade, verdadeiramente probatória, à antiga prestação de esclarecimentos. Assim, pugnamos pela actual possibilidade de aproveitamento probatório dos esclarecimentos e informações prestados ao abrigo do artigo 452.º, para os efeitos do artigo 607.º, n.ºs 1 e 5, do C. P. C. Não se vislumbra como ignorar que este mecanismo se encontra no Título “*Da Instrução*” e no Capítulo “*Da Prova*”, sendo inserido sistematicamente como uma das situações de depoimento de parte, o que só pode ter sido intencional. Assim, *s.m.o.* o depoimento de parte em sentido amplo é actualmente composto pela prestação de *i)* depoimento *stricto sensu*, *ii)* informações e *iii)* esclarecimentos. Por outras palavras, do ponto de vista jurídico-interpretativo a prestação de informações e esclarecimentos nos termos do artigo 452.º está compreendida no meio de prova depoimento de parte, devendo ser entendida como sua parte

¹¹⁶ Por todos, Ac. TRP de 04/04/2002 (Moreira Alves), proc. n.º 0230198, e Ac. STJ de 04/06/2015 (João Bernardo), proc. n.º 3852/09.5TJVN.F.G1.S1, onde se postulou que: “*Podendo, em qualquer altura do processo, ouvir as partes, convidando-os a fornecer os esclarecimentos sobre a matéria de facto que se afigurem pertinentes, não pode considerar-se limitado a tomada de depoimento só sobre os factos que forem desfavoráveis à parte e favoráveis à contraparte em ordem a provocar a sua confissão.*”.

¹¹⁷ Em sentido contrário, cfr. Ac. TRL de 10/04/2014 (Ondina Carmo Alves), proc. n.º 2022/07.1TBCSC-B.L1-2 : “*É verdade que o juiz pode ordenar, nos termos do nº 1 do artigo 452º do NCPC, em qualquer estado do processo, a prestação de informações ou esclarecimento mas, ao contrário do que sucede com as declarações de parte, sem finalidade probatória.*”.

integrante. Em conformidade, defendemos que qualquer dessas três modalidades de prestação de depoimento pela parte são susceptíveis de aproveitamento para fins probatórios, podendo ser livremente apreciados pelo juiz, isto mesmo na parte em que não revistam confissão (artigos 452.º, n.º 1 e 607.º, n.º 5, do C. P. C.). Com efeito, se a intenção do legislador era simplesmente a de permitir a valoração dos factos confessórios em sede de prestação de esclarecimentos, consabidamente já bastava o disposto nos artigos 7.º, n.º 2, do C. P. C., e 356.º, n.º 2, do C. C. Destarte, e em conformidade com o exposto em **4.1.4. e 4.1.5. a)**, e bem assim com a citada corrente jurisprudencial, somos em crer que também os esclarecimentos e informações podem ser determinados e valorados independentemente da sua favorabilidade.

Não vá sem se dizer que, na esteira de Lebre de Freitas, parece impor-se a obrigatoriedade de gravação de qualquer prestação de esclarecimentos, nos termos do artigo 155.º, n.º 7. E ainda que, de acordo com o entendimento ora defendido, parece surgir uma distinção entre os esclarecimentos prestados nos termos gerais do artigo 7.º, n.º 2, ou do artigo 452.º, embora este seja claramente uma concretização daquele. O primeiro preceito apresenta-se como corolário geral do princípio processual da colaboração, comportando diversas finalidades alheias à estrita demonstração dos factos, como por exemplo a clarificação das alegações e posições das partes, podendo aplicar-se em qualquer fase do processo. O segundo visa tão-só a demonstração da realidade dos acontecimentos em juízo, com vista à tomada de decisão de facto baseada nos elementos constantes do artigo 607.º/5, e logo só durante a fase da instrução. Sem prejuízo, certo é que em ambas as situações pode ocorrer confissão (artigo 356.º, n.º 2).

Apesar de tudo o *supra* exposto, a integração da prestação de informações ou esclarecimentos na prova por depoimento de parte continua a suscitar-nos várias dúvidas insanáveis, como por exemplo se será claro, na prática, se uma

certa determinação para prestação de esclarecimentos é realizada ao abrigo do artigo 7.º, n.º 2, ou do artigo 452.º, ou até se a questão é ou não relevante¹¹⁸. Em suma, salvo melhor opinião esta alteração legislativa carece de um maior esclarecimento quanto ao regime aplicável (à semelhança do que sucede com a prova por declarações de parte).

5.2. A prova por declarações de parte

5.2.1. Figura, finalidade e regime “com as necessárias adaptações”

O artigo 466.º do Código de Processo Civil, inserido na Secção II “*Prova por declarações de parte*” e sob a mesma epígrafe, dispõe que:

“1 - As partes podem requerer, até ao início das alegações orais em 1.ª instância, a prestação de declarações sobre factos em que tenham intervindo pessoalmente ou de que tenham conhecimento direto.

2 - Às declarações das partes aplica-se o disposto no artigo 417.º e ainda, com as necessárias adaptações, o estabelecido na secção anterior.

3 - O tribunal aprecia livremente as declarações das partes, salvo se as mesmas constituírem confissão.”

Em sentido diametralmente oposto ao depoimento de parte, a prova por declarações de parte só pode ser requerida pela própria parte que presta as declarações. Assim, enquanto aquele meio de prova visa a confissão dos factos pessoais cuja prova prejudica o depoente – os desfavoráveis, este tem por finalidade a prova dos factos pessoais que interessam ao próprio declarante – em regra os que lhe sejam favoráveis (tanto mais que é ele o requerente).

Este é o único preceito no Código que se refere à prova por declarações de parte. Nos termos do n.º 2, ao regime processual será aplicável com as necessárias adaptações o preceituado quanto ao depoimento de parte.

¹¹⁸ De resto, questionamos se esta aproximação do depoimento de parte à prestação de informações ou esclarecimentos não poderá ter sido motivada por eventual dificuldade ou desnecessidade prática em separar, durante a prestação de declarações, os factos dos esclarecimentos.

Contudo, a remissão não nos permite esclarecer todas as dúvidas quanto ao modo de produção destas declarações. Indubitavelmente, tal opção legislativa incumbiu ao intérprete-aplicador uma árdua tarefa pela frente: a de concretizar quais as *“necessárias adaptações”* a realizar, nomeadamente se há ou não preceitos cuja *ratio legis* seja de tal forma indissociável do depoimento de parte que se revelem inaplicáveis às declarações de parte. A título de exemplo, *“(…) não parece que regras significativas do depoimento de parte – desde logo, as relativas ao objecto do depoimento (artigo 454.º, n.º 1, do Código de Processo Civil) possam considerar-se-lhe aplicáveis”*¹¹⁹ (vide *infra*, **4.2.2.**). Sem prejuízo dessa possibilidade, em nosso entender decorre daquela expressão que, em regra e salvo fortes motivos em contrário, tais normativos serão aplicáveis *quale*, i. e., a solução aplicável às declarações de parte é a prevista para o depoimento de parte.

Desde logo, certo é que o prazo processual para o requerimento probatório é estendido *“até ao início das alegações orais em 1.ª instância”* (n.º 1 do artigo 466.º), que se aplica o disposto no artigo 417.º e que as declarações são livremente apreciadas, na parte em que não constituam confissão (n.ºs 2 e 3).

Como já referido, a própria parte pode requerer a sua prestação de declarações. Pode porém colocar-se a hipótese de ser requerida a prestação de declarações pela parte contrária. Ora, fazendo nossas as palavras de Mariana Fidalgo: *“(…) a questão que se coloca afigura-se meramente académica, uma vez que, tendo a declaração da parte por objeto factos favoráveis à mesma, inexistente qualquer interesse da parte contrária em ouvi-la nestes termos, antes pelo contrário. De facto, o único proveito, em juízo, que uma parte pode retirar das declarações da parte contrária será a eventualidade de o depoente resvalar para declarações de conteúdo confessorio, hipótese que já se encontra plenamente assegurada com a possibilidade de requerer o depoimento de parte da contraparte”*¹²⁰. Não obstante, a doutrina tem-se pronunciado de forma unânime quanto à sua

¹¹⁹ Estrela Chaby, ob. cit., p. 76.

¹²⁰ Ob. cit., p. 68.

inadmissibilidade, quer por decorrência expressa e literal do n.º 1 do artigo 466.º, quer pelo sentido e função das declarações de parte em contraposição ao depoimento de parte¹²¹. Acrescenta-se apenas que tal entendimento é reforçado caso se defenda o carácter eminentemente voluntário e espontâneo deste meio de prova, como é o nosso caso.

Passível de dúvidas é também a questão de saber se a parte deve indicar de forma discriminada os factos sobre os quais pretende prestar declarações (por aplicação do artigo 452.º/2 *ex vi* 466.º/2) ou se, ao invés, “as necessárias adaptações” implicam o afastamento daquele preceito. Catarina Gomes Pedra pronuncia-se neste último sentido (assim como Isabel Alexandre¹²²), com fundamento em que o n.º 2 do artigo 452.º “[visa], sobretudo, permitir ao tribunal aferir da verificação dos requisitos substantivos de que depende a confissão. Diversamente, no âmbito da prova por declarações de parte, carece de sentido a manutenção da exigência da prévia indicação dos factos 454, pelo que caberá ao juiz concluir, num momento posterior, se se trata, afinal, de factos em que a parte interveio pessoalmente ou de que teve conhecimento direto, atendendo, para tanto, à natureza dos mesmos e às circunstâncias em que ocorreram”¹²³. Salvo o devido respeito por este entendimento, fazendo nossas as palavras de Mariana Fidalgo: “(...) consubstanciando-se as declarações de parte num interrogatório dirigido pelo juiz – e não pretendendo ser este um momento em que é simplesmente concedida a palavra às partes, para alegarem à sua vontade – urge que haja um fio condutor na inquirição, que se traduz na indicação desses factos que a parte pretende ver provados. Aliás, tendo este meio de prova lugar somente mediante requerimento da própria parte, de outra forma não se conceberia, sob pena de, desconhecendo o tribunal a intenção probatória da parte, não só não poder avaliar a necessidade de tal meio de

¹²¹ Assim, Isabel Alexandre, ob. cit., p. 286; Catarina Gomes Pedra, ob. cit., pp. 129 e 131; CHM, p. 13.

¹²² Ob. cit., p. 288.

¹²³ Ob. cit., pp. 135-136

prova, como não poder, de todo, proceder à referida inquirição”¹²⁴. Com efeito, não parece que a decisão de deferimento do depoimento de parte se resuma à mera verificação da vocação confessória dos factos indicados, mas também designadamente da necessidade e mínima relevância, em abstracto, da produção daquele meio de prova, nos termos gerais dos artigos 6.º e 411.º¹²⁵. Ademais, parece mais lógico que se verifique de antemão se os factos podem ser pessoais, sob pena de indeferimento, do que apenas se o faça após a prestação de declarações/depoimento. Em suma defende-se a obrigatoriedade de indicação discriminada dos factos sobre os quais a parte pretende prestar declarações, nos termos do artigo 452.º, n.º 2, *ex vi*, artigo 466.º, n.º 2, remetendo-se no mais para o exposto *supra* em **4.1.1**.

Questão também controversa é a de saber se a prova por declarações de parte pode ser determinada oficiosamente pelo juiz, com fundamento no artigo 452.º, n.º 1, *ex vi* 466.º, n.º 2, a qual abordaremos autonomamente *infra* (**4.2.3**).

Já quanto ao momento da prestação de declarações, nada parece obviar à aplicação do artigo 465.º, no sentido em que deva ser prestado em regra na audiência final¹²⁶. Quando assim ocorra, quanto à ordem de produção de entre os demais actos, a prova por declarações não foi incluída no n.º 3 do artigo 604.º do C. P. C., desconhecendo-se se terá sido por lapso. Em face da proximidade com o depoimento de parte, importa recordar que este meio de prova é produzido em primeiro lugar [al. a)] em virtude da provável

¹²⁴ Ob. cit., p. 72.

¹²⁵ Conforme se postulou no Ac. TRG de 12/11/2015 (António Santos), proc. n.º 7178/11.6TBBRG-A.G1: *“indefensável é que, ao abrigo dos poderes que o legislador adjectivo confere ao juiz do processo em sede de direcção e gestão processual (cfr. artº 6.º), não se reconheça ao titular dos autos o poder de, previamente à prolação de decisão sobre a requerida admissão da prestação de declarações de parte, indagar e aferir da possibilidade de se estar na presença de diligência instrutória de todo em todo inútil, logo, não admissível. Ponto é que, ao formular o referido juízo, e ad cautelam, deva o julgador não assumir e perfilhar um critério demasiado apertado, exigente e rígido, designadamente tendo em atenção as consequências (...) que a procedência de um recurso interposto sobre despacho que rejeite um meio de prova sempre tem em sede de anulação de processado nos autos e à repetição de diligências processuais, razão porque, na dúvida, deve o meio de prova ser admitido, em obediência de resto do direito constitucional à prova”*.

¹²⁶ Identicamente, Catarina Gomes Pedra, ob. cit., p. 138.

desnecessidade de ulterior prova dos factos que tenham sido confessados¹²⁷, *ratio* que não se verifica necessariamente quanto às declarações de parte. Salvo melhor opinião, inexistem razões manifestas que imponham que as declarações de parte sejam prestadas antes ou depois dos restantes meios de prova [als. b), c) e d)]. Aliás, tal margem de manobra está em conformidade com a possibilidade de o requerimento ter lugar até ao final da produção da prova. Consequentemente, defende-se que a decisão caberá ao juiz, no âmbito dos seus poderes discricionários de gestão processual e adequação formal (artigo 6.º, n.º 1, do C. P. C.)¹²⁸. Essencialmente no mesmo sentido, afirma Isabel Alexandre que: *“O novo artigo 604º, n.º 3, do CPC de 2013, relativo aos actos a realizar na audiência final, silencia completamente as declarações de parte, pelo que não se percebe, por exemplo, se elas devem ter lugar antes ou depois dos depoimentos de parte e da inquirição das testemunhas. Supõe-se que competirá ao juiz programar a prestação dessas declarações, em regra na audiência prévia; não tendo havido tal programação, devem talvez ser prestadas depois dos depoimentos de parte, pela sua afinidade com estes.”*¹²⁹.

Quanto ao procedimento a seguir e às respectivas regras a cumprir, parece ser consensual na doutrina e jurisprudência a aplicação integral do disposto nos artigos 458.º a 463.º¹³⁰. Como explica Pires de Sousa, “[a] remissão para o estabelecido na secção anterior constante do nº2 do Artigo 466 reporta-se, em primeira linha, às regras respeitantes à produção da prova por confissão das partes, a saber: (i) Prestação de juramento pelo declarante (Artigo 459); (ii) Interrogatório conduzido pelo juiz (Artigo 460); (iii) Pedidos de esclarecimentos pelos advogados (Artigo 462)”¹³¹. E conforme se decidiu no Ac. TRL de

¹²⁷ Cfr. Castro Mendes, ob. cit., p. 740, e ainda Teixeira de Sousa, *Estudos...*, ob. cit. p. 343.

¹²⁸ No mesmo sentido, Catarina Gomes Pedra, ob. cit., p. 139.

¹²⁹ Ob. cit., p. 287. Identicamente, João Correia, Paulo Pimenta e Sérgio Castanheira, *Introdução ao Estudo e à Aplicação do Código de Processo Civil de 2013*, Almedina, (2013).

¹³⁰ Neste sentido, Remédio Marques, ob. cit., p. 382; Mariana Fidalgo, ob. cit., pp. 73-74; e Catarina Gomes Pedra, ob. cit., p. 142.

¹³¹ Ob. cit., p. 8.

10/04/2014 (Ondina Carmo Alves)¹³²: *“A parte que requer e presta declarações fica sujeita ao dever de cooperação e verdade, submetendo-se a interrogatório conduzido pelo Julgador, podendo os advogados apenas solicitar esclarecimentos”*.

Outra questão que pode ser suscitada é a possibilidade de acareação, em caso de oposição directa em relação a certo facto, entre declarante e testemunha ou depoente.

Com efeito, enquanto o artigo 523.º prevê expressamente tal admissibilidade entre estes dois últimos meios de prova, a lei é omissa quanto às declarações de parte (na medida em que a remissão do n.º 2 do artigo 466.º só abrange a secção anterior). Mais parece ser compaginável uma eventual acareação não só entre declarante e depoente ou testemunha, mas também entre declarantes. E salvo melhor opinião, o mesmo se diga em relação à possível acareação entre depoentes. Senão vejamos, suponhamos a seguinte hipótese: A, senhorio, peticiona a resolução do contrato de arrendamento, com fundamento no não pagamento das rendas (facto n.º 1). Na contestação, B nega que não tenha pago, afirmando ter-se dirigido à residência de A todos os dias 8 de cada mês para lhe entregar dinheiro em notas (facto n.º 2). Por sua vez, em resposta, A nega o alegado, e acrescenta que nem sequer reside na casa indicada (facto n.º 3).

Nos termos do artigo 342.º do C. C., cada um deve provar o facto que alega. Assim, ao abrigo do artigo 452.º do C. P. C., A pode requerer o depoimento de parte de B quanto ao não pagamento (1). Por sua vez, B pode requerer o depoimento de parte de A quanto à entrega mensal em mão em sua casa (2). Ora, se ambas as versões não podem ser verdadeiras ao mesmo tempo, e se – embora tecnicamente sejam dois factos diferentes – ambos se reportam ao facto essencial *“pagamento ou não pagamento das rendas”*, questionamos se

¹³² Proc. n.º 2022/07.1TBCSC-B.L1-2.

não poderia fazer sentido haver acareação entre os depoentes, à luz do princípio da descoberta da verdade material.

Por outro lado, ao abrigo do artigo 466.º, B pode requerer a sua própria prestação de declarações de parte quanto à circunstância de se ter dirigido à residência de A para entrega do dinheiro (2). E por sua vez, A pode requerer as suas próprias declarações de parte quanto ao facto de não lhe ter sido pago (1) e de não residir ali mas sim noutra habitação (3). Mais uma vez, pelas mesmas razões de estar essencialmente em causa a prova do facto essencial “pagamento ou não pagamento”, subsistem dúvidas sobre se não podia ser pertinente realizar acareação entre os declarantes.

Em terceiro lugar, na mesma hipótese, suponhamos que os requerimentos probatórios são apenas dois: A requer o depoimento de B quanto ao não pagamento (1), e B requer a sua própria prestação de declarações quanto a ter-se dirigido à residência de A para entregar o dinheiro (2). Identicamente, se ambos os factos se reportam essencialmente ao “pagamento ou não pagamento das rendas”, estando em oposição directa, salvo melhor opinião seria compaginável uma acareação entre declarante e depoente.

Em suma, a lei não resolve expressamente a questão que nos parece pertinente de saber se é possível acareação entre depoentes, entre declarantes, entre depoente e declarante e entre declarante e testemunha.

Não vislumbramos razões substantivas que permitam diferenciar umas situações das outras, uma vez que estamos sempre perante declarações de ciência, o que pode indiciar que a inalteração do regime se terá devido a um lapso. Porém, cumpre recordar a letra do artigo 523.º do C. P. C., o único preceito respeitante a esta matéria: *“Se houver oposição directa, acerca de determinado facto, entre os depoimentos das testemunhas ou entre eles e o depoimento de parte, pode ter lugar, oficiosamente ou a requerimento de qualquer das partes, a acareação das pessoas em contradição”*.

Apesar de admitir que não se encontra formalmente abrangida na remissão geral, Rui Pinto defende a admissibilidade de acareação entre declarante e testemunha, com fundamento em que *“esse obstáculo formal seria facilmente removido, pois o juiz poderia determinar que a mesma parte viesse a prestar depoimento (cf. artigos 456.º n.º 1 e 452.º n.º 1)”*¹³³. No mesmo sentido se pronunciam Catarina Gomes Pedra¹³⁴ e Pires de Sousa, afirmando o Autor que: *“(...) nada obsta a que se requeira a acareação com as testemunhas que depuseram de forma colidente”,* acrescentando que *“(...) [s]empre em nome da maior segurança que se propicia ao julgador com a incorporação do máximo de informação possível no processo, não se vê fundamento bastante para a não aplicação analógica do artigo 523 às declarações de parte”*¹³⁵. Acolheríamos de bom grado tal solução, em prol da descoberta da verdade material. Porém, não nos isentamos de dúvidas sobre se tal entendimento tem respaldo na lei, tendo em conta os limites legais fixados ao intérprete-aplicador¹³⁶. O elemento literal *a contrario* tanto do artigo 523.º como do 466.º, n.º 2, parece impedir a conclusão pela existência de lacuna a integrar por aplicação analógica nos termos do artigo 10.º do Código Civil. Em suma, seria profícuo obter um assento legal ou jurisprudencial sobre esta questão pouco clara de saber se é admissível a acareação entre depoentes, entre declarantes, entre declarante e depoente, e entre declarante e testemunha.

Outra questão que foi suscitada no Ac. TRE de 27/04/2017 (Paulo Amaral)¹³⁷, é a da aplicabilidade da contradita (artigos 521.º e 522.º do C. P. C.) aos depoimento e às declarações de parte, tendo o tribunal em sentido negativo,

¹³³ Ob. cit., p. 383.

¹³⁴ Cf. ob. cit., p. 142: *“Sendo o valor probatório das declarações das partes apreciado livremente, não se vê que especiais riscos possa comportar a possibilidade de acareação entre estas ou entre estas e os depoimentos das testemunhas”*.

¹³⁵ Ob. cit., p. 12.

¹³⁶ Nos termos do artigo 9.º, n.ºs 2 e 3 do C. C.:

“ (...) 2- Não pode, porém, ser considerado pelo intérprete o pensamento legislativo que não tenha na letra da lei um mínimo de correspondência verbal, ainda que imperfeitamente expresso.

3- Na fixação do sentido e alcance da lei, o intérprete presumirá que o legislador consagrou as soluções mais acertadas e soube exprimir o seu pensamento em termos adequados.”

¹³⁷ Proc. n.º 161709/12.2YIPRT-B.E1.

com fundamento em que “(...) o que se pretende é aplicar ao regime da prova por confissão e por declarações das partes um incidente próprio da produção da prova testemunhal. Não vemos que isso seja possível, desde logo porque a lei assim não estabelece.”.

Em conclusão, esta aplicação “com as necessárias adaptações” do regime do depoimento de parte às declarações de parte impõe à doutrina e jurisprudência uma árdua tarefa de compatibilização constante das regras pré-concebidas para o depoimento de parte, em função das especificidades e diferenças para com as declarações de parte.

5.2.2. Objecto da prestação de declarações

a) Carácter pessoal

A prestação de declarações pode versar todos os factos relevantes em que o declarante tenha intervindo pessoalmente ou de que tenha tido conhecimento directo (artigo 466.º, n.º 1, do Código de Processo Civil). Aqui à semelhança do depoimento de parte, estamos perante uma declaração de ciência (e não de vontade) Com efeito, embora de facto a parte possa ter mais interesse em declarar o facto do que no âmbito do depoimento de parte (por já não lhe ser desfavorável), como é sabido as declarações de vontade são inaptas à formação da convicção do juiz, uma vez que um facto não passa a ser verdadeiro simplesmente porque a parte pretende que o seja¹³⁸.

O preceituado parece afastar a aplicação analógica do disposto no artigo 454.º, n.º 1, na parte em que se permite o depoimento da parte sobre factos “de que o depoente deva ter conhecimento”. Tal solução afigura-se-nos congruente, já que se é o próprio declarante quem requer a prestação de declarações, será porque tem efectivo conhecimento desses factos, tornando-se assim desnecessária

¹³⁸ Por todos, Alberto dos Reis, ob. cit., p. 73.

aquela presunção de conhecimento pessoal¹³⁹. Assim, parece que também aqui se terá por objecto essencialmente factos pessoais, isto é, de que teve conhecimento através das suas percepções sensoriais (visuais, auditivas, olfativas, etc.).

Sem prejuízo das similitudes com o depoimento de parte, não podemos deixar de constatar a diferença na terminologia: enquanto naquele meio de prova se depõe sobre *“factos pessoais ou de que deva ter conhecimento”*, neste as partes reportam-se a *“factos em que tenham intervindo pessoalmente ou de que tenham conhecimento directo”*. Na esteira de Luís Filipe Pires de Sousa, parece que “[a] redação teria sido mais feliz se o legislador uniformizasse a terminologia”¹⁴⁰. É que essa alteração linguística tem repercussão concreta no âmbito do objecto. Se é certo que a parte terá sempre tido conhecimento directo de factos em que interveio pessoalmente (isto é, se interveio pessoalmente num acontecimento, teve dele conhecimento directo), já o inverso não se verifica. A parte pode ter tido conhecimento directo de um facto em que não tenha intervindo pessoalmente. A título de exemplo, podem ser prestadas declarações sobre acontecimentos a que a parte tenha simplesmente assistido de fora. Assim, o carácter directo do conhecimento parece ter uma abrangência maior do que a referida intervenção pessoal. Consequentemente, esta segunda expressão parece ter sido introduzida para abranger expressamente os factos em que (não só teve conhecimento directo como) esteve efectivamente envolvido¹⁴¹. De resto, ficam claramente fora do âmbito do objecto das declarações de parte os factos de que a parte teve

¹³⁹ Vide *supra* no capítulo do objecto do depoimento a *ratio* defendida por parte da doutrina, a que se adere.

¹⁴⁰ Cfr. *As Declarações de parte – Uma síntese*, Ed. Verbo Jurídico (2017), p. 5, disponível em www.trl.mj.pt.

¹⁴¹ Explicando a amplitude do carácter pessoal de factos, embora relativamente ao depoimento de parte, afirma Lebre de Freitas que: *“Constitui facto pessoal ou de que o réu deva ter conhecimento, não só o acto praticado por ele ou com sua intervenção, mas também o acto de terceiro perante ele praticado (incluindo a declaração escrita que lhe seja endereçada), ou o mero facto ocorrido na sua presença, e ainda o conhecimento de facto ocorrido na sua ausência”*. Assim, salvo melhor opinião, o “conhecimento directo” e a “intervenção pessoal” mais não são do que parcelas da característica essencial “pessoalidade”, *A confissão...*, ob. cit.

conhecimento por via indirecta (clareza que não se verifica no caso do depoimento de parte – *vide supra* 3.2.1.).

Por conseguinte – sem prejuízo da específica terminologia em cada caso, cuja diferença prática reside na exclusão expressa do depoimento indirecto quanto às declarações de parte – parece que tanto as declarações de parte como o depoimento de parte versam essencialmente sobre factos pessoais. Em suma, defende-se que a interpretação deve ser teleologicamente orientada, dentro do limite do sentido possível das palavras, em função do carácter pessoal do conhecimento dos factos¹⁴². Assim, em caso de dúvida, deve ter-se em conta que a intenção do legislador parece ser que a parte preste declarações sobre factos que tenham sido percebidos por si através dos seus sentidos (visuais, auditivos, olfactivos...) ¹⁴³.

Outra problemática que tem sido suscitada consiste na (in)admissibilidade de prestação de declarações sobre factos criminosos ou torpes, em função da remissão prevista no n.º 2 do artigo 466.º. A este propósito, Rui Pinto admite que os factos torpes ou criminosos possam ser objecto da prestação de declarações de parte, “(...) *dado ser um depoimento voluntário e espontâneo*”¹⁴⁴. Em consonância, Isabel Alexandre entende que “*não se proíbe (como resulta do confronto entre o artigo 466.º, n.º 1, e o artigo 454.º do CPC de 2013) que estas tenham por objeto factos criminosos ou torpes, de que a parte seja arguida, o que parece significar que o legislador consente que a parte solicite ser ouvida sobre um facto dessa natureza e que o mesmo possa ficar provado através das suas declarações*”¹⁴⁵. Por seu turno, Pires de Sousa dissente “(...), *parcialmente, da posição desta Professora porquanto se a suscetibilidade*

¹⁴² No mesmo sentido, Luís Pires de Sousa, ob. cit., p. 5.

¹⁴³ Com interpretação diversa, Catarina Gomes Pedra, ob. cit., p. 134, afirma que: “*o paralelismo é apenas aparente, pois as declarações de parte não recaem sobre factos pessoais, ou, como lhes refere a Exposição de Motivos, a factos de natureza pessoal, mas de factos em que a parte tenha intervindo pessoalmente, e que podem ser de natureza bem diversa*”. Apesar da diferença dogmática, em termos práticos a Autora conclui igualmente que, “*diversamente do que estatui o artigo 454.º para o depoimento de parte, parece que lhe está subjacente uma implícita restrição probatória, não podendo as declarações de parte ser de ouvi dizer*”.

¹⁴⁴ Ob. cit., p. 382.

¹⁴⁵ Ob. cit., p. 289.

da resposta colidir com reserva da vida privada e outras (Artigo 417.3.) confere ao declarante a faculdade de se recusar a depor, por argumento a fortiori a minori ad maius, o declarante pode recusar-se a responder sobre factos torpes ou que sejam suscetíveis de o constituir em responsabilidade criminal (princípio nemo tenetur edere contra se, literalmente: ninguém é obrigado a manifestar-se contra si próprio).²⁰ Não há uma verdadeira proibição de prova mas assiste ao declarante o direito de se recusar a responder sobre tais matérias”¹⁴⁶.

Salvo erro, a posição de Pires de Sousa só diverge das demais devido à circunstância de pugnar pela possibilidade de o juiz determinar oficiosamente esta prestação de declarações. Com efeito, a *ratio legis* subjacente ao disposto neste artigo 454.º/2 é a de que “ninguém dever ser obrigado a depor sobre factos de que resulta criminalidade”¹⁴⁷. Como explica o Professor Lebre de Freitas¹⁴⁸3: “[a] norma tem sido justificada com a finalidade de não expor o depoente à necessidade de se pronunciar sobre certos factos ilícitos pessoais, cuja realidade se sentirá inclinado a negar (Ordenações Filipinas, livro III, título LIII)”. Destarte, como decorrência do nosso entendimento de que não é admissível a determinação oficiosa da prova por declarações de parte (cf. *infra* **4.2.3.**), propomos a inaplicabilidade do artigo 454.º/2 e a consequente admissibilidade de prestação de declarações sobre factos criminosos ou torpes, pela simples razão de que é o próprio declarante que o requer, não podendo ser compelido a prestar declarações. Já não assim caso se tivesse por admissível a iniciativa oficiosa deste meio de prova.

Cumprе ainda referir que, sendo possível a ocorrência de confissão no âmbito da prova por declarações de parte (cfr. designadamente, artigo 466.º, n.º 3, *in fine*), também pode dar-se o caso de lhe serem aplicáveis os artigos 463.º a 465.º do C. P. C.¹⁴⁹.

¹⁴⁶ Ob. cit., p. 8.

¹⁴⁷ José Dias Ferreira, *Código Civil Portuguez Annotado*, vol. V, 1876, Coimbra, Imprensa da Universidade, citado por Estrela Chaby, ob. cit., p. 138.

¹⁴⁸ *CPC Anot...*, ob. cit., p. 473.

¹⁴⁹ Cf. Rui Pinto, ob. cit., p. 382.

b) Favorabilidade

Conforme já descrito *supra*, a prova por depoimento de parte está – ainda hoje – intrinsecamente ligada à prestação de declarações sobre factos desfavoráveis, devido à sua finalidade típica confessória, sendo tradicionalmente concebido como um meio de prova ao serviço da parte contrária. Ora, no caso da prova por declarações de parte pode colocar-se a questão no sentido inverso: prevendo-se que seja a própria parte declarante, e não a parte contrária, a requerer a sua prestação de declarações, deve entender-se que só pode versar sobre factos favoráveis?

Naturalmente que, à partida, o problema será meramente hipotético, uma vez que a parte tem tendência óbvia para actuar em prol de uma decisão que seja favorável aos seus interesses. Sem prejuízo, dogmaticamente importa realçar que a relação entre estes dois meios de prova é, nas palavras de Isabel Alexandre, a seguinte: “(...) *se a parte for ouvida na primeira qualidade, sê-lo-á para prova de factos que lhe são desfavoráveis; se for ouvida na segunda qualidade, sê-lo-á para prova de factos que lhe são favoráveis (em princípio, porque o artigo 466º, n.º 3, do CPC de 2013 não exclui que das declarações de parte emergja confissão)*”. Assim, “*se a parte for ouvida a requerimento da parte contrária, o procedimento a empregar é o do depoimento de parte; mas se for ouvida por sua própria iniciativa, o procedimento é o das declarações de parte (que é regulado pelas disposições próprias daquele)*”¹⁵⁰. Ou seja, da perspectiva das partes parece verificar-se essencialmente um binómio depoimento de parte/factos desfavoráveis *versus* declarações de parte/factos favoráveis. Não obstante, é inegável que a parte pode muito bem reconhecer factos desfavoráveis, que serão apreciados com força probatória plena ou livre consoante cumpram os respectivos requisitos (artigo 353.º ss. CC e 452.º ss. *ex vi* 466.º/2 CPC)¹⁵¹. Em suma, apesar de nos ser difícil compaginar uma hipótese

¹⁵⁰ Ob. cit., p. 288.

¹⁵¹ Como explica Isabel Alexandre, ob. cit., p. 286: “*corroborando o artigo 466º, n.º 3, do CPC de 2013, as declarações de parte podem redundar na obtenção de meios de prova de natureza distinta e com*

em que o declarante procure comprovar factos cuja veracidade seja contrária à sua pretensão, a favorabilidade do facto, em boa verdade, não é exigida, sendo claramente admissível a prestação de declarações desfavoráveis.

5.2.3. A (in)admissibilidade de iniciativa oficiosa

Conforme já referido, tem sido controvertida quer na doutrina quer na jurisprudência a questão de saber se a prova por declarações de parte pode ser determinada oficiosamente, sendo certo que o legislador não tomou posição expressa e, do ponto de vista jurídico-legal, ambas as interpretações são defensáveis.

Contra esta possibilidade pronuncia-se Paulo Pimenta, argumentando que: “[a] natureza voluntária das declarações de parte significa que este meio de prova não pode ser requerido pela contraparte nem determinado oficiosamente pelo juiz. (...) o sentido e a função desta nova figura não parece consentir outro entendimento”¹⁵² (no mesmo sentido, cf. Lebre de Freitas¹⁵³).

Por sua vez, Ramos de Faria e Ana Luísa Loureiro entendem que nada obsta à determinação oficiosa, nos termos gerais do artigo 411.º do C. P. C.¹⁵⁴. Identicamente, a posição de Pires de Sousa é a de que: “(...) o atual Art. 411 do Código de Processo Civil (correspondente ao anterior Art. 265.3. do CPC) - ao afirmar que incumbe ao juiz ordenar oficiosamente todas as diligências necessárias ao apuramento da verdade quanto aos factos de que lhe é lícito conhecer - postula um critério de plenitude do material probatório no sentido de que todas as provas relevantes devem ser carreadas para o processo, mesmo que seja por iniciativa do juiz. A decisão de facto só será justa «se o juiz proceder, de modo racionalmente controlável, a uma reconstrução dos factos

diferente valor probatório: (...) 2. No reconhecimento de factos desfavoráveis que não possa valer como confissão, caso em que tais declarações de parte também não importam a constituição de um novo meio de prova (a figura, na verdade, já está prevista no artigo 361º do CC);(...)

¹⁵² *Processo Civil Declarativo*, Almedina (2014) p. 356.

¹⁵³ ADC..., ob. cit., p. 278.

¹⁵⁴ Ob. cit., p. 365.

com observância do critério da plenitude do material probatório». A admissibilidade do juiz ordenar, oficiosamente, a prestação de declarações de parte sempre resultaria da remissão do Art. 466.2. para o Art. 452.1. do Código de Processo Civil. Por outro lado, sendo a evolução legislativa no sentido de um reforço do inquisitório, a possibilidade de o juiz determinar oficiosamente a prestação de declarações de parte é mais lógica e coerente com tais poderes gerais do juiz em matéria de instrução”¹⁵⁵. Também a favor da admissibilidade de determinação pelo juiz deste meio de prova, leia-se Teixeira de Sousa: “Parece assim que a remissão realizada pelo art. 466.º, n.º 2, nCPC para a secção anterior abrange o disposto no art. 452.º, n.º 1, nCPC e que, por isso, o tribunal pode ordenar a prestação de declarações pela parte. Aliás, a solução corresponde ao que tem sido praticado em alguns tribunais.”¹⁵⁶.

Já na jurisprudência, constata-se algum dissentimento quanto a esta permissibilidade ao juiz de determinar a prestação de declarações. Enquanto no Ac. TRL de 10/04/2014 (Ondina Carmo Alves)¹⁵⁷, se entende negativamente, por ausência de normativo específico, como é o caso do depoimento de parte no seu artigo 452.º/1, por outro lado no Ac. TRG de 17/09/2015 (António Figueiredo de Almeida)¹⁵⁸ postula-se que: “I - O tribunal pode, oficiosamente, determinar a realização da prova por declarações de parte; II - Pode igualmente o tribunal servir-se dos depoimentos de parte e considerá-los como declarações de parte, para efeitos de poder apreciar livremente as declarações das partes”. Neste último caso concreto, procedeu-se à valoração das declarações favoráveis prestadas em depoimento de parte, já não enquanto tal, outrossim aproveitando-as oficiosamente como prova por declarações de parte, com base nos artigos 466.º, n.º 2, e 411.º, do C. P. C.

¹⁵⁵ Ob. cit., pp. 4-5.

¹⁵⁶ *Prova por declarações de parte; relações jurídicas indisponíveis* (2014), disponível em <https://blogippc.blogspot.pt/2014/04/prova-por-declaracoes-da-parte-relacoes.html>.

¹⁵⁷ Proc. n.º 2022/07.1TBCSC-B.L1-2.

¹⁵⁸ Proc. n.º 912/14.4TBVCT-A.

Antes de mais, quer-nos parecer que, tratando-se dogmaticamente de dois meios de prova distintos e autónomos, uma coisa é a admissibilidade de iniciativa oficiosa em sede de depoimento de parte, outra é tal possibilidade em sede de declarações de parte.

Sem prejuízo, independentemente da construção dogmática que se faça, o que parece contrário ao actual regime processual visto como um todo (v.g. artigos 4.º, 7.º, 411.º, 413.º, 452.º e segs., 466.º, 607.º..., todos do C. P. C.) é concluir que o juiz pode determinar oficiosamente a audição das partes, para efeitos probatórios, quanto aos factos desfavoráveis, e já não assim quanto aos factos favoráveis.

Posto isto, tendemos a preferir o entendimento pela inadmissibilidade de o juiz determinar oficiosamente a prova por declarações de parte, por duas razões.

Em primeiro lugar, a introdução pelo legislador n.º 1 do artigo 466.º parece ter tido como principal – se não o único – objectivo a atribuição de um direito potestativo da parte à prestação de declarações sobre os factos de que tenha conhecimento, parecendo este meio de prova ter como pressuposto intrínseco a voluntariedade e espontaneidade, incompatível com a sua determinação pelo juiz. Em segundo lugar, já acima defendemos que, se se encontra consolidado o entendimento jurisprudencial em prol da valoração probatória dos factos favoráveis que se verifiquem durante o depoimento de parte, então o artigo 452.º, n.º 1, deve ser interpretado no sentido de que o juiz possa determinar o depoimento de qualquer das partes sobre todos os factos que lhes sejam pessoais, independentemente da sua favorabilidade (cf. **4.1.5.**). Ora, aceitando-se tal entendimento, não se vislumbra qual seria a utilidade prática de discutir a admissibilidade de iniciativa oficiosa da prova por declarações de parte, uma vez que o juiz já poderia obter o fim pretendido por via do depoimento de parte.

Se, contrariamente, o intérprete-aplicador entender que a iniciativa oficiosa do depoimento de parte nos termos do artigo 452.º, n.º 1, apenas pode versar factos desfavoráveis (à luz da tradição histórica do instituto e dos restantes

elementos sistemáticos que o indiciam), então salvo melhor opinião e pelas razões já expostas (*vide* 4.1.5.), tal interpretação importaria a admissibilidade da determinação pelo juiz das declarações de parte, à luz dos princípios da imparcialidade, da igualdade processual, do inquisitório e da aquisição processual, e com fundamento na remissão geral do artigo 466.º, n.º 2.

Em suma, repetimos, independentemente da construção dogmática por que se opte, a nosso ver o que se afigura fundamental é a conclusão de que, no actual estado do processo civil, é permitido ao juiz determinar a audição de qualquer das partes sobre os factos que lhes sejam pessoais, valorando para efeitos probatórios todas as suas declarações, independentemente da questão de saber a quem favorece a prova desses factos.

A este propósito, não vá sem se citar Artur Cordeiro – com cuja posição nos identificamos no essencial – que afirma impressivamente que: *“Na prática, a única verdadeira novidade traduz-se na atribuição de legitimidade às partes para requererem os seus depoimentos de parte. É que o próprio artigo remete, em termos formais, para o regime do depoimento de parte (no seu n.º 2), indo ao encontro do seu regime substancial, quando afirma que o tribunal valora livremente as declarações da parte, salvo se as mesmas constituírem confissão (n.º 3). Talvez bastasse, é certo que contra o entendimento dos processualistas mais puristas, a previsão, por simples aditamento ao art.º 453.º da Proposta, da possibilidade da parte requerer o seu próprio depoimento”*¹⁵⁹.

5.2.4. Força probatória

Conforme prescreve o artigo 466.º, n.º 3, do C. P. C., as declarações de parte são livremente valoradas, só havendo lugar à prova legal plena no caso de ocorrer confissão judicial escrita, cf. artigo 358.º, n.º 1, do C. C. Apesar de a lei nada mais referir, tem sido recusada a sua equiparação à força probatória livre dos

¹⁵⁹ *Audiência de Julgamento no projecto do Código de Processo Civil, in* Cadernos de Novo Processo Civil I (CEJ), 2.ª ed. (2013), p. 310-311.

restantes meios de prova (v.g., testemunhal). Mais se refira que, esta problemática da pré-limitação à livre apreciação das declarações favoráveis coloca-se nos mesmos termos quando se verifiquem em sede de depoimento de parte.

Este entendimento restritivo era relativamente expectável, tendo em conta a centenária descredibilização das declarações das partes na tradição processualista portuguesa, centrada na natural conclusão de que, não havendo quem tenha mais interesse na prova do facto do que o próprio declarante, é de recear um maior risco de falta de correspondência com a verdade. Como recorda Elizabeth Fernandez, para além do *“receio de perjúrio”*, atente-se que *“(…) mesmo que as mesmas não sejam desonestas, estudos psicológicos demonstram que as pessoas têm uma maior tendência a recordar factos favoráveis do que factos desfavoráveis pelo que o depoimento delas como testemunhas nos processos em que são partes não é, por essa razão de índole psicológica, fidedigno”*¹⁶⁰. E acrescenta Carolina Henriques Martins que a parte, *“(…) inclusivamente, já teve oportunidade para expor no articulado (...) a sua versão dos factos”*¹⁶¹.

Contudo, não se pode dizer que exista consenso quanto ao modo de valorar as declarações favoráveis, em face desta recentemente consagrada força probatória livre, tendo a questão sido já amplamente discutida quer pela doutrina quer pela jurisprudência. Num meritório trabalho de esquematização, Luís Pires de Sousa explica que: *“A doutrina e a jurisprudência vêm assumindo várias posições no que tange à função e valoração das declarações de partes que são aglutináveis em três teses essenciais:*

- i. Tese do carácter supletivo e vinculado à esfera restrita de conhecimento dos factos;*
- ii. Tese do princípio de prova;*

¹⁶⁰ *Nemo Debet Esse Testis in Propria Causa? Sobre a (in)Coerência do Sistema Processual a Este Propósito, in* Julgar Especial, Prova Difícil (2014) p. 27.

¹⁶¹ Cf. *Declarações de Parte*, Universidade de Coimbra (2015) p. 58.

iii. Tese da autossuficiência/valor probatório autónomo das declarações de parte¹⁶² (sublinhado nosso).

Como esclarece aquele Autor, *Para a primeira tese, as declarações de parte têm uma função eminentemente integrativa e subsidiária dos demais meios de prova, tendo particular relevo em situações em que apenas as partes protagonizaram e tiveram conhecimento dos factos em discussão*¹⁶³. Neste sentido se pronunciou Lebre de Freitas, afirmando que: “[a] *apreciação que o juiz faça das declarações de parte importará sobretudo como elemento de clarificação do resultado das provas produzidas e, quando outros não haja, como prova subsidiária, maxime se ambas as partes tiverem sido efetivamente ouvidas.*”¹⁶⁴. Identicamente, João Correia, Paulo Pimenta e Sérgio Castanheira pugnam pela sua “*natureza essencialmente supletiva*”¹⁶⁵, a utilizar e valorar fundamentalmente em casos de ausência de outros meios de prova, designadamente devido à natureza estritamente pessoal dos factos¹⁶⁶. Aparentemente no mesmo sentido, vide Ac. TRG de 04/05/2017 (Maria João Matos)¹⁶⁷.

Já quanto à segunda tese, elucida Pires de Sousa que esta “(...) *propugna que as declarações de parte não são suficientes para estabelecer, por si só, qualquer juízo de aceitabilidade final, podendo apenas coadjuvar a prova de um facto desde que em conjugação com outros elementos de prova.*”¹⁶⁸. Trata-se do denominado princípio de prova, que nas palavras de Lebre de Freitas consiste “(...) [n]um resultado insuficiente para a prova do facto, mas suscetível de, combinado com o de outros meios de prova que sejam produzidos no processo,

¹⁶² Ob. cit., p. 27.

¹⁶³ Ac. TRL de 26/04/2017 em que foi relator o próprio Autor.

¹⁶⁴ ADC..., ob. cit., p. 278.

¹⁶⁵ Ob. cit., p. 57. No mesmo sentido, Carolina Henriques Martins, ob. cit., p. 58.

¹⁶⁶ Neste sentido, cf. Maria dos Prazeres Beleza, *A prova por declarações de parte: uma desnecessária duplicação das alegações das partes ou uma prova inútil?*, II Congresso de Processo Civil (2014), p. 21.

¹⁶⁷ Proc. n.º 651/14.6T8BRG.G1, em cujo sumário se pode ler que: “*Sendo as declarações de parte não confessórias livremente apreciadas pelo Tribunal, não devem as mesmas (por si só) ter-se como suficientes para a demonstração de factos que podiam facilmente ter sido objecto de outra prova* (sublinhado nosso).

¹⁶⁸ Ob. cit., p. 28

*a ela conduzir; trata-se de um contributo para o resultado probatório final, sem força probatória autónoma, mas concretamente relevante quando os meios de prova com que se combine não sejam, por si só, suficientes para gerar no julgador a convicção de que o facto probando se verificou”*¹⁶⁹.

É este o entendimento de Remédio Marques, que admite a produção e valoração das declarações favoráveis, *“contanto que o tribunal não se tenha baseado exclusivamente nessas declarações para formar a sua convicção sobre os factos controvertidos que deu como provados”*¹⁷⁰. No mesmo sentido se pronunciam Paulo Ramos de Faria e Ana Luísa Loureiro¹⁷¹, e ainda os já referidos defensores da tese supletiva, Paulo Pimenta¹⁷² e Carolina Henriques Martins¹⁷³.

Quanto à jurisprudência, é de referir a adesão largamente maioritária a esta tese que defende que as declarações favoráveis só terão valor probatório desde que complementadas com outros meios probatórios¹⁷⁴. Como se pode ler no Ac. TRE de 06/10/2016 (Tomé Ramião)¹⁷⁵: *“As declarações de parte, nos termos do art.º 446.º/3 do C. P. Civil, constituem princípio de prova e serão apreciadas livremente pelo tribunal (...)”*. E acrescenta-se no Ac. TRG de 18/01/2018 (Vera Sottomayor)¹⁷⁶: *“A prova dos factos favoráveis ao depoente e cuja prova lhe incumbe não se pode basear apenas na simples declaração dos mesmos, é*

¹⁶⁹ Ob. cit., p. 222. Em consonância, explica Teixeira de Sousa que: *“O princípio (ou começo) da prova é o menor grau de prova: ele vale apenas como fator corroborante da prova de um facto. Isto é, o princípio da prova não é suficiente para estabelecer, por si só, qualquer prova, mas pode coadjuvar, em conjugação com outros elementos, a prova de um facto”* [cf. *As Partes, o Objeto e a Prova na Ação Declarativa*, Lex-Edições Jurídicas (1995), p. 203].

¹⁷⁰ Ob. cit., p. 171.

¹⁷¹ Ob. cit., p. 395.

¹⁷² *Processo...*, ob. cit., p. 357.

¹⁷³ Ob. cit., p. 58.

¹⁷⁴ Acs. TRL de 01/06/2016 (Alves Duarte), proc. n.º 387/12.2TTPDL.L1-4, e de 07/06/2017 (Pedro Brighton), proc. n.º 427/13.8TVLSB.L1-1; Acs. TRP de 15/09/2014 (António José Ramos), proc. n.º 216/11.4TUBRG.P1, de 17/12/2014 (Pedro Martins), proc. n.º 2952/12.9TBVCD.P1, de 20/06/2016 (Manuel Domingos Fernandes), proc. n.º 2050/14.0T8PRT.P1, e de 27/09/2017 (Fernando Samões), proc. n.º 53714/16.2YIPRT.P1; Acs. TRG de 11/02/2017 (Pedro Damião e Cunha), proc. n.º 2833/11.3TJVNF.G1, e de 14/09/2017 (Alexandra Rolim Mendes), proc. n.º 167447/09.1YIPRT.G1, e ainda Ac. TRE de 28/09/2017, proc. n.º 2123/16.5T8PTM.E1.

¹⁷⁵ Proc. n.º 1457/15.0T8STB.E1.

¹⁷⁶ Proc. n.º 294/16.0Y3BRG.G1.

necessária a corroboração de algum outro elemento de prova, com os demais dados e circunstâncias, sob pena de se desvirtuarem as regras elementares sobre o ónus probatório e das acções serem decididas apenas com as declarações das próprias partes”.

Por último, uma terceira corrente doutrinária e jurisprudencial tem defendido que, na ausência de expressa limitação legal, está vedado ao intérprete-aplicador proceder a um pré-juízo pejorativo do valor probatório das declarações de parte¹⁷⁷. Consequentemente, nas palavras de Pires de Sousa, “[p]ara a terceira tese, pese embora as especificidades das declarações de parte, as mesmas podem estribar a convicção do juiz de forma autossuficiente, assumindo um valor probatório autónomo”. Este é – adianta-se desde já – o entendimento defendido no âmbito do presente estudo.

Nas palavras daquele Autor, que também pugna por este entendimento: *“Em primeiro lugar, a prova testemunhal, a prova pericial e a prova por inspeção estão também sujeitas à livre apreciação do tribunal (Arts. 389, 391 e 396 do Código Civil), sem que se questione que o juiz possa considerar um facto provado só com base numa dessas provas singulares, no limite, só com base num depoimento. Em segundo lugar, desde há muito que se enfatiza que o interesse da testemunha na causa não é fundamento de inabilidade, devendo apenas ser ponderado como um dos fatores a ter em conta na valoração do testemunho”*¹⁷⁸.

¹⁷⁷ Embora Teixeira de Sousa se pronuncie a favor de “(...) atribuir a estas declarações o grau normal dos meios de prova, que é o de prova *stricto sensu*”, sucede que aparentemente não o faz por não as pré-desvalorizar em relação aos demais meios de prova, mas sim com fundamento em que “(...) então o que não teria nenhum valor probatório em si mesmo (nem sequer como mera justificação) passa a poder ter algum valor probatório, ainda que o menor na escala dos valores probatórios”, e na premissa de que “(...) à medida que se baixa nos graus de prova, mais fácil se torna atribuir relevância probatória a um certo meio de prova” (cf. *Declarações de parte; relevância probatória; graus de prova* (2017), disponível em: <https://blogippc.blogspot.pt/2017/01/jurisprudencia536.html#links>). Acrescente-se, porém, que em texto mais recente datado de 25/05/2018, o Professor defende já mais expressamente que: *“nada justifica a desqualificação, à partida, do valor probatório da prova por declarações de parte. Esta prova tem o valor probatório que, em função do caso, for justificado atribuir segundo a prudente convicção do juiz”* (cf. *Para que serve afinal a prova por declarações de parte?*, IPPC, disponível em <https://blogippc.blogspot.com/2018/05/para-que-serve-afinal-prova-por.html>).

¹⁷⁸ Leia-se também Ac. TRL de 26/04/2017, proc. n.º 18591/15.0T8SNT.L1-7, relatado pelo mesmo Autor.

E acrescenta Catarina Gomes Pedra que: *“(...) não se nega que as partes tenham uma natural propensão para proteger interesses próprios e que, assim sendo, se deva revestir de cautelas especiais a tomada de declarações às partes. O que já não se afigura razoável e adequado num sistema processual como o nosso é que, como o demonstra a história legislativa, se tome essa regra da experiência como uma regra absoluta e se subtraia ao juiz a possibilidade de, em cada caso concreto, aferir dessa credibilidade, revelando uma certa desconfiança na capacidade do julgador para avaliar criticamente os depoimentos.”*¹⁷⁹.

Partilha-se também da opinião de Mariana Fidalgo quando afirma que: *“(...) Não se tratando este de um meio de prova com valor probatório tarifado, mas sim com valor de prova livre, é injustificável que o mesmo seja antecipadamente tabelado e rotulado.”*¹⁸⁰, concluindo pela *“(...) inexistência de qualquer fundamento epistemológico e legal (...)”* nesse sentido. Com efeito, embora esta pré-limitação do valor probatório livre das declarações favoráveis fosse uma solução compaginável, não vislumbramos de onde ela resulta. Em lado algum se discrimina negativamente a prova por declarações de parte relativamente às demais; pelo contrário, estabelece-se no artigo 607.º, n.º 5, que: *“O juiz aprecia livremente as provas segundo a sua prudente convicção acerca de cada facto; a livre apreciação não abrange os factos para cuja prova a lei exija formalidade especial, nem aqueles que só possam ser provados por documentos ou que estejam plenamente provados, quer por documentos, quer por acordo ou confissão das partes”*.

Correndo o risco de citação excessiva, subscreve-se na íntegra as palavras daquela Autora ao sublinhar que: *“(...) questão diferente [é] a da suficiência dessas declarações para a formação desta convicção – pois que aceitamos como boa a regra da experiência que sugere que a fiabilidade das afirmações em benefício próprio é reduzida – ponto, para nós, assente é que este meio de prova não deve ser previamente desprezado nem objeto de um estigma precoce, sob*

¹⁷⁹ Ob. cit., p. 110.

¹⁸⁰ Ob. cit., pp. 76-77.

pena de perversão do intuito da lei e do princípio da livre apreciação da prova. (...) ainda que tal possa naturalmente suceder com pouca frequência na prática, defendemos que será admissível a concorrência única e exclusiva deste meio de prova para a formação da convicção do juiz em determinado caso concreto, sem recurso a outros meios de prova”¹⁸¹.

Em suma, com Helena Cabrita conclui-se assim que as declarações favoráveis das partes simplesmente “(...) devem ser objecto de uma maior e mais cuidadosa ponderação por parte do juiz, que terá, mais uma vez, de, através de critérios racionais, lógicos e objectivos, explicitar o modo e a razão pela qual tal elemento probatório influenciou a sua convicção”¹⁸².

Catarina Gomes Pedra não deixa porém de entender que: “(...) a questão não é isenta de dúvidas, sobretudo se considerarmos certos aspetos da regulamentação da prova por declarações de parte que parecem apontar no sentido de lhe ser atribuído carácter subsidiário. É o caso de poder ser deduzida até ao início das alegações orais em primeira instância, podendo essa circunstância induzir que, como vem sendo apontado pela doutrina, se trata de meio probatório destinado a complementar a prova já produzida”¹⁸³. Salvo o devido respeito por entendimento diferente, não parece que o facto de poder ser deduzida até às alegações finais possa indiciar qualquer subsidiariedade. Este alargamento temporal pode ter vários outros fundamentos: nomeadamente, a necessidade de esclarecer qualquer ponto pode frequentemente ocorrer apenas durante a última inquirição testemunhal, permitindo-se assim que o juiz possa sempre ter total conhecimento da perspectiva das partes quanto aos factos que lhes são pessoais, por forma a ter o máximo esclarecimento possível antes de tomar a decisão de facto.

Por outro lado, quanto à tese do princípio de prova, cumpre notar que este não é só um conceito doutrinário, tendo também consagração legal expressa (*vide*

¹⁸¹ Ob. cit., pp. 79-80.

¹⁸² *A Fundamentação de Facto e de Direito da Sentença Cível in Balanço do Novo Processo Civil*, Centro de Estudos Judiciários (2017), disponível em www.cej.mj.pt, p. 181.

¹⁸³ Ob. cit., p. 143.

artigo 421.º do C. P. C.). Consequentemente, salvo melhor opinião – à partida e à luz do artigo 10.º do Código Civil – se o legislador pretendesse aplicá-lo à força probatória das declarações de parte sempre o teria feito expressamente.

Também alguma jurisprudência minoritária tem defendido esta terceira tese¹⁸⁴.

Refutando a tese do carácter supletivo, escreve-se no Ac. TRL de 29/04/2014 (Conceição Saavedra)¹⁸⁵ que: *“O Tribunal indeferiu, nos termos acima transcritos, o meio de prova justificando, em súmula, que as declarações de parte se restringem apenas às situações em que, por motivo de insuficiência da demais prova produzida, importará ouvir a parte para o esclarecimento de questões que permaneçam duvidosas, e da sua desnecessidade em concreto. Com o devido respeito, se tal meio de prova ganha particular interesse em matérias do foro íntimo ou pessoal dos litigantes, não presenciadas por terceiros e, à partida, de mais difícil demonstração, também é certo que a lei não restringe a sua admissão a esses casos, antes estabelecendo como requisito de admissibilidade, no que respeita à incidência, que as declarações da parte respeitem a factos em que o litigante interveio pessoalmente ou de que teve conhecimento directo. Estamos, por conseguinte, no âmbito mais amplo do direito que assiste à parte de provar os factos por si alegados e que sustentam a sua pretensão, ou mesmo de fazer a contraprova dos factos contra si invocados, no quadro do direito de acesso aos tribunais e à tutela jurisdicional efectiva (art. 20 da C.R.P.), pelo que, nessa medida, é a cada uma das partes que incumbe*

¹⁸⁴ Procurando equilibrar as posições em discussão, afirma-se no Ac. TRP de 23/03/2015 (José Eusébio Almeida), proc. n.º 1002/10.4TVPRT.P1, que: *“A afirmação, perentória e inequívoca, de as declarações das partes não poderem fundar, de per si e só por si, um facto constitutivo do direito do depoente, não é correcta, porquanto, apresentada sem qualquer outra explicação, não deixaria de violar, ela mesma, a liberdade valorativa que decorre do citado n.º 3 do artigo 466 do CPC. Mas compreende-se que, tendencialmente e como não deixam de afirmar os autores anteriormente citados, as declarações das partes, sem qualquer corroboração de outra prova, qualquer que ela seja, não apresentem, ainda assim, e sempre num juízo de liberdade de apreciação pelo tribunal, a suficiência bastante à demonstração positiva do facto pretendido provar. Neste contexto de suficiência probatória, e não propriamente de valoração negativa e condicionada da prova (e só assim pode ser, respeitando o princípio que se consagra no artigo 466, n.º 3 do CPC) parece-nos claro que nunca pode estar em causa a violação da norma constitucional que salvaguarda a tutela efectiva do direito (artigo 20, n.º 5 da CRP)”* (sublinhado nosso).

¹⁸⁵ Proc. n.º 211/12.6TVLSB.L1-7.

eleger os meios de prova adequados à demonstração com que está onerada ou que, de algum modo, convém à prossecução dos seus interesses. Tal não significa que não devam impor-se certas limitações aos meios de prova utilizáveis em cada caso, mas essas limitações devem mostrar-se materialmente justificadas e respeitadoras do princípio da proporcionalidade”.

Em defesa desta terceira tese, pode ler-se no Ac. TRE de 23/11/2017 (Tomé de Carvalho)¹⁸⁶: *“Entendemos que as declarações de parte podem estribar a convicção do juiz de forma auto-suficiente”.* No mesmo sentido, vide Ac. TRG de 07/12/2017 (Vera Maria Sottomayor)¹⁸⁷: *“O artigo 466.º do CPC não degrada o valor probatório das declarações de parte, nem pretende vincar qualquer carácter subsidiário ou meramente integrativo e complementar de outros meios de prova, o certo é que a credibilidade de tais declarações tem de ser aferida em concreto e com cautela, sem que se valore primeiro a pessoa e depois a declaração”.*

Por fim, é ainda de citar e subscrever na íntegra o Ac. TRL de 12/01/2017 (Paulo Amaral)¹⁸⁸: *“A recorrente defende, e bem, que as declarações de parte (ou qualquer outro singular meio de prova), para poderem valer como prova positiva e credível, não necessitam de ser corroboradas por outras provas; ponto é, acrescentamos nós, que as simples declarações sejam credíveis por si só (o que, como é óbvio e natural, a recorrente, neste caso, entende que são). Quando o não são, quando não convencem o tribunal da realidade alegada, é imperativo que ou o tribunal dê os factos por não provados ou se socorra de outro meio de prova. É que não nos podemos esquecer que não estamos no âmbito de prova vinculada, da prova que, a verificar-se, a lei atribui um valor absolutamente positivo. Pelo contrário, o meio de prova aqui em discussão é livremente apreciado pelo tribunal, nos termos do n.º 3 do citado preceito legal. Significa isto que daqui não se retira a conclusão que, por a parte declarar algo, e só a*

¹⁸⁶ Proc. n.º 409/14.2TBPTM.E1.

¹⁸⁷ Proc. n.º 424/14.6TTVNF.G1.

¹⁸⁸ Proc. n.º 812/13.5TBVNO.E1.

parte o declarar, o tribunal deve dar o facto descrito como provado. É preciso mais (seja convicção no depoimento, isenção, imparcialidade, seja até, como se escreve na decisão, um outro meio de prova)” (sublinhado nosso).

Por estas razões, discordamos também do argumento anteriormente avançado de que esta terceira tese desvirtua o funcionamento do ónus da prova. Com efeito, se o juiz se convence exclusivamente com base na prestação de declarações, será porque tem fortes razões objectivas para tal, e não com base em mera crença infundada. Basear-se-á em máximas da experiência comum que lhe permitiram concluir, para além da dúvida razoável, que aquele facto corresponde à verdade. É o normal funcionamento das regras da prova, incluindo o ónus e os limites à livre apreciação.

À semelhança de todos os outros casos de força probatória não tarifada, o legislador decidiu confiar na capacidade do juiz de, baseando-se na sua experiência diária de ponderação crítica e prudente das provas, assimilar toda a informação, verbal e não-verbal, e por via objectiva e racional fundamentar solidamente a sua decisão.

Importa frisar que, salvo melhor opinião, face à ascensão da força probatória livre em detrimento da tarifada nas últimas décadas, assumirão especial relevo temas como os limites à livre apreciação da prova e a sindicabilidade das decisões com grau de discricionariedade, sendo pois de louvar o aumento da documentação da oralidade e imediação em 2.ª instância (recentemente até em vídeo e não só áudio). A este propósito, sempre será de considerar que nos termos do artigo 662.º, n.º 2, al. a), do C. P. C., “(...) *quando houver dúvidas sérias sobre a credibilidade do depoente ou sentido do depoimento (se este for confuso, se existirem versões contraditórias, etc.)*”¹⁸⁹, pode/deve a Relação determinar oficiosamente a renovação da prova por depoimento ou declarações de parte.

¹⁸⁹ Natália Garcia Alves, *A Reapreciação e a Renovação da Prova na 2.ª INSTÂNCIA - Renovação dos Meios de Prova (art. 662º, nº 2, al. a)) in Balanço do Novo Processo Civil*, Centro de Estudos Judiciários (2017), disponível em www.cej.mj.pt, p. 269.

Em suma, defende-se o entendimento de que as declarações favoráveis prestadas em sede de declarações ou depoimento de parte devem ser livremente apreciadas, sem quaisquer limitações prévias e à semelhança dos demais meios de prova não tarifada. Tal não significa que esta apreciação da prova seja absolutamente livre, pois está sujeita a regras e limites, nomeadamente o dever de se pautar por raciocínios objectivos, lógicos, atendíveis e razoáveis à luz do senso comum e das máximas da experiência. Uma destas máximas é a de que a parte tem natural tendência a perspectivar a verdade a seu favor, motivo pelo qual o juiz deve ter especial cautela na avaliação das declarações – o que, salvo melhor opinião, não significa que em abstracto não possa ser suficiente para, por si só, provar um certo facto.

5.3. Figuras afins

5.3.1. Declarações probatórias da parte vs alegações

Atendendo a que as alegações e as declarações prestadas nos termos dos artigos 452.º e segs. e 466.º, têm ambas em comum o proferimento de afirmações ou negações de factos pelas próprias partes, justifica-se a sua distinção teórica, que não se arroga exaustiva.

Segundo faz notar Estrela Chaby, a própria origem da expressão “alegações” está relacionada com a “*desconfiança em relação às declarações da parte [, a qual] tem raízes muito longínquas (...) Quaisquer declarações da parte no processo seriam, à luz da lei talmúdica, consideradas alegações*”¹⁹⁰. Esta tendência para a descredibilização das declarações das partes sobre o objecto do processo esteve presente até aos dias de hoje na tradição processualista, como se pode constatar pelo disposto no artigo 496.º do C. P. C. Também actualmente, as alegações são consideradas meras proposições de factos, cuja veracidade depende de verificação ou demonstração ulterior. O que acontece é

¹⁹⁰ Ob. cit., p. 38.

que o legislador prevê que as partes possam tentar comprová-las através da prestação de declarações suas ou da contraparte, verificados certos requisitos legais num caso e noutro. Assim, são transversalmente diversas – quanto à natureza, ao efeito, ao objecto, ao momento e à forma – as declarações em sede de alegações (mesmo que sem intermédio de advogado), daquelas proferidas em sede de produção de prova, por depoimento ou por declarações de parte. Desde logo, aquelas correspondem a declarações formuladas sobre todo o objecto do processo (fixando-o) em regra por escrito¹⁹¹, na fase inicial por articulados com regime próprio (artigos 552.º e segs.), e na fase final, já finda a produção da prova [artigo 604.º, n.º 4, al. e)]. Já as declarações proferidas em sede de prova ocorrem em regra oralmente¹⁹² perante o juiz (v.g. artigo 604.º) e logicamente após a fase da condensação, pois só aí é proferido o despacho que enuncia os temas da prova [vide, artigos 591.º, n.º 1, al. f), e 596.º do C. P. C.]. Às alegações formuladas em peça processual aplica-se o disposto no artigo 5.º, n.º 1, do C. P. C. (em consonância com o artigo 342.º, n.º 1, do C. C.): *“às partes cabe alegar [e provar] os factos essenciais que constituem a causa de pedir [do direito que invocam] e aqueles em que se baseiam as excepções invocadas”*. A tomada de posição sobre os factos invocados pela contraparte nos articulados tem os efeitos previstos no artigo 574.º: se for aceite a sua veracidade (ou, quanto aos factos pessoais, não for negada) os factos ter-se-ão por assentes. Esta “admissão por acordo” implica a desnecessidade da sua prova. Seguidamente, são identificados os factos necessitados de prova – nomeadamente porque não admitidos por acordo ou por exigência legal de prova. É apenas sobre esses factos que será produzida a prova por depoimento de parte ou por declarações de parte (artigo 410.º), e de entre estes só sobre aqueles de que as partes tenham conhecimento pessoal e directo¹⁹³. Caso a parte reconheça a veracidade dos factos desfavoráveis,

¹⁹¹ Uma excepção à regra é a constante do artigo 3.º, n.º 3, do C. P. C.

¹⁹² Como exemplo de produção por escrito de prova tipicamente oral, vide artigo 518.º, n.º 1.

¹⁹³ V. *supra* 4.1.2. e 4.2.2. a).

estamos perante o meio de prova-confissão, não se confundindo pois com a “admissão por acordo”, que ocorre antes da própria necessidade de prova.

Uma outra diferença é que as declarações em sede de prova nas quais a parte não tome posição sobre os factos que lhe são pessoais não implicam automaticamente a admissão da sua veracidade, mas sim a livre apreciação dessa conduta (artigo 417.º, n.º 2).

Por fim e em consonância, as alegações correspondem a declarações de vontade, uma vez que as partes se propõem a demonstrar a veracidade daqueles acontecimentos. Ao invés, as proclamações das partes naqueles meios de prova constituem declarações de ciência, sendo valoradas pelo juiz para efeitos de prova dos factos anteriormente alegados (artigos 607., n.ºs 4 e 5, e 609º, n.º 1).

5.3.2. Contraposição com a prova testemunhal

Em vias de terminar o presente estudo, parece seguro concluir que, por um lado, constata-se uma clara evolução no sentido da maior abertura e permissibilidade da produção de prova oral pelas próprias partes, sendo hoje conferida mais liberdade e importância às suas declarações do que nas primeiras versões do Código.

Por outro lado, parece inegável que o artigo 496.º mantém a sua razão de ser e vigora em pleno no actual processo civil: a parte está impedida de depor como testemunha, só podendo prestar declarações em sede de depoimento de parte ou de declarações de parte.

Posto isto, desde sempre tem sido sublinhada a proximidade – do ponto de vista material e substantivo – entre estes meios de prova. Por todos, como já dizia Alberto dos Reis relativamente ao depoimento de parte: *“A confissão é, no fundo, um testemunho; difere da prova testemunhal propriamente dita por ser prestado pela parte”*. Assim, não deixaremos de fazer uma contraposição

sumária, que não se arroga exaustiva, de algumas semelhanças e diferenças entre estes três meios de prova.

Desde já se refira que todos são considerados declarações de ciência e não de vontade, nos termos e com os fundamentos já explanados (cf. *supra* 4.1.2.).

Quanto ao modo de produção, é de frisar que quer a prova testemunhal quer as provas por depoimento ou declarações de parte são precedidas de juramento, nos termos dos artigos 459.º e 513.º do C. P. C. Seguidamente, apenas à testemunha se questiona a relação de proximidade com as partes, pelas razões óbvias (cf. artigo 513.º, n.º 1, *in fine*). Por outro lado, enquanto a testemunha pode ser inquirida pelas partes, estas são interrogadas pelo juiz (*vide* artigos 516.º, 460.º e 466.º, n.º 2). A diferença de regime parece decorrer da necessidade sentida pelo legislador de maior controlo do interrogatório, nomeadamente para suavizar a forte subjectividade tanto de quem pergunta como de quem responde, evitando um espírito menos factual a estes meios de prova¹⁹⁴. Outra diferença a apontar é o facto de a testemunha depor sobre temas da prova, ao passo que a parte responde a factos concretos e individualizados (artigo 516.º *vs* artigo 460.º *in fine*), evidenciando-se de novo um maior controlo do desenrolar do interrogatório. Relativamente à força probatória, embora nos três meios de prova vigore a livre apreciação, como já se referiu em sede de depoimento e declarações de parte pode verificar-se a prova plena de certo facto, em caso de confissão reduzida a escrito (cf. artigo do CC

Não vá sem se referir, a propósito da relação entre estes meios de prova, o interessante Ac. TRL de 21/01/2014 (Tomé Gomes)¹⁹⁵, onde se postula que: “(...) *tendo o autor da acção principal sido inquirido na qualidade de testemunha à matéria do processo apenso, nada obsta a que o tribunal de recurso,*

¹⁹⁴ Essa preocupação do legislador parece aliás patente na previsão, quanto à prova testemunhal, da discricionariedade do juiz em avocar o interrogatório “*quando tal se mostrar necessário para assegurar a tranquilidade da testemunha ou pôr termo a instâncias inconvenientes*” (artigo 516.º, n.º 5 – sublinhado nosso).

¹⁹⁵ Proc. n.º 5512/05.7TBAM.L1-7.

oficiosamente e ao abrigo do princípio da aquisição das provas (art.º 515.º do CPC), possa considerar aquele depoimento não enquanto prova testemunhal, mas como declarações de parte não confessórias, nos termos dos (...) artigos 265.º, n.º 3, 266.º, n.º 2, 519.º, n.º 1, e 655.º do CPC.”. Por outro lado, como sublinha Isabel Alexandre, “(...) por exemplo, a parte pode requerer que o seu representante (por exemplo, o seu gerente), que está impedido de depor como testemunha (cfr. artigo 496º do CPC de 2013), preste declarações de parte (cfr. artigos 466º, n.º 2, e 453º, n.º 2, do mesmo Código), assim obviando à dificuldade que, no sistema do CPC de 1961, constitui a inquirição desse representante”¹⁹⁶.

Em suma, o Código de Processo Civil parece consolidar uma lógica sistemática de binómio entre a prova testemunhal e por depoimento ou declarações de parte, demonstrando a preocupação de que – seja através de um ou de outro meio processual – a pessoa possa sempre trazer aos autos o seu conhecimento dos factos em juízo.

¹⁹⁶ Ob. cit., p. 286.

6. Síntese reflexiva – A caminho de um testemunho de parte?

Concluído o presente estudo, parece evidente a forte evolução sentida nestes últimos 141 anos, relativamente à admissibilidade de produção oral de prova pelas próprias partes. Ao longo do tempo, foram ocorrendo várias alterações significativas no sentido do máximo aproveitamento das declarações das partes para a comprovação judicial dos factos em juízo: desde a crescente utilização em sede de depoimento de parte dos factos favoráveis, extravasando a sua finalidade típica confessória, passando pela admissibilidade de iniciativa oficiosa do depoimento de parte e a sua posterior extensão à prestação de informações e esclarecimentos, culminando na introdução de um novo meio de prova destinado essencialmente à apreciação livre das declarações favoráveis da parte, parece seguro concluir que tem sido claramente mais valorizado o conhecimento das próprias partes sobre os factos em juízo, em detrimento do tradicional princípio *nemo testis auditur in re sua* consagrado no artigo 496.º do C. P. C.

Note-se porém que continuam a haver vários mecanismos probatórios claramente distintos, a que correspondem regimes processuais diferentes com regras próprias a cumprir, sob pena de consequências práticas, pelo que o artigo 496.º mantém a sua razão de ser. Sem prejuízo, também não é de ignorar que actualmente existe um leque tão vasto de mecanismos jurídico-processuais atinentes à audição das partes sobre os factos de que têm conhecimento, que o âmbito se tornou quase tão abrangente como na prova testemunhal.

Por este motivo, têm surgido fortes referências doutrinárias e jurisprudenciais ao tema “*testemunho de parte*”, cognome dado a um eventual meio probatório que, à semelhança da prova testemunhal, permitisse a audição da parte, de forma unificada e num só momento processual, sobre o seu conhecimento pessoal de todos os factos em causa. Como dizíamos, embora salvo melhor opinião no estado actual do processo civil não se possa afirmar que o testemunho de parte seja admissível, a crescente admissibilidade e valoração

das declarações favoráveis tem tido por reflexo a correspondente discussão em torno da eventual unificação do testemunho e da construção de uma única figura processual, em face das reduzidas diferenças materiais (e não processuais) entre as provas por depoimento de parte e por declarações de parte.

A questão não é de todo despicienda, senão vejamos na prática. O Autor pode requerer que seja ouvido sobre os factos pessoais que alegou na Petição Inicial e lhe são favoráveis (artigo 466.º). Pode ainda requerer que o Réu seja ouvido sobre esses mesmos factos, porque desfavoráveis ao depoente (artigo 452.º). Por sua vez, inversamente, também o Réu pode requerer a sua própria audição (artigo 466.º), e bem assim a do Autor (artigo 452.º) sobre os factos pessoais que tenha invocado na Contestação. Em terceiro lugar, parece que o juiz pode ainda determinar a audição de qualquer das partes sobre todos os factos de que possam ter conhecimento, independentemente da favorabilidade, podendo nem ter sido alegados nos articulados (artigo 5.º, n.º 2), quer para verdadeiro depoimento quer para mero esclarecimento ou informação (dependendo da tese propugnada: artigo 452.º, ou 466.º *ex vi* 452.º). E finalmente, todas estas declarações podem ser utilizadas pelo juiz para prova da veracidade dos acontecimentos em causa (artigo 607.º, n.ºs 1 e 5). Em resumo, o sistema processual português prevê a utilização, para fins probatórios, de praticamente todo o conhecimento pessoal das partes sobre os factos, ressalvado o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis em cada caso, nomeadamente consoante a favorabilidade do facto. Em termos gerais e menos rigorosos, o Código parece prever dois mecanismos de produção de prova oral pelas partes que depõe: um para quando os factos *probandi* sejam favoráveis, e outro quando sejam desfavoráveis. Mas mesmo esta distinção foi relativamente enfraquecida pela tendência gradual de valorar os factos favoráveis ocorridos em sede de depoimento de parte, e inversamente pela possibilidade de serem admitidos factos desfavoráveis em sede de declarações de parte. Este contexto

– para certa doutrina – constitui mais um indício da crescente necessidade de unificar o testemunho e da dificuldade prática em o separar. Note-se que mesmo actualmente, Paulo Ramos de Faria e Ana Luísa Loureiro já vêm propor que, na eventualidade de serem requeridos ou determinados ambos os meios de prova, estes sejam produzidos num só momento processual¹⁹⁷.

É no âmbito de todo este circunstancialismo que surge o movimento doutrinário recente, que tem vindo a defender a consagração da figura do testemunho de parte. O que se vem propor é que, em prol nomeadamente da celeridade, economia e desburocratização processuais, dos menores entraves à descoberta da verdade material, e por não se vislumbrarem fortes razões em contrário, as provas por depoimento de parte e por declarações de parte sejam substituídas por uma única figura processual de audição das partes, para efeitos probatórios, oficiosamente ou a requerimento, sobre todos os factos de que tenham conhecimento, quer sejam favoráveis ou desfavoráveis. Sem preocupações de exaustão, cita-se alguns destes autores.

Nas palavras de Elizabeth Fernandez, “(...) *as partes que presenciaram diretamente factos ou neles intervieram são tecnicamente testemunhas dos mesmos. O legislador, porém, teve ainda medo das palavras e recusou [...] a designação da parte como testemunha [...]. Mais uma vez, a parte que, nestas situações, é materialmente uma testemunha, formalmente, apenas tem a dimensão de parte, tudo para continuar a manter a ilusão de que o nosso sistema processual só pode repudiar o testemunho de parte.*”¹⁹⁸.

Também Isabel Alexandre propõe a referida unificação: “*Não há, em suma, a possibilidade de a parte prestar um único depoimento em audiência, quando haja de ser ouvida sobre factos que lhe são desfavoráveis e também sobre outros que lhe são favoráveis, o que não se afigura muito coerente com o propósito do legislador, enunciado na Exposição de Motivos da Proposta de Lei n.º 113/XII, de que a instrução «decorra sem barreiras artificiais» e que o juiz*

¹⁹⁷ Ob. cit.

¹⁹⁸ *Um Novo Código de Processo Civil? Em busca das Diferenças*, Porto, Vida Económica (2014).

apreenda a «realidade histórica tal como esta, pela prova produzida, se revelou nos autos»”. Na verdade, corno é que a parte pode revelar urna realidade histórica, se a sua intervenção em audiência é sincopada, urna vez para depor sobre certos factos e outra vez para depor sobre outros factos, sem nunca retratar os factos que presenciou, de um modo encadeado?”¹⁹⁹.

No mesmo sentido, escreve Catarina Gomes Pedra que: “É (...) discutível a razão pela qual o testemunho da parte como prova livremente valorável não pode ingressar no nosso ordenamento com a forma e modalidade próprias da prova testemunhal em sentido estrito (ie, o testemunho de terceiros processualmente considerados), como acontece, por exemplo, nos sistemas anglo-saxónicos.”²⁰⁰.

E acrescenta a Autora que: “(...) a dualidade de formas pelas quais, entre nós, a parte pode ser ouvida no decurso do processo – podendo ser chamada, num momento, a depor sobre factos alegados pela parte contrária e, portanto, a si favoráveis e, noutro momento, sobre factos por si alegados – não só não se afigura coerente com a intenção do legislador de que a instrução decorra sem barreiras artificiais e que o juiz apreenda a realidade histórica tal como esta, pela prova produzida, se revelou nos autos, como compromete o propósito de permitir, através do relato das partes, um maior esclarecimento dos factos relevantes para a decisão da causa, o que, aliás, foi determinante da opção do legislador pela consagração deste meio de prova”²⁰¹.

A jeito de conclusão, não nos cabendo desenvolver exaustivamente nem tomar posição quanto a esta temática, não podemos deixar de concluir pela importância de proceder a considerações mais aprofundadas sobre esta possibilidade *de jure constituendo*. Já no que concerne ao actual sistema processual civil de produção de prova oral pelas próprias partes, vai vigorando esta bifurcação de meios probatórios e respectivos pressupostos, consoante o objecto do testemunho/depoimento/prestação de declarações se reporte a

¹⁹⁹ Ob. cit., p. 289.

²⁰⁰ Ob. cit., p. 109.

²⁰¹ Ob. cit., p. 147.

factos favoráveis ou desfavoráveis. Enfim, resta-nos aguardar atentamente as novidades legislativas que as reflexões e discussões presentes e futuras poderão trazer, afigurando-se-nos *s.m.o.* que o actual estado do processo civil quanto aos mecanismos de produção de prova oral pelas partes se encontra em período de transição.

7. Índice de Jurisprudência

Todas as decisões judiciais citadas estão (à data do presente estudo) disponíveis em www.dgsi.pt. Praticamente toda a jurisprudência seleccionada foi encontrada com base em consulta do referido sítio da Internet, através da pesquisa em “*Bases de Dados Jurídicas*” dos Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça e dos Tribunais da Relação do Porto, Lisboa, Coimbra, Guimarães e Évora, esgotando exhaustivamente (salvo erro) todos aqueles que, datados maioritariamente desde o ano 2000, surgem da pesquisa “*Por Descritor*” das expressões “*depoimento de parte*”, “*prova por depoimento de parte*”, “*declarações de parte*”, “*prova por declarações de parte*” e “*declarações de parte não confessórias*”. A presente lista abrange, de entre toda a jurisprudência estudada, apenas os Acórdãos citados:

Ac.TRL de 16.02.2009,(Luís Correia Mendonça),proc.n.º224298/08.4YIPRT-B.L1-8

Ac. TRE de 21/02/2008 Mário Serrano, proc. n.º 2647/07-2;

Ac. TRL de 21/02/2017 (Graça Amaral), proc. n.º 925/14.6T8CSC.L1-7;

Ac. TRL de 29/04/2014 (Conceição Saavedra, proc. n.º 211/12.6TVLSB.L1-7;

Ac. TRG de 20/04/2017 (Antero Veiga), proc. n.º 581/11.3TTBCL.G1;

Ac. TRG de 28/11/2011 (Manuel Bargado), proc. n.º 1244/03.9TCGMR.G1;

Ac. TRG de 26/09/2013 (Manuel Bargado), proc. n.º 106/12.3TBPTB-F.G1;

Ac. TRG de 03/04/2014 (Helena Melo), proc. n.º 3310/13.3TBBRG.G1;

Ac. TRL de 10/04/2014 (Ondina Carmo Alves), proc. n.º 2022/07.1TBCSC-B.L1-2;

Ac. TRE de 27/04/2017 (Paulo Amaral), proc. n.º 161709/12.2YIPRT-B.E1;

Ac. TRG de 17/09/2015 (António Figueiredo de Almeida), proc. n.º 912/14.4TBVCT-A;

Ac. TRL de 01/03/2012 (Mata Ribeiro) Proc. n.º 209/06.3TBODM.E1;

Ac. TRE de 10/07/2003 (Gaito das Neves), proc. n.º 63/03-2;

Ac. TRG de 21/11/2015 (António Santos),proc. n.º 7178/11.6TBBRG-A.G1;

Ac. TRL de 28/09/2016 (José Eduardo Sapateiro), proc. n.º 233/15.5T8CSC.L1-4;

Ac. TRL de 27/09/2012 (Ilídio Sacarrão), proc. n.º 12051/05.4TMSNT.L1;
Ac. TRL de 24/03/2011 (Natalino Bolas), proc. n.º 167/10.0TTLRS-A.L1-4;
Ac. TRL de 21/12/2015 (Leopoldo Soares), proc. n.º 4059/15.8T8LSB-4;
Ac. TRE de 26/04/2014 (Paula do Paço), proc. n.º 334/13.4TTEVR-A.E1;
Ac. TRG de 21/05/2013 (Edgar Gouveia), proc. n.º 2629/11.2TBBCL-A.G1;
Ac. TRC de 06/12/2005 (Coelho de Matos), proc. n.º 2824/05;
Ac. STJ de 26/06/1991 (Cura Mariano), proc. n.º 08919;
Ac. TRL de 12/03/2015 (Isabel Rocha), proc. n.º 1286/11.TBEPS-B.G1;
Ac. TRC de 10/11/2009 (Carlos Moreira), proc. n.º 126/07.0TBPNH.C1;
Ac. TRG de 15/09/2014 (Maria da Purificação Carvalho), proc. n.º 1190/12.5TBGMR.G1;
Ac. TRG de 16/02/2017 (Maria João Marques Pinto de Matos), proc. n.º 201/08.3TBEPS.G1;
Ac. TRG de 08/06/2010 (Isabel Fonseca), proc. n.º 5357/06.7TBBERG.G1;
Ac. TRG de 26/01/2012 (António Sobrinho) proc. n.º 373/11.0TCGMR-C.G1;
Ac. TRG de 11/07/2017 (António Figueiredo de Almeida), proc. n.º 3388/15.8BRG.G1;
Ac. TRL de 20/11/2014 (Ana de Azeredo Coelho), proc. n.º 24233/13.0T2SNT-A.L1-6;
Ac. TRL e de 11/03/2010 (Márcia Portela), proc. n.º 180/09.0TVLSB-A.L1-6;
Ac. TRL de 21/11/2010 (Maria João Areias), proc. n.º 4206/06.0YXLSB.L1-7;
Ac. TRL de 15/09/2009 (Isabel Salgado), proc. n.º 6006/05.6TBALM.L1-7;
Ac. TRE de 02/10/2012 (João Luís Nunes) proc. n.º 383/11.7TTFAR.E1;
Ac. TC n.º 504/2004 de 02/11, proc. n.º 222/04, *in* DR, II Série de 2.11.2004, p. 16.093; DR, II Série de 2.11.2004, p. 16.093;
Ac. TRE de 13/12/2011 (Mata Ribeiro), proc. n.º 2112/09.6TBSTB-A.E1;
Ac. TRG de 18/05/2017 (Higina Orvalho Castelo), proc. n.º 187327/14.7YIPRT-A.G1;
Ac. STJ de 27/01/2004 (Alves Velho), proc. n.º 03A3530;

Ac.STJ de 16/10/2012 (António Joaquim Piçarra), proc. n.º 8020/09.3T2SNT.L1.S1;

Ac. STJ de 25/11/2010 (Alberto Sobrinho), proc. n.º 3070/04.9TVLSB.L1.S1;

Ac. STJ de 08/06/2004 (Hélder Almeida), proc. n.º 1700/03;

Ac. STJ de 26/10/1999 (Francisco Lourenço), proc. n.º 99A622;

Ac. TRE de 31/01/2008 (Acácio Neves) proc. n.º 2364/07-3;

Ac. TRL de 07/02/2013 (Pedro Martins), proc. n.º 20507/10.0T2SNT.L1-2;

Ac. TRL de 04/10/2012 (Maria Teresa Pardal), proc. n.º 4867/08.6TBOER-I.L1-6;

Ac. TRP de 23/11/2006 (Saleiro de Abreu), proc. n.º 0635809;

Ac. TRL de 27/05/2010 (Maria Manuela Gomes), proc. n.º 4340/04.1TJLSB-6;

Ac. TRP de 16/12/1993 (Carlos Matias), proc. n.º 9330396;

Ac. STJ de 09/05/2006 (João Camilo), proc. n.º 06A989;

Ac. STJ de 10/05/2012 (Ana Paula Boularot), proc. n.º 5579/06.0TVLSB;

Ac. TRC de 21/10/2014 (Jorge Arcanjo) proc. n.º 607/06.2TBPMS.C1;

Ac. TRL de 17/07/2008 (Isabel Salgado), proc. n.º 6238/2008-7;

Ac. TRL de 23/11/2010 (Maria João Areias). Proc. 4206/06.0YXLSB.L1-7;

Ac. TRP 16/10/2008 (Teles de Menezes), proc. n.º 0833934;

Ac. STJ de 02/11/2004 (Azevedo Ramos), proc. n.º 04A3457;

Ac. TRL de 04/06/2013 (Graça Amaral), proc. n.º 396/2002.L1-7;

Ac. TRL de 31/05/2007 (Jorge Leal), proc. n.º 2123/2007-2;

Ac. TRP de 12/07/2017 (Vieira e Cunha), proc. n.º 3436/16.1T8PRT-A.P1;

Ac. STJ de 30/09/2014 (Pinto de Almeida);

Ac. STJ de 09/07/2014 (Pinto de Almeida), proc. n.º 299709/11.0YIPRT.L1S1;

Ac. TRC de 08/09/2015 (Henrique Antunes), proc. n.º 10562/12.4TCLRS.C1;

Ac. TRC de 26/04/2005 (António Piçarra), proc. n.º 580/05;

Ac. TRG de 16/11/2017 (José Moreira Dias), proc. n.º 51/11.0TBMDR-A.G1;

Ac. TRL de 03/12/2013 (Pedro Brighton), proc. n.º 2063/09.4TJLSB.L1-1;

Ac. TRL de 29/03/2001 (Ana Paula Boularot), proc. n.º 0019372;

Ac. STJ de 02/10/2003 (Ferreira Girão), proc. n.º 03B1909;

A produção de prova oral pelas próprias partes

Ac. STJ de 20/01/2004 (Fernandes Cadilha), proc. n.º 03S3474;

Ac. TRP de 06/10/2009 (João Proença), proc. n.º 0827451;

Ac. TRP de 04/04/2002 (Moreira Alves), proc. n.º 0230198;

Ac. STJ de 04/06/2015 (João Bernardo), proc. n.º 3852/09.5TJVN.F.G1.S1;

Ac. TRL de 10/04/2014 (Ondina Carmo Alves), proc. n.º 2022/07.1TBCSC-B.L1-2;

Ac. TRG de 12/11/2015 (António Santos), proc. n.º 7178/11.6TB BRG-A.G1.

8. Bibliografia

- ABRANTES GERALDES, António Santos, *Temas da Reforma do Processo Civil*, I volume, 2.ª ed. revista e ampliada, Almedina Editora (1999);
- ALBERTO DOS REIS, José, *Código de Processo Civil Anotado*, Vol. IV, Reimp., Coimbra, Coimbra Editora (1981);
- ALEXANDRE, Isabel, *A fase de instrução e os novos meios de prova no Código de Processo Civil de 2013*, in *Cadernos de Novo Processo Civil I* (CEJ), 2.ª ed. (2013)
- ALFREDO MENDES, António, *O Movimento a Favor da Oralidade e a Crise da Justiça em Portugal*, dissertação de mestrado sob orientação do Professor Pessoa Vaz, U. A. L., Lisboa (2002);
- ANDRADE, Manuel de, *Noções Elementares do Processo Civil*, Coimbra (1956);
- ANTUNES VARELA, João, *Manual de Processo Civil*, 2.ª ed. Actualizada, Coimbra Editora (1985);
- CABRITA, Helena, *A Fundamentação de Facto e de Direito da Sentença Cível* in *Balanço do Novo Processo Civil*, Centro de Estudos Judiciários (2017), disponível em www.cej.mj.pt;
- CAPPELLETTI, Mauro, *La testimonianza della parte nel sistema dell'oralità*, Giuffrè (1962);
- CASTRO MENDES, *Direito Processual Civil*, edição AAFDL, II vol. (1987);
- CHABY, Estrela, *O Depoimento de Parte em Processo Civil*, 1.ª ed., Coimbra Editora (2014);
- CHIOVENDA, Giuseppe, *Relatório do Projecto de Código de Processo Civil Italiano de 1919*, Cap. VIII;
- CORDEIRO, Artur, *Audiência de Julgamento no projecto do Código de Processo Civil*, in *Cadernos de Novo Processo Civil I* (CEJ), 2.ª ed. (2013);
- CORREIA, João, PIMENTA, Paulo, e CASTANHEIRA, Sérgio, *Introdução ao Estudo e à Aplicação do Código de Processo Civil de 2013*, Almedina (2013);
- CORTÊS, António U., *Jurisprudência dos Princípios – Ensaio sobre os fundamentos da decisão jurisdicional*, Universidade Católica Editora (2010);

A produção de prova oral pelas próprias partes

DIAS FERREIRA, José, *Código Civil Portuguez Annotado*, vol. V, Coimbra, Imprensa da Universidade (1876);

FERNANDEZ, Elizabeth, *Nemo Debet Esse Testis in Propria Causa? Sobre a (in)Coerência do Sistema Processual a Este Propósito*, in *Julgar Especial*, Prova Difícil (2014);

FERNANDEZ, Elizabeth, *Um Novo Código de Processo Civil? Em busca das Diferenças*, Porto, Vida Económica (2014).

FIDALGO, Mariana, *A Instrução no novo Código de Processo Civil – A Prova por Declarações de Parte* (2015);

FRANÇA GOUVEIA, Mariana, *Os Poderes do Juiz Cível na Acção Declarativa – Em Defesa de um Processo Civil ao Serviço do Cidadão*, in *Revista Julgar*, n.º 1 (2017), disponível em <http://julgar.pt/wp-content/uploads/2016/05/05-Fran%C3%A7aGouveia-OspoderesdoJuiz.pdf>;

FRANÇA GOUVEIA, Mariana, *Regime Processual Experimental Anotado*, Coimbra, Edições Almedina (2006);

GARCIA ALVES, Natália, *A REAPRECIACÃO E A RENOVACÃO DA PROVA NA 2.ª INSTÂNCIA - Renovação dos Meios de Prova (art. 662º, nº 2, al. a))* in *Balanço do Novo Processo Civil*, Centro de Estudos Judiciários (2017), disponível em www.cej.mj.pt,

GOMES CANOTILHO, José, e VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa: anotada*, 4.ª ed. revista, Coimbra Editora (2007);

LEBRE DE FREITAS, *A Acção Declarativa Comum à luz do Código de Processo Civil de 2013*, 3.ª ed., Coimbra, Coimbra Editora (2013);

LEBRE DE FREITAS, José, *A Confissão no Direito Probatório*, 1.ª ed., Coimbra Editora (1991);

LEBRE DE FREITAS, *Código de Processo Civil Anotado*, vol. II, Coimbra Editora

LOPES DO REGO, Carlos, *Os princípios orientadores da reforma do processo civil em curso*, in *Revista Julgar* n.º 16, Jan/Abril de 2012, Coimbra Editora

- MARTINS, Carolina Henriques, *Declarações de Parte*, Universidade de Coimbra (2015)
- MARTINS LEITÃO, Hélder, *Dos Princípios Básicos em Processo Civil*, 3.ª ed. revista, actualizada e aumentada, Ed. Almeida & Leitão Lda., Porto (1999);
- MIRANDA, Jorge, e MEDEIROS, Rui, *Constituição Portuguesa Anotada*, Tomo I, Coimbra Editora (2006);
- PEDRA, Catarina Gomes, *A prova por declarações das partes no Novo Código de Processo Civil – Em busca da verdade material no Processo* (2014);
- PESSOA VAZ, Alexandre Mário, *Direito Processual Civil*, Almedina (1998);
- PESSOA VAZ, Alexandre Mário, *Direito Processual Civil*, Do Antigo ao Novo Código, 2ª edição, Almedina (2002);
- PIMENTA, Paulo, *A Fase do Saneamento do Processo Antes e Após a Vigência do Novo Código de Processo Civil*, Coimbra, Almedina (2003);
- PIMENTA, Paulo, *Os Temas da Prova* (2013), disponível em http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/ProcessoCivil/Texto_comunicacao_Paulo_Pimenta.pdf;
- PIMENTA, Paulo, *Processo Civil Declarativo*, Almedina (2014)
- PINTO, Rui, *Notas ao Código de Processo Civil*, 2.ª ed., Coimbra Editora (2015), vol I;
- PIRES DE SOUSA, Luís Filipe, *As Declarações de parte – Uma síntese*, Ed. Verbo Jurídico (2017), disponível em www.trl.mj.pt.
- PRAZERES BELEZA, Maria dos, *A prova por declarações de parte: uma desnecessária duplicação das alegações das partes ou uma prova inútil?*, II Congresso de Processo Civil (2014),
- RAMOS DE FARIA, Paulo, e LOUREIRO, Ana Luísa, *Primeiras Notas ao Código de Processo Civil – Os Artigos da Reforma*, vol. I, 2.ª ed. Almedina Ed. (2014);
- REIS NOVAIS, Jorge, *As Restrições aos Direitos Fundamentais Não Expressamente Autorizadas pela Constituição*, Coimbra Editora (2003);

A produção de prova oral pelas próprias partes

REMÉDIO MARQUES, João Paulo, *A aquisição e a valoração probatória de factos (des)favoráveis ao depoente ou à parte chamada a prestar informações ou esclarecimentos*, in Revista Julgar n.º 16, (Jan-Abril 2012);

TEIXEIRA DE SOUSA, Miguel, *As Partes, o Objeto e a Prova na Ação Declarativa*, Lex-Edições Jurídicas (1995)

TEIXEIRA DE SOUSA, Miguel, *Declarações de parte; relevância probatória; graus de prova* (2017), disponível em:

<https://blogippc.blogspot.pt/2017/01/jurisprudência536.html#links>.

TEIXEIRA DE SOUSA, Miguel, *Estudos sobre o Novo Processo Civil*, 2.ª ed., Lex Editora (1997).

TEIXEIRA DE SOUSA, Miguel, *Introdução ao Direito*, Edições Almedina (2012);

TEIXEIRA DE SOUSA, Miguel, *Prova por declarações de parte; relações jurídicas indisponíveis* (2014), disponível em:

<https://blogippc.blogspot.pt/2014/04/prova-por-declaracoes-da-parte-relacoes.html>.